Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará

1834 - 1889

MEMORIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ – MALCE

DEPUTADO PONTES NETO

Osmar Diógenes
Organizador

Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará

1834 - 1889

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará
Fortaleza
2015

Copyright: © 2015 by Assembleia Legislativa do Estado Ceará
Coordenação, pesquisa e texto histórico: Osmar Maia Diógenes
Assessoria de pesquisa: Annelise Grieser e Edwirges Ximenes
Curadoria: Lídia Sarmiento
Projeto Gráfico de Capa: Gotardo Freire
Impressão e Acabamento: Gráfica do INESP
Projeto Gráfico e Diagramação: Ma. Teresa Diógenes
Digitação: Ma. Teresa Diógenes e Wládia Taveira
Revisão: Tereza Porto

Catalogado na fonte por: Tereza Cristina Bessa Raupp CRB 3/839

C387c Ceará. Assembléia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto.
Os clérigos católicos na Assembléia Provincial do Ceará: 1821-1889/ Coordenação, pesquisa e texto Osmar Maia Diógenes. _Fortaleza: INESP, 2015 : re-edição.
227 p.;il

ISBN: 978-85-87764-84-3

1. Padres, Deputados Estaduais-Ceará. 2. Deputados, Biografia. 3. Ceará, Assembléia Provincial. 4. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará. I. Diógenes, Osmar Maia. II. Título.

CDDdir- 923.28131

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autor e fontes.

EDITORA INESP
Av. Desembargador Moreira, n° 2807 –Ed. Senador César Cals, 1° andar
Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900
Tel: (85)3277 3701 – Fax: (85)3277 3707
www.al.ce.gov.br/inesp e-mail: inesp@al.ce.gov.br

MEMORIAL DEPUTADO PONTES NETO
Av. Desembargador Moreira, n° 2807 - sala 116
Dionísio Torres Fortaleza/CE CEP: 60.170-900
Tel: (85)3277 3727 – 3277 3700
e-mail: memorial@al.ce.gov.br

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Mesa Diretora 2015 – 2016

Deputado José Albuquerque
Presidente

Deputado Tin Gomes
1º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Sérgio Aguiar
1º Secretário

Deputado Manoel Duca
2º Secretário

Deputado João Jaime
3º Secretário

Deputado Joaquim Noronha
4º Secretário

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Malce

Presidência: Osmar Diógenes

Curadoria: Lídia Sarmiento

Coordenadoria Administrativa: Martha Abreu

Assessoria Executiva: Venúsia Ribeiro

Assessoria de Imprensa e Marketing: Edna Pontes e Fernanda Maciel

Restauração: Edwiges Pinheiro Ximenes

Apoio Administrativo:

Edna Camarço
Lígia Castelo Branco
Rosana Araújo

Coordenadoria de Pesquisa: Annelise Grieser

Assessoria de Pesquisa Histórica:

Carlos Pontes
Daniel Gonçalves
Paulo Roberto Fernandes

Produção Audiovisual: Tadeu Nobre

Coordenadoria do Setor Educativo: Maria Teresa Diógenes

Assessoria do Setor Educativo:

Cléa Menezes
Germana Pontes
Ivana Costa
Socorro Rebouças
Rubens Rocha

Mediadores:

Ariadna Carvalho
Eveline Freitas
Luiz Otávio Maia
Rodolfo Farias

Estagiários:

Débora Santos
Fellipe Vasconcelos

HOMENAGENS

"Portanto, dai a cada um o que lhe é devido, ... a quem honra, honra." (Rom. 13:7)

João Brígido

Raimundo Girão

Barão de Studart

José Augusto Bezerra

J. C. Alencar Araripe

Geraldo da Silva Nobre

Valdelice Carneiro Girão

José Aroldo Cavalcante Mota

Aureliano Diamantino Silveira

Hugo Vitor Guimarães da Silva

Manuel Eduardo Pinheiro Campos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 15
INTRODUÇÃO 17
PRÓLOGO 19
PRESIDENTES 59
- Monsenhor Antero José de Lima 61
- Padre Antonino Pereira de Alencar 64
- Padre Francisco Correia de Carvalho e Silva 66
- Padre Francisco Xavier Nogueira 68
- Padre Frutuoso Dias Ribeiro 70
- Padre João Antônio do Nascimento e Sá 72
- Monsenhor José Teixeira da Graça 73
- Padre Dr. Justino Domingues da Silva 75
- Padre Luiz de Souza Leitão 77
- Monsenhor Dr. Francisco Ferreira Antero 79

DEPUTADOS E SUPLENTES 81
- Padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa 83
- Padre Ambrósio Rodrigues Machado 85
- Monsenhor Antônio Alexandrino de Alencar 86
- Padre Antônio Alves de Carvalho 88
- Padre Antônio Cândido da Rocha 89
- Padre Antônio Carneiro da Cunha Araújo 92
- Padre Antônio Correia de Sá 94
- Cônego Antônio de Castro e Silva 95
- Padre Antônio de Souza Barros 97
- Padre Antônio de Souza Neves 98
- Padre Dr. Antônio Elias Saraiva Leão 99
- Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora 101
- Padre Antônio Francisco de São Payo (Sampaio) 104
- Padre Antônio José Sarmento de Benevides 105
- Cônego Antônio Manuel de Sousa 108
- Cônego Antônio Nogueira de Braveza 109
- Cônego Antônio Pinto de Mendonça 111
- Padre Antônio Xavier Maria de Castro 113
- Padre Bento Antônio Fernandes 115

Padre Bernardino de Oliveira Memória 116
Padre Carlos Antônio Barreto 118
Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar 119
Padre Cesário Claudiano de Oliveira Araújo 123
Padre Daniel Fernandes de Moura 124
Monsenhor Diogo José de Souza Lima 125
Padre Domingos Carlos de Sabóia 127
Padre Francisco Bastos de Oliveira 129
Padre Francisco Coriolano de Carvalho 130
Padre Francisco da Mota de Souza Angelim 131
Padre Francisco de Paula Barros 132
Padre Francisco Gomes Parente 133
Padre Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães 135
Padre Francisco José da Silva Carvalho 136
Padre Francisco Máximo Feitosa e Castro 137
Cônego Francisco Ribeiro Bessa 139
Cônego Francisco Theotime Maria de Vasconcelos 141
Padre João Aureliano de Sampaio 142
Padre João Barbosa Cordeiro 143
Padre João Carlos Augusto 144
Padre João Felipe Pereira 145
Cônego João Francisco Pinheiro 146
Cônego João Paulo Barbosa 148
Padre João Rodrigues Leite 150
Padre João Vicente Ferreira Lima 151
Padre Joaquim da Silva Coelho 152
Padre Joaquim de Paula Galvão 153
Padre Joaquim Domingues Carneiro 154
Padre Joaquim Ferreira Limaverde 155
Monsenhor José Alves Quinderé 156
Cônego José Antunes de Oliveira 158
Padre José Beviláqua 159
Padre José da Costa Barros 161
Padre José de Arimatéia Cisne 162
Padre José de Sá Barreto 164
Cônego José Ferreira Lima Sucupira 165
Padre José Gonçalves da Costa e Sousa 167
Padre José Joaquim Sobreira 168

Padre José Martiniano de Alencar 169
Padre José Nepomuceno de Brito 171
Padre José Tavares Teixeira 172
Padre Justino Furtado de Mendonça 173
Bispo Lino Deodato Rodrigues de Carvalho 174
Padre Lourenço Correia de Sá 177
Padre Luiz Antônio da Rocha Lima 178
Padre Manuel Antônio de Lemos Braga 179
Padre Manuel Antônio Martins de Jesus 180
Padre Manuel Joaquim Aires do Nascimento 182
Padre Manuel Lima de Araújo 183
Padre Manuel Pacheco Pimentel 184
Padre Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante 186
Cônego Manuel Roberto Sobreira 187
Monsenhor Miceno Clodoaldo Linhares 188
Padre Miguel Francisco da Frota 189
Padre Pedro Antunes de Alencar Rodovalho 191
Padre Pedro José de Castro e Silva 193
Monsenhor Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa 194
Cônego Raimundo Francisco Ribeiro 195
Padre Sezinando Marcos de Castro e Silva 196
Padre Teodulfo Franco Pinto Bandeira 197
Padre Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil 199
Padre Vicente Jorge de Souza 202
Padre Visitador Vicente José Pereira 204
Monsenhor Vicente Pinto Teixeira 206
Monsenhor Vicente Salazar da Cunha 208
GLOSSÁRIO 211
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 221

APRESENTAÇÃO

No contexto político à época do ciclo imperial os clérigos católicos desempenharam um importante papel na vida legislativa com as primeiras participações, em 1821, até a instituição republicana em 1889. Quase cem padres tiveram mandatos eletivos – 68 anos de vida legislativa – e alguns deles até com dez mandatos, além dos muitos levados à presidência da Casa do Povo.

Para lembrar a História, reedita-se, nesta 29ª Legislatura, o livro *Os Clérigos Católicos na Assembleia Provincial do Ceará*, produto de pesquisa do Memorial Deputado Pontes Neto e que traz um cabedal de conhecimentos sobre fatos e figuras de nossa História político-administrativa; um pouco esquecidos, talvez, mas que, indelevelmente, marcaram uma época importante da vida do Legislativo cearense.

Benfazeja foi, também, a parceria de um grupo de professores, mestres e doutores em História, ligado à Universidade Federal do Ceará – UFC que, por meio de estudos históricos, contribuiu para o enriquecimento das informações constantes neste trabalho.

Portanto a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por intermédio do Memorial Deputado Pontes Neto e do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, reedita este livro como fonte de pesquisa àqueles que desejam conhecer cenas políticas vividas ao curso do período legislativo-provincial.

Deputado José Albuquerque
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

INTRODUÇÃO

Ora damos à luz o presente estudo referente à participação de padres no contexto político cearense, mais especificamente na área legislativa, isto desde a primeira eleição que se fez na Província para deputados à Constituinte Portuguesa, em 24 de dezembro de 1821, contando-se com eleitores de duas Comarcas, Fortaleza e Crato.

Nessa primeira eleição já figuram os nomes do Pe. Antônio José Moreira e de José Martiniano de Alencar, este último assumindo como suplente de José Ignácio Gomes Parente, que por motivos particulares preferiu não assumir o mandato.

A iniciativa desta publicação é do presidente da 27ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Ceará, Deputado Domingos Filho, e atende ao seu programa administrativo de preservação da memória histórica da Casa, a par do preito de reconhecimento do nosso povo ao distintíssimo Clero Cearense.

Apressei-me em bem atender à recomendação do Deputado Domingos Filho, pesquisando dados e informações em fontes as mais fidedignas, a fim de compor o texto que ora publicamos, num quadro de dificuldades marcado pelo fato de que tudo que é humano volve depressa ao olvido, característica da voracidade do tempo.

O Memorial Deputado Pontes Neto, sob um critério escrupuloso de pesquisa histórica, oferece o melhor de seu trabalho e esforço na consecução dos objetivos traçados pelo Presidente da Casa.

Revocando a memória de tão ilustres cidadãos, trazendo-os ao nosso tempo em reconhecimento ao muito que fizeram e representaram na história do Legislativo Estadual, o Deputado Domingos Filho sente-se regozijado pelo dever cumprido de trazer à cena um passado que honra sobremaneira a história desta Casa, e se constitui referência digna de quantos exemplificaram com denodado amor a nobre missão da representação popular.

Nesta oportunidade, atendendo à demanda de solicitações da presente obra, ora esgotada, o deputado José Albuquerque, presidente da 29ª Legislatura, achou por oportuno proceder a reedição.

Osmar Diógenes
Presidente do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará
Deputado Pontes Neto

Secretário Geral do Instituto do Ceará
(Histórico, Geográfico e Antropológico)

PRÓLOGO

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

É prudente colocarmo-nos a par do processo histórico envolvendo fatos precedentes ao ciclo do Legislativo Provincial, período circunscrito ao Primeiro e Segundo Reinados, ora sob estudo e que representam importante contribuição para a formação histórica de nossa Pátria.

A figura do Imperador francês Napoleão Bonaparte tem muito a ver com os desdobramentos que viriam marcar acontecimentos políticos na área de nossa Colônia, a partir de 1806, época, em que, como resultado da guerra contra a Inglaterra, veio a decretar o Bloqueio Continental, proibindo a comercialização entre os demais paises da Europa e a nação inglesa.

Portugal, aliado tradicional dos ingleses, não atendeu ao bloqueio, suscitando a ira de Napoleão, que incontinente, em novembro de 1807, instruiu aos seus generais a um violento revide, culminando com a invasão de Portugal.

A rainha Da. Maria I afastada das decisões de governo do Trono Português. acometida que fora de distúrbios mentais, transferira desde 1792 ao seu filho D. João as rédeas do império. A conclusão encontrada pela Corte em face da invasão francesa e tendo em vista a tradição de crueldade de Napoleão para com os vencidos, D. João optou pelo não enfrentamento bélico com os franceses.

A solução aconselhada era a fuga imediata, a qual foi realizada de maneira frenética entre ao dias 25 e 27 de novembro de 1807, rumo ao Brasil Colônia. E assim o fez, fazendo-se ao mar, enfrentando uma travessia oceânica que demandava praticamente dois me-

ses de viagem, contando em sua proteção, com uma escolta de naus inglesas.

Segundo os historiadores a comitiva somava mais de dez mil acompanhantes. Eram 14 os navios que desceram o Tejo conduzindo a dinastia dos Bragança. A Nau “Príncipe Real” acomodava D. João, Príncipe Regente do Reino Português.

O comboio alcançou o porto da Baia em 22 de janeiro de 1808, porto, aliás, transitório, uma vez que o destino final era o Rio de Janeiro. A viagem iniciou-se de forma assustadora. Terrível tempestade desencadeou-se sobre o Atlântico, dispersando os barcos. Uma divisão naval inglesa composta dos navios “London”, “Marlborough”, “Monarch” e “Bedford” e outros vasos mercantes acompanhavam a esquadra.

Segundo cronistas e historiadores contemporâneos, Da. Carlota Joaquina acomodou-se durante a viagem sempre distante de seu marido. Há praticamente unanimidade entre os historiadores ao traçarem severas e pesadas observações a respeito dos troncos familiares, tanto de D. João como de Da. Carlota.

O fundador da dinastia Bragança foi D. João IV, homem pouco dotado à missão tão nobre, tendo como esposa a rainha Da. Luiza, de espírito bem mais forte e decidido que o marido. Seu filho, Afonso VI foi proclamado rei aos 13 anos, mas sem condições mínimas de saúde. Sobra a vez para seu irmão Pedro ocupar o Trono, mas logo sucedido por D. João V, sobremodo ligado ao Santo Ofício.

A D. João V sucede D. José, mas quem realmente governava com pulso forte era o Sr. Marquês de Pombal. Sucede-lhe no trono sua filha Maria I, que pas-

sou à história como “Maria I, a Louca”, ensejando assim ao filho D. João a regência do Império.

O nosso D. João VI sofreu impiedosa análise dos cronistas e historiadores de seu tempo:

> “físico disforme, acentuada macrocefalia, avarento, tinha horror ao asseio, com forte tendência a apatia.” Aníbal Gomes – *Libertação do Brasil do Jugo Lusitano* – Gráfica Laemmert. Rio.

O herdeiro presuntivo de Da. Maria I ao trono português era o seu filho D. José, que faleceu em 1778, cabendo então a D. João, já antes destinado à vida clerical, assumir a Regência em 15 de junho de 1799.

Da. Carlota Joaquina, mulher de D.João VI, foi-lhe dada como esposa com 10 anos de idade. Podemos chegar assim ao nosso primeiro imperador, Pedro I.

▲ ▲ ▲

Mais alguns dias de viagem a partir de Salvador, na Baia, a comitiva real desembarca no Rio já sob um problema crucial: onde abrigar tantos nobres e serviçais. Segundo as crônicas, em torno de 15.000 mil. A ordem imperial foi severa. Saíram os seus prepostos pela cidade carimbando casas e prédios com uma placa PR, querendo significar “Propriedade Real”, transferindo o problema aos moradores que ficaram ao relento. O vulgo traduzia o PR como “ponha-se na rua”.

Todos sabem que o primeiro ato de D. João foi de reconhecimento pela proteção inglesa durante a travessia do Atlântico, abrindo os portos brasileiros às nações amigas, à Inglaterra, claro, principalmente.

Contam que D. João gostou do Brasil, pela vidinha sem atropelos que marcava os seus dias, dis-

pondo sempre de um frango assado que conduzia no bolso de sua casaca. Convivia com aparente serenidade às crises violentas de Da. Maria, a Louca, e o gênio arrebatado, fútil e travesso de Da. Carlota. Sob um clima de asceta, eleva a Colônia do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves. Politicamente o Brasil perdia a designação de Colônia. Dizem alguns que só nas aparências.

A esse tempo fervilhavam entre os povos, desde 1776, os movimentos de independência que marcaram a separação das treze colônias da Nova América do jugo inglês. (Art. 1º da Constituição Americana traduz: "Todo homem nasce e permanece livre perante as leis, e entre os seus direitos inalienáveis, está o de livremente escolher os seus governantes"). A Revolução Francesa de 1789, calcada na trilogia liberdade, igualdade e fraternidade, era outro exemplo acalentador de rompimento contra o direito divino dos reis, o absolutismo das Coroas.

Essas idéias liberais logo chegaram ao Brasil, encontrando abertas as portas do Seminário de Olinda, centro de formação da intelectualidade daquele tempo, pelos lados de cá do Brasil, e para onde se dirigiam todos quantos podiam aspirar o ensino de nível superior. Os autores mais lidos e discutidos eram contados entre os filósofos iluministas e racionalistas, tais como Voltaire, Rousseau, Montesquieu, entre outros. Os conciliábulos patrióticos realizavam-se principalmente nos ambientes velados das Lojas Maçônicas, local onde os objetivos republicanos e os ideais de fraternidade eram entusiasticamente proclamados.

Nessa fase podemos dar como ponto de partida todos os movimentos políticos que iriam conviver, no Nordeste, com o regime imperial, até o advento republicano de 1889. É no ambiente de Olinda que vamos encontrar a presença de dois irmãos, patrocinadores e

atores principais, no âmbito cearense da Revolução Pernambucana de 1817. Foram seus propagadores e executores os irmãos Pe. Martiniano e Pe. Carlos, custando a este último a própria vida. Não tardaria que outro irmão do Pe. Martiniano, Tristão Gonçalves, fosse também sacrificado, além das imensas agruras sofridas por Da. Bárbara, mãe e colaboradora de seus filhos na tão sonhada república.

▲ ▲ ▲

Voltemos a falar agora de D. João. Sua mãe, Da. Maria I faleceu em 1816. D. João é agora o novo Rei de Portugal. Satisfeito e feliz nem pensa em retornar a sede do Reino. No entanto estoura uma revolta em 1820 na cidade do Porto. Os portugueses reclamam o retorno de seu Rei. A revolução ganha corpo por toda a terra lusitana; já não pedem, exigem, a volta da Coroa ao berço-pátrio.

O jeito é pois voltar. D. João VI não encontra outra solução. Por aqui, no Brasil, seu filho Pedro com o retorno do pai a Lisboa, aspira e traça planos para assenhorear-se do Brasil como imperador. Herdeiro presuntivo da Coroa de Portugal, poderia em breve ostentar sobre a cabeça duas coroas, rei de dois impérios. D.João arruma as malas. No dia 24 de abril de 1821, nos seus aposentos, dizia o monarca ao seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”. Caiu a sopa no mel. A casa de Orleans e Bragança previnia-se contra a onda republicana que poderia aproveitar-se do vazio da presença do Rei para deflagrar os seus intentos.

No dia seguinte, 25 de abril, aniversário da rainha Carlota, pela madrugada, principiou-se o embarque da família real a bordo da esquadra que a devia levar de retorno a Lisboa. A frota era comandada pelo Conde de Viana e se compunha da nau D. João VI, das fragatas Carolina e Princesa Real e mais cinco navios, além de outros barcos de transportes mercantes, num total aproximado de 4.000 pessoas. A largada se deu no dia 26 de abril de 1821.

Com o retorno de D. João a idéia da independência fervilhava e começava a tomar o seu objetivo, tendo de um lado como centro de referência a figura de D. Pedro (os ultramontanos), enquanto os movimentos separatistas, sob a égide de republicanos-patriotas, abrigados sob as abóbadas dos templos maçônicos se organizavam em torno de uma separação calcada numa constituição liberal-republicana.

Mal aporta em Lisboa, D. João VI deixa-se envolver pelos os que defendiam a presença do herdeiro Pedro em Portugal. A notícia chega ao Brasil pintada com as cores de um retorno do Brasil à situação de Colônia. O momento psicológico era ideal para a abolição do vínculo de subordinação à Coroa.

Entre os mais fiéis amigos de D. João contavam-se o laureado mestre aposentado da Universidade de Coimbra, José Bonifácio de Andrada e Silva, coadjuvado por dois ilustres irmãos: Martim Francisco e Antônio Carlos. Os astutos irmãos Andrada, sentindo o clima iminente de revolta, articulam com o Príncipe Pedro a caminhada à Independência do Brasil sob a égide de uma constituição imperial, marcando como primeira etapa do projeto o célebre “Fico”, em 9 de janeiro de 1822, caracterizando publicamente a desobediência ao Trono, o que muito agradou a razoável parcela de brasileiros.

Segundo Gustavo Barroso, em História Secreta do Brasil, já estavam acertados os planos para que a separação Brasil-Portugal fosse feita, mas sob um novo regime, o republicano. José Bonifácio com artimanha consegue fazer D. Pedro Grão-Mestre da Maçonaria, a qual o recebeu sem no entanto aderir aos propósitos de Bonifácio. Com o malogro do intento, Bonifácio e D. Pedro, se precatam, promovendo ostensivamente o fechamento das Lojas Maçônicas, deportando os conspiradores, à frente Gonçalves Ledo.

O tempo urge, fazem então publicar o célebre documento simbolicamente gestado às margens do riacho Ipiranga, “Independência ou Morte”, mas adredemente arquitetado entre as paredes do Apostolado, sociedade secreta aos moldes da maçonaria instalada por Bonifácio, e adepta da independência, mas com D. Pedro no trono. Pronto, estava feita sem sangue a separação, isto no dia 7 de setembro de 1822. Deportaram os líderes, mas não conseguiram sufocar os movimentos liberais-democráticos, postergando no tempo a eclosão e instauração desses objetivos.

Desse momento em diante já podemos falar em um Brasil desvinculado da Coroa Portuguesa e pronto a dar início à sua própria história. Compete-nos, dada a natureza do presente trabalho, uma visão do que diz respeito ao Poder Legislativo Provincial no Ceará, sua implantação e como se houve durante o período que conta de 1824 ao ano de 1889, quando proclamada a República. Interessa-nos uma visão de todo esse quadro político com o enfoque voltado ao nosso Legislativo Provincial.

O funcionamento de Assembléias Provinciais pressupõe a existência e a ação de grupos e partidos

políticos. João Brígido nos informa *em Genealogia dos Partidos no Ceará*:

> "Até 1817 não houve, nem podia haver, partidos políticos no Ceará. A expressão 'partido' figurava nas devassas como significativa de resistência, motim, turbulência, etc., e não estava em muita segurança quem era acusado de – andar em partidos".

A revolta de Pernambuco em 1817 gerou intensa repercussão no Ceará, culminando com o movimento republicano no Crato, cujo anseio representou claros sinais de consciência de grupo, concentrada em torno de objetivos políticos comuns. João Brígido distingue esse momento como o marco primeiro dos partidos entre nós.

Em 1976, sob o patrocínio da Assembléia Legislativa do Ceará, fizemos publicar um trabalho sob o título *Os Partidos Políticos no Brasil*, com matéria voltada ao estudo do assunto ora em pauta. Parece-nos oportuno apresentar um resumo do capítulo referente aos partidos políticos no Ceará, para um acompanhamento do pensamento partidário ao tempo do Brasil imperial.

É de Maquiavel a sentença de que "a política caracteriza-se como o resultado do conflito de interesses de grupos agindo nas sociedades". Assim entendemos que os partidos constituem uma agregação de interesses, com finalidades específicas: o controle direto do governo e a posse efetiva da área de decisão de uma sociedade.

Antes de 1822, a luta política no Brasil restringia-se a Brasileiros e Estrangeiros. Os brasileiros aspiravam a independência, enquanto os segundos bloqueavam essas aspirações.

Após a independência em 1822, e com a convocação da primeira Assembléia Constituinte, observou-se o surgimento de facções partidárias, como segue:

- Monarquistas, apelidados de Caramurus. Organizados em defesa da monarquia;
- Moderados, também chamados de Chimangos. Aceitavam a monarquia, mas alimentados de idéias liberais;
- Radicais, impregnados de idéias de libertação, sob a égide republicana.

A abdicação de Pedro I em 1831 gerou movimentos novos com influências nos quadro partidários:

- Os Monarquistas criaram a Sociedade Conservadora, trocando de nome em 1832 para Sociedade Militar, em defesa da monarquia. Esse movimento veio a fenecer com a morte de Pedro I;
- Os Radicais instalaram a Sociedade Federal. Defendiam o regresso de Pedro I ao Brasil;
- Os Moderados formaram a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência.

Com o Ato Adicional em 1834, inspiração de Diogo Antônio Feijó, e após a eleição em 1835, monarquistas e moderados formaram o Partido Conservador. Uma facção dos moderados e mais os Radicais, vieram a formar o Partido Liberal. Somente entre 1870/71 com a publicação do Manifesto Republicano, da lavra de Saldanha Marinho, instala-se entre nós um movimento político mais definido, culminando com o advento da República.

AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES

Atendendo aos termos do decreto de 3 de junho de 1822 procedeu-se eleição para a constituinte

brasileira, contando com eleitores de três colégios eleitorais: Aracati, Icó e Sobral. Cada cem fogos (cem casas) dava o direito de um voto. Nessa eleição foram contados cinco padres entre os oito deputados eleitos: padre José Martiniano de Alencar, padre Manuel Pacheco Pimentel, padre José Joaquim Sobreira, padre Antônio Manuel dos Santos e padre Manuel Ribeiro Bessa. Essa Constituinte foi dissolvida por decreto de 13 de novembro de 1823.

Em 25 de março de 1824 foi jurada uma nova Constituição do Império, instalando os Conselhos Gerais, determinando o número de membros nas Províncias. Pelos critérios adotados foram reservados ao Ceará 21 representantes, e somente instalados em 1929. Contaram-se seis padres eleitos entre os candidatos inscritos.

- Antônio de Castro e Silva
- Antônio Francisco Sampaio
- Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães
- João Rodrigues Leite
- Joaquim de Paula Galvão
- José Nepomuceno de Brito

Por determinação do Ato Adicional, datado de 12 de agosto de 1834, são criadas as Assembléias Provinciais, em substituição aos antigos Conselhos de Província, determinando mandatos de dois anos para os deputados provinciais eleitos. Para esse pleito, na Província do Ceará, concorreram 283 candidatos, contando-se na lista 40 padres, dez dos quais eleitos, conforme Ata Geral dos votos apurados, com data de dois de fevereiro de 1835.

- José Ferreira Lima Sucupira
- Carlos Augusto Peixoto de Alencar
- Antônio Francisco Sampaio
- Frutuoso Dias Ribeiro

- Bento Antônio Fernandes
- José da Costa Barros
- Antônio de Castro e Silva
- Francisco de Paula Barros
- Francisco Gomes Parente
- Ambrósio Rodrigues Machado
- Antônio Pinto de Mendonça
- José Francisco Sá
- João Chrisóstomo de Oliveira Freire
- Vicente José Pereira
- Domingos Carlos de Sabóia
- Antônio José Ribeiro
- José Gonçalves de Medeiros
- Plácido Fontanelles
- João Fernandes Vieira
- Francisco Pinheiro Landim
- Lourenço Correia de Sá
- Manuel Severino Duarte
- Pedro Antunes de Alencar Rodovalho
- Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
- Francisco Bastos de Oliveira
- José Garcia de Sá Barreto
- Joaquim de Paula Galvão
- Manoel Ribeiro Bessa de Holanda
- Manoel Felipe Gonçalves
- Manoel Vicente Collares
- André de Sousa Medeiros
- Manoel Joaquim Aires do Nascimento
- Luís Antônio Nogueira de Morais
- Manoel da Silva e Sousa
- José Joaquim de Oliveira Bastos
- Antônio Pereira de Oliveira

- Francisco Rodrigues Barbosa
- Felippe Binicio Mariz
- Vicente Ferreira Munis
- Antônio José de Lima

Obs. Por ordem decrescente de votação, os dez primeiros foram eleitos.

Os deputados recebiam 3.200 réis diários para cada dia de trabalho e ajuda de custa por cada dia de viagem (os que moravam fora da Capital), calculando-se a diária por jornada de seis léguas, isto é, 36 quilômetros.

REGIME MONÁRQUICO

A Constituinte Brasileira, antes promulgada por Pedro I, foi pelo próprio dissolvida em 12 de novembro de 1823.

Na eleição nos termos do decreto de 3 de junho de 1822, entre os oito candidatos eleitos, cinco eram padres:

- Antônio Manuel de Sousa
- José Martiniano de Alencar
- José Joaquim Sobreira
- Manuel Pacheco Pimentel
- Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante

Nos Conselhos Gerais de 1824 – Vigência até 1834 – de 21 candidatos eleitos, seis eram padres:

- Antônio de Castro e Silva
- Antônio Francisco Sampaio
- Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães
- João Rodrigues Leite
- Joaquim de Paula Galvão
- José Nepomuceno de Brito

ASSEMBLÉIA PROVINCIAL: Ato Adicional, de 12 de agosto de 1834

Padres eleitos deputados, e suplentes convocados. Assembléias compostas de 26 representantes.

1835-1837
Pe. Ambrósio Rodrigues Machado
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Antônio Francisco de Sampaio
Pe. Bento Antônio Fernandes
Pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar
Pe. Francisco de Paula Barros
Pe. Francisco Gomes Parente
Pe. José da Costa Barros
Pe. José Ferreira Lima Sucupira

1838-1839
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Bento Antônio Fernandes
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. Francisco de Paula Barros
Pe. José da Costa Barros
Pe. Lourenço Correia de Sá
Pe. Manuel Pacheco Pimentel

1840-1841
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Antônio Pinto de Mendonça
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
Pe. José da Costa Barros
Pe. Lourenço Correia de Sá
Pe. Manuel Joaquim Aires do Nascimento

1842-1843
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
Pe. João Barbosa Cordeiro
Pe. Joaquim Domingues Carneiro
Pe. Luiz Antônio da Rocha Lima
Pe. Manuel Roberto Sobreira
Pe. Visitador Vicente José Pereira

1844-1845 Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
Pe. João Barbosa Cordeiro
Pe. José Antunes de Oliveira
Pe. Vicente José Pereira

1846-1847 Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. João Barbosa Cordeiro
Pe. José de Sá Barreto
Pe. Justino Furtado de Mendonça
Pe. Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil

1848-1849 Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
Pe. Antônio de Castro e Silva
Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
Pe. José de Sá Barreto
Pe. Justino Furtado de Mendonça
Pe. Miguel Francisco da Frota
Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho

1850-1851 Pe. Antônio Alves de Carvalho
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Pinto de Mendonça
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. José Ferreira Lima Sucupira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Pedro José de Castro e Silva
Pe. Raimundo Francisco Ribeiro

1852-1853 Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Francisco Bastos de Oliveira
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. José Beviláqua
Pe. Pedro José de Castro e Silva

1854-1855 Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Nogueira de Braveza

Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. João Felipe Pereira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Miguel Francisco da Frota
Pe. Pedro José de Castro e Silva

1856-1857 Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. João Felipe Pereira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho
Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Manuel Roberto Sobreira

1858-1859 Pe. Antônio de Souza Neves
Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. João Francisco Pinheiro
Pe. Joaquim Domingues Carneiro
Pe. Joaquim Ferreira Limaverde
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Manuel Roberto Sobreira
Pe. Miguel Francisco da Frota
Pe. Pedro José de Castro e Silva

1860-1861 Pe. Antônio de Souza Neves
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo
Pe. Daniel Fernandes de Moura
Pe. Diogo José de Souza Lima
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
Pe. João Felipe Pereira

Pe. Joaquim Ferreira Limaverde
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Pedro José de Castro e Silva
Pe. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Manuel Roberto Sobreira

1862-1863
Pe. Antônio de Souza Neves
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Daniel Fernandes de Moura
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
Pe. Dr. Manuel Antônio de Lemos Braga
Pe. Pedro José de Castro e Silva
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

1864-1865
Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo
Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. João Francisco Pinheiro

1866-1867
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. João Francisco Pinheiro
Pe. José Tavares Teixeira
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares

1868-1869
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio Correia de Sá
Pe. João Francisco Pinheiro
Pe. José Gonçalves da Costa
Pe. Miguel Francisco da Frota

1870-1871 Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo
Pe. Daniel Fernandes de Moura
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

1872-1873 Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

1874-1875 Pe. Antônio Nogueira de Braveza
Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Xavier Nogueira

1876-1877 Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus

1878-1879 Pe. João Paulo Barbosa
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares

1880-1881 Pe. Antero José de Lima
Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. João Antônio do Nascimento e Sá
Pe. João Vicente Ferreira Lima
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares
Pe. Vicente Jorge de Souza

1882-1883 Pe. Bernardino de Oliveira Memória
Pe. Francisco da Mota de Souza Angelim
Pe. João Antônio do Nascimento e Sá
Pe. João Carlos Augusto
Pe. Joaquim da Silva Coelho

Pe. José Gonçalves da Costa
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva

1884-1885 Pe. Antero José de Lima
Pe. Antônio Cândido da Rocha
Pe. Antônio de Souza Barros
Pe. Diogo José de Souza Lima
Pe. Francisco Theotime Maria de Vasconcelos
Pe. Francisco Xavier Nogueira
Pe. Luiz de Souza Leitão
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares
Pe. Pedro Leopoldo de Castro Feitosa
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva

1886-1887 Pe. Antônio Alexandrino de Alencar
Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora
Pe. José Teixeira da Graça
Pe. Luiz de Souza Leitão
Pe. Manuel de Lima Araújo
Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva

1888-1889 Pe. Antonino Pereira de Alencar
Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora
Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro
Pe. João Aureliano de Sampaio
Pe. Luiz de Souza Leitão

▲ ▲ ▲

Fato relevante a observar é o número de reeleições de padres por consecutivas legislaturas. Registramos os nomes dos deputados com representação a partir de três mandatos:

Com 10 mandatos:

- Pe. Francisco Xavier Nogueira

Com 08 mandatos:

- Pe. Antônio José Sarmento Benevides
- Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro

Com 07 mandatos:

- Cônego Antônio Nogueira Braveza

Com 06 mandatos:

- Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
- Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
- Pe. Pedro José de Castro e Silva

Com 05 mandatos:

- Pe. Antonino Pereira de Alencar
- Cônego Antônio de Castro e Silva

Com 04 mandatos:

- Pe. Domingos Carlos de Sabóia
- Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
- Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
- Cônego Francisco Ribeiro Bessa
- Cônego João Francisco Pinheiro
- Pe. Luiz de Souza Leitão
- Pe. Manuel Antônio de Lemos Braga
- Cônego Manoel Roberto Sobreira
- Monsenhor Miceno Clodoaldo Linhares
- Pe. Miguel Francisco da Frota
- Monsenhor Vicente Pinto Teixeira

Com 03 mandatos:

- Monsenhor Antero José de Lima
- Padre Antônio de Souza Neves

- Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
- Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora
- Pe. Daniel Fernandes de Moura
- Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
- Pe. João Barbosa Cordeiro
- Pe. João Felipe Pereira
- Pe. José da Costa Barros
- Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva
- Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira

PRESTÍGIO E LIDERANÇA

Importante também salientar o prestígio e relevância política daqueles que chegaram à presidência do Poder em número de dez, alguns com a presença marcada em diversas Mesas:

- Pe. Frutuoso Dias Ribeiro (1843)
- Pe. Justino Domingues da Silva (1858 e 1861)
- Pe. Francisco Xavier Nogueira (1863, 1872, 1877)
- Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva (1866)
- Pe. Antonino Pereira de Alencar (1867/1868)
- Pe. João Antônio do Nascimento e Sá (1883)
- Mons. Antero José de Lima (1884/1885)
- Mons. José Teixeira da Graça (1886)
- Pe. Luiz de Souza Leitão (1888)
- Mons. Francisco Ferreira Antero (1913 – republicano)

Muitos outros padres tiveram atuações marcantes no cenário legislativo, político imperial, senadores, deputados gerais, presidentes da Província, e mesmo como vereadores.

No Senado Imperial, dois ilustres padres deixaram os seus nomes gravados entre os mais ilustres representantes cearenses naquele Poder:

- Pe. José Martiniano de Alencar: Deputado à Constituinte em 1823. Deputado às Cortes de Lisboa. Senador pelo Ceará de 02.05.1832 a 15.01.1860. Presidente da Província do Ceará de 1834 a 1837 e de 1840 a 1841;
- Pe. Thomaz Pompeu de Souza Brasil: Deputado Geral de 1845 a 1847. Senador de 11.02.1864 a 02.09.1877.

Outras presenças merecem citação pela participação no cenário sócio-político do Império:

- Monsenhor Antero José de Lima: Presidente do Senado Estadual em 1891. Terceiro Vice-presidente da Província;
- Cônego Antônio de Castro e Silva: Vereador em Fortaleza, em 1834;
- Padre Antônio de Souza Neves: Vereador em Sobral, em 1852;
- Monsenhor Antônio Fernandes da Silva Távora: Senador Estadual na legislatura de 1891;
- Cônego Antônio Pinto de Mendonça: Deputado Geral em 05 legislaturas. Eleito Senador em 1868, cuja eleição foi anulada pelo próprio Senado;
- Padre Carlos Augusto Peixoto de Alencar: Deputado Geral em 03 legislaturas;
- Padre João Aureliano de Sampaio: Vereador em Baturité;
- Padre João Barbosa Cordeiro: Deputado Geral;
- Cônego João Francisco Pinheiro: Presidente da Câmara Municipal de Aracati de 1855 a 1869;
- Padre Dr. José Antônio de Maria Pereira Ibiapina: Deputado Geral em 1834;

- Padre José da Costa Barros: Deputado do Congresso Republicano de Recife;
- Cônego José Ferreira Lima Sucupira: Deputado ao Congresso Republicano no Recife, em 1824. Deputado Geral em 1838. 5º Vice-presidente da Província, em 1835.

A INSTALAÇÃO DO BISPADO

Registramos que o Bispado Cearense foi criado pelo Papa Pio IX pela Bula "*Pro animaruim salute",* documento esse datado de 6 de junho de 1854, sendo designado para o Sólio da Igreja então erecta o eminente D. Luiz Antônio dos Santos, clérigo dotado de sólida cultura e espírito apostólico, a quem coube proceder a instalação da Diocese do Ceará. Em 18 de outubro de 1864, o senhor Bispo deu como instalado o Seminário, conforme publicação comemorativa aos 50 anos de fundação, editada pelo Seminário Episcopal do Ceará.

Dessa data em diante não foi difícil catalogar dados e informações biográficas, levando em conta os registros existentes na Secretaria do Bispado. A partir de 1864, o nosso Seminário passa a constituir-se o Centro de formação dos nossos clérigos.

Antes de 1854 o Ceará se constituía em "Vigararia Foranca da Diocese de Olinda" (subordinação administrativa-religiosa) em cujo Seminário eram ordenados os padres e fonte de dados e informações de quantos cursaram aquele Seminário. Para as nossas anotações valemo-nos do *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*, editado em outubro de 1914; da obra *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará*, de Hugo Vítor Guimarães; do livro *Ungidos do Senhor na Evangelização do Ceará (1700 a 2004)*, em três volumes, autoria de Aureliano Diamantino Silveira – Editora Premius. Recorremos também

às Atas e Anais da Assembléia Legislativa do Ceará referentes ao período em estudo, isto é, de 1824 a 1889. A pesquisa estendeu-se a historiadores da galeria do Instituto do Ceará, tais como Barão de Studart, Geraldo Nobre, Eduardo Campos, Aroldo Mota e Valdelice Carneiro Girão. De grande importância também as informações históricas deixadas por João Brígido.

Convém registrar que a Secretaria do Bispado do Ceará e o Seminário de Olinda guardam em seus arquivos preciosas informações sobre o assunto ora tratado, instituições que foram exaustivamente pesquisadas. Muito por certo ainda há a acrescentar-se sobre a matéria, tendo em vista a importância do tema que ora abordamos, e a contribuição histórica da participação dos clérigos católicos durante o ciclo das Assembléias Provinciais.

A IGREJA EM NOSSA HISTÓRIA POLÍTICA

O Brasil nasceu sob a égide do Catolicismo e registra mais de quinhentos anos de presença constante em nossa história. Durante esse tempo a Igreja catequizou, educou, ergueu templos, fundou cidades e teve participação efetiva nos quadros sócio-políticos da Colônia, Império e República.

Ao ser descoberto, o Brasil foi "batizado" com o nome de Terra de Vera Cruz, e a presença de Frei Henrique de Coimbra, frade franciscano, foi tão ou mais importante que a do próprio descobridor das novas terras, Pedro Álvares Cabral. E se bem acompanharmos a fase inicial de nossa história, vamos encontrar um jesuíta de 31 anos, padre Manoel da Nóbrega aportando em 1549 na Bahia juntamente com o primeiro governador geral do Brasil, Tomé de Sousa.

É ainda outro padre, o jesuíta José de Anchieta, que em 1554 dá inicio à povoação de São Paulo, com a instalação da Casa Piratininga. E como não citar o padre Antônio Vieira, também jesuíta, aportando no Maranhão em 1653? E foram muitos os padres que marcaram as suas presenças em nossa história, estando o Ceará inserido nessa área de atuação, registrando em seus anais políticos, atuações marcantes de vultos ilustres tonsurados.

A CRUZ DE CRISTO

Uma das primeiras providências do colonizador português, em aqui chegando, foi fincar uma cruz e celebrar uma missa, fato representando não somente a expansão do império português, mas também os horizontes da fé. Eram a cruz e a espada irmanadas sob uma mesma visão.

A Igreja ao tempo da descoberta era umbilicalmente ligada à Coroa portuguesa. O catolicismo romano representava a religião oficial do Reino, considerado esse um "Estado Fidelíssimo" em relação a Roma. Um acordo bi-lateral unia interesses comuns. Em conseqüência o Vaticano outorgou aos reis portugueses o reconhecimento do direito divino de sua dinastia, concedendo-lhe certos poderes e privilégios sobre o clero local. Uma bula papal ratificou o acordo.

O documento denominado "Padroado Régio" chegou ao Brasil via D. João VI. Ao Imperador competia praticamente ser o mentor da Igreja, determinando os dízimos, os valores cobrados pelos sacramentos, ao mesmo tempo em que mantinha todo o Clero praticamente como uma categoria de funcionários públicos em sua folha de pagamento, estipulando os ordenados, as côngruas de cada cargo da hierarquia católica. Os não

católicos, à época, classificavam-se, de fato, como cidadãos de segunda classe.

Era da competência imperial nomear párocos e bispos, mediante lista tríplice, sendo da sua alçada placetar, isto é, concordar ou não, a respeito da execução em todo o Império, de qualquer bula, ou outro documento papal.

O MONOPÓLIO DA IGREJA OFICIAL

Competia à Igreja Católica ministrar o ensino, realizar casamentos (não existia o casamento civil) e providenciar as anotações de nascimento por intermédio do Batistério, documento privado da Igreja. Só os católicos poderiam ser enterrados nos cemitérios, todos subordinados à administração das Paróquias, e só aos católicos estavam reservados os cargos públicos. Assim, a Igreja mantinha controle absoluto da sociedade de antanho.

Lógico, portanto, concluir que os nossos homens de letras, os detentores da cultura e do conhecimento ou eram padres, ou estudantes que passaram pelos bancos dos seminários, únicos centros de nível superior da época. Justifica-se assim a presença de tantos clérigos entre aqueles que representaram a elite política de todo o período do Primeiro e Segundo Reinado.

O historiador Nelson Werneck Sodré, em *Panorama do Segundo Império*, Edição Graphia, no Capítulo "O Clero", pág. 112 e seguintes, nos oferece o entendimento da presença e prestígio dos clérigos nos movimentos sociais e políticos que marcaram o período histórico, ora sob estudo, como também retrata a frouxidão da disciplina clerical então vigente.

> "O Clero vai se constituir, no decorrer do segundo império, uma das forças, num dos apoios, da

classe média. Dela, no seu inicio, sairão os candidatos. Os únicos colégios eram os dos padres. Não fazíamos o livro e o jornal, porque era-nos vedado o estabelecimento de tipografias. Dirigir-se à massa era parte da função que exerciam. Estavam como nunca, aptos a ter a função primacial na evolução das coisas brasileiras. O padre é, mais que o guia, o chefe dos seus fiéis. São assim os que lêem, os que estudam, os que discutem".

"Padres eram chefes de família ou mantinham companheiras. Esse devia ser o panorama comum e vulgar, público e notório. Seguiam a medida da existência de todos os homens."

A PALAVRA DA IGREJA

Na publicação comemorativa do jubileu de fundação do Bispado do Ceará, documento de 18 de outubro de 1914, sob título *Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará*, encontramos no Capítulo VII, pág. 83 oportuna matéria acerca da conduta ética de padres desviados dos princípios elementares da disciplina católica. Prudente, pois, acompanharmos essa análise fruto da observação das próprias autoridades da Igreja:

"Ficou pintado nas primeiras páginas deste Álbum, o estado desolador e deprimente da Religião no Ceará, em tempos anteriores à criação da Diocese.

Não só eram raros os padres, mas na sua maioria eram homens, que não podiam atacar os vícios, que não sabiam apontar a boa doutrina, que embora não tenham tido um tirocínio sacerdotal, que os habilitasse a bem apascentar os seus paroquianos.

A história cita alguns nomes que se tornaram célebres por sua influência na política, como sejam o

Senador Martiniano de Alencar e o padre Gonçalo Ignácio Mororó. Outros ainda vivem lembrados de sua popularidade ou originalidade, tais são o cônego Antônio Braveza e padre Alexandre Verdeixa.

A maioria dos padres, segundo o testemunho de monsenhor Bruno, era ignorante e incapazes de paroquiar. As causas de tantas decadências não nos são ocultas: não havendo seminários bem disciplinados naqueles tempos idos, a formação sacerdotal era descurada. Ora, todos compreendem que com tanta pequena bagagem literária e teológica, os antigos padres não podiam ser nem instruídos nem virtuosos. Anos depois o reverso deslumbrava os espíritos altamente observadores. Fulgia a igreja cearense: eram virtuosos os luminares do sacerdócio, os obreiros armados de virtude e ciência, que em poucos meses formavam paróquias erguiam igrejas e capelas, desobrigavam o povo, consertavam rixas e discórdias, faziam justiça aos inocentes, pregavam enfim as consoladoras verdades da Religião, tão rudimentalmente conhecidas pelo bom povo".

O Ceará conviveu intensamente com a participação do Clero no quadro sócio-político do Primeiro e Segundo Reinados. Não poderia ser diferente e estar alheio a tais peculiaridades. Destacamos desde logo a figura proeminente do padre José Martiniano de Alencar, de seu irmão padre Carlos, personalidades presentes aos acontecimentos políticos dos idos de 1817 e 1824. Padre Martiniano foi deputado geral às Cortes de Lisboa, espírito liberal por excelência, presidente da Província do Ceará e Ministro do Império. Padre Carlos, seu irmão, teve morte trágica, morto a machadadas. Seu outro irmão, Tristão Gonçalves foi trucidado em Jaguaribara, antiga Santa Rosa. Mesmo sem ter desempenhado mandato

eletivo não devemos esquecer a figura proeminente do padre Mororó, herói e mártir dos ideais nacionalistas.

A IGREJA E O ESTADO

Esse quadro de presenças de padres em nossas casas legislativas só se modificaria a partir de 1889, com o advento da República, e a separação oficial entre a Igreja e o Estado (Constituição de 1891), assegurando direitos iguais a todas as religiões. Os cemitérios passaram à administração das prefeituras. Foram instituídos o casamento e o registro civil e o ensino laico. O Positivismo e o Liberalismo, e por conseqüência a República, eram as ideologias dos líderes do novo regime, mentores da constituição promulgada.

A bandeira do Brasil resguarda a imagem desse ciclo histórico, pois traz escrita em seu seio a legenda "Ordem e Progresso", principio basilar da doutrina liberal-positivista-republicana de Augusto Comte, a qual define a Ordem por principio, o Amor por meio e o Progresso por fim.

Mesmo anteriormente a 1808, no Brasil Colônia, ou após constituir-se como Reino Unido a Portugal e Algarves, e ainda sob todo o ciclo imperial, como já registrado e esclarecido, até o advento da República, a Igreja detinha o monopólio oficial do ensino. Assim, os nossos antepassados que ostentavam bons níveis de cultura, situavam-se, todos, egressos de estabelecimentos católicos. Eram os padres detentores do que melhor se apresentavam para os cargos e funções públicas.

É preciso examinar o porquê do privilégio do ensino religioso oficial, em detrimento da escola laica. Quando foi promulgada a Constituição Imperial em 1824, com a conseqüente instalação dos Conselhos Gerais,

(extintos em 1834 em 12 de agosto, com a promulgação do Ato Adicional, que transformou os Conselhos Provinciais em Assembléias Legislativas Provinciais), as mútuas relações entre a Coroa e a Igreja estavam reguladas, como já anotado, pelo regime do "Padroado Régio".

Robinson Cavalcanti, em *Cristianismo e Política* – Editora Vinde, pág. 161, oferece as informações sobre o Padroado:

> "A partir do século XV estabeleceram-se vários privilégios outorgados pelos papas aos reis de Portugal, isto em troca da obrigação de implantar a fé católica em suas conquistas. Em contrapartida, os reis detinham o privilégio de apresentar os seus candidatos aos cargos eclesiásticos, tais como bispos, cônegos e párocos. Por sua vez, os reis recolhiam os dízimos, e obrigavam-se a manter, isto é, sustentar as missões, bispados e paróquias. Cabia ainda aos reis o controle de aplicação das bulas papais e encíclicas, documentos que só teriam vigor com o "placet" real ou imperial, isto é, com a aprovação prévia do monarca."

Assim, a Igreja Católica como religião oficial do Estado, operava em regime de monopólio absoluto, com exclusão de qualquer outra fé religiosa, e detentora do ensino em todos os níveis. O sistema do Padroado iria deflagrar em 1872 a célebre Questão Religiosa, envolvendo a desobediência de dois Bispos, de Olinda e de Belém do Pará, acerca de recomendações papais, não placetadas pelo Imperador, de condenação à Maçonaria. Como resultado do confronto os bispos, D. Vital e D. Macedo, de Olinda e de Belém, foram condenados à prisão, por desobediência ao Imperador, e por ironia do destino, receberam o indulto assinado por Duque de Caxias, à época Grão-Mestre da Ordem Maçônica no Brasil.

O QUADRO REAL

A detenção da cultura reservava-se a quantos gozavam do privilégio de freqüentarem as escolas e seminários católicos, normalmente filhos da aristocracia rural, ou então de oriundos da classe média, preparando-os a uma participação efetiva de liderança nas atividades sociais e políticas onde atuavam.

Esse panorama viria a modificar-se com os novos conceitos-filosóficos que nortearam o advento republicano, extinguindo o Sistema do Padroado, implantando o registro e casamento civil, abrindo as portas do ensino às escolas laicas, alheias ao dogmatismo religioso.

Verifica-se, assim, porque tantos foram os clérigos detentores de posições de relevo na história de nosso Poder Legislativo, merecedores que eram pelo seu saber, inegável cultura clássica, e a bem da verdade, senhores de uma postura política que muito engrandeceram o nosso parlamento estadual. Dez padres foram distinguidos pelos seus pares como presidentes da Assembléia do Ceará.

Para as eleições legislativas previstas na Constituição de 1824, seis padres elegeram-se entre 21 representantes. Para a legislatura de 1833, entre 283 postulantes, quarenta padres disputaram vagas, consignando-se a eleição de dez clérigos. Nas eleições subseqüentes há sempre a presença de padres entre os candidatos eleitos.

A fim de facilitar um melhor acompanhamento deste trabalho, que compreende o ciclo de 1824 a 1889, procedemos relacionar os padres eleitos por ordem alfabética, como também por legislaturas, com ênfase às informações biográficas, daqueles que galgaram a presidência do Poder.

Conta-se aproximadamente a quase uma centena os clérigos que desempenharam mandatos eletivos de deputados provinciais, gerais e senadores. E outros tantos tiveram suas presenças marcadas junto às Câmaras Municipais.

ORDEM BIOGRÁFICA E REFERIDOS MANDATOS

A

Pe. Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa
1848/1849; 1864/1865

Pe. Ambrósio Rodrigues Machado
1835/1837

Pe. Antero José de Lima
1880/1881; 1884/1885; 1891

Pe. Antonino Pereira de Alencar
1864/1865; 1866/1867; 1868/1869; 1880/1881; 1888/1889

Pe. Antônio Alexandrino de Alencar
1886/1887

Pe. Antônio Alves de Carvalho
1850/1851

Pe. Antônio Cândido da Rocha
1884/1885; 1891

Pe. Antônio Carneiro da Cunha Araújo
1864/1865

Pe. Antônio Correia de Sá
1868/1869

Cônego Antônio de Castro e Silva
1824; 1835/1837; 1838/1839; 1840/1841; 1848/1849

Pe. Antônio de Souza Barros
1884/1885

Pe. Antônio de Souza Neves
1858/1859; 1860/1861; 1862/1863

Pe. Dr. Antônio Elias Saraiva Leão
1848/1849; 1858/1859; 1864/1865

Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora
1886/1887; 1888/1889; 1891

Pe. Antônio Francisco de Sampaio
1824; 1835/1837

Pe. Antônio José Sarmento de Benevides
1850/1851; 1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1860/1861; 1862/1863; 1864/1865; 1866/1867

Pe. Antônio Manuel de Sousa
1822
Cônego Antônio Nogueira de Braveza
1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1858/1859; 1870/1871; 1872/1873; 1874/1875
Cônego Antônio Pinto de Mendonça
1840/1841; 1850/1851
Pe. Antônio Xavier Maria de Castro
1842/1843; 1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1860/1861; 1870/1871

B

Pe. Bento Antônio Fernandes
1835/1837; 1838/1839
Pe. Bernardino de Oliveira Memória
1882/1883

C

Pe. Carlos Antônio Barreto
1893/1896; 1897/1900
Pe. Carlos Augusto Peixoto de Alencar
1835/1837
Pe. Cesário Claudiano de Oliveira Araújo
1860/1861; 1870/1871

D

Pe. Daniel Fernandes de Moura
1860/1861; 1862/1863; 1870/1871
Pe. Diogo José de Souza Lima
1860/1861; 1884/1885
Pe. Domingos Carlos de Sabóia
1838/1839; 1840/1841; 1846/1847; 1860/1861

F

Pe. Francisco Bastos de Oliveira
1852/1853

Pe. Francisco Coriolano de Carvalho
1864/1865; 1866/1867; 1874/1875; 1876/1877
Pe. Francisco Correia de Carvalho e Silva
1864/1865; 1866/1867; 1870/1871; 1872/1873
Pe. Francisco da Mota de Souza Angelim
1882/1883
Pe. Francisco de Paula Barros
1835/1837; 1838/1839
Monsenhor Dr. Francisco Ferreira Antero
1913/1914; 1921/1924
Pe. Francisco Gomes Parente
1835/1837
Pe. Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães
1824
Pe. Francisco José da Silva Carvalho
1893/1896; 1897/1900
Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro
1888/1889; 1897/1900; 1901/1904; 1905/1908; 1909/1912; 1913/1914; 1915/1916; 1917/1920
Pe. Francisco Ribeiro Bessa
1862/1863; 1870/1871; 1872/1873; 1876/1877
Pe. Francisco Theotime Maria de Vasconcelos
1884/1885
Pe. Francisco Xavier Nogueira
1850/1851; 1852/1853; 1854/1855; 1856/1857; 1858/1859; 1862/1863; 1870/1871; 1874/1875; 1876/1877; 1884/1885
Pe. Frutuoso Dias Ribeiro
1840/1841; 1842/1843; 1844/1845

J

Pe. João Antônio do Nascimento e Sá
1880/1881; 1882/1883
Pe. João Aureliano de Sampaio
1888/1889
Pe. João Barbosa Cordeiro
1842/1843; 1844/1845; 1846/1847

Pe. João Carlos Augusto
1882/1883
Pe. João Felipe Pereira
1854/1855; 1856/1857; 1860/1861
Pe. João Francisco Pinheiro
1858/1859; 1864/1865; 1866/1867; 1868/1869
Pe. João Paulo Barbosa
1878/1879
Pe. João Rodrigues Leite
1824
Pe. João Vicente Ferreira Lima
1880/1881
Pe. Joaquim da Silva Coelho
1882/1883
Pe. Joaquim de Paula Galvão
1824
Pe. Joaquim Domingues Carneiro
1842/1843; 1858/1859
Pe. Joaquim Ferreira Limaverde
1858/1859; 1860/1861
Monsenhor José Alves Quinderé
1925/1928; 1929/1930
Pe. José Antunes de Oliveira
1844/1845
Pe. José Beviláqua
1852/1853
Pe. José da Costa Barros
1835/1837; 1838/1839; 1840/1841
Pe. José de Arimatéia Cisne
1913/1914
Pe. José de Sá Barreto
1846/1847; 1848/1849
Pe. José Ferreira Lima Sucupira
1835/1837; 1850/1851
Pe. José Gonçalves da Costa e Sousa
1868/1869; 1882/1883

Pe. José Joaquim Sobreira
1822
Pe. José Martiniano de Alencar
1822
Pe. José Nepomuceno de Brito
1824
Pe. José Tavares Teixeira
1866/1867
Pe. José Teixeira da Graça
1886/1887
Pe. Dr. Justino Domingues da Silva
1850/1851; 1854/1855; 1856/1857; 1858/1859; 1860/1861; 1862/1863
Pe. Justino Furtado de Mendonça
1846/1847; 1848/1849

L

Pe. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho
1856/1857
Pe. Lourenço Correia de Sá
1838/1839; 1840/1841
Pe. Luiz Antônio da Rocha Lima
1842/1843
Pe. Luiz de Souza Leitão
1884/1885; 1886/1887; 1888/1889; 1891

M

Pe. Manuel Antônio de Lemos Braga
1856/1857; 1858/1859; 1860/1861; 1862/1863
Pe. Manuel Antônio Martins de Jesus
1876/1877
Pe. Manuel Joaquim Aires do Nascimento
1840/1841
Pe. Manuel Lima de Araújo
1886/1887

Pe. Manuel Pacheco Pimentel
1822; 1838/1839
Pe. Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante
1822
Cônego Manuel Roberto Sobreira
1842/1843; 1856/1857; 1858/1859; 1860/1861
Pe. Miceno Clodoaldo Linhares
1866/1867; 1878/1879; 1880/1881; 1884/1885
Pe. Miguel Francisco da Frota
1848/1849; 1854/1855; 1858/1859; 1868/1869

P

Pe. Pedro Antunes de Alencar Rodovalho
1848/1849
Pe. Pedro José de Castro e Silva
1850/1851; 1852/1853; 1854/1855; 1858/1859; 1860/1861; 1862/1863
Pe. Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa
1884/1885

R

Pe. Raimundo Francisco Ribeiro
1850/1851

S

Pe. Sezinando Marcos de Castro e Silva
1882/1883; 1884/1885; 1886/1887

T

Pe. Teodulfo Franco Pinto Bandeira
1862/1863; 1870/1871; 1872/1873
Pe. Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil
1846/1847

V

Pe. Vicente Jorge de Souza
1880/1881
Pe. Visitador Vicente José Pereira
1842/1843; 1844/1845
Monsenhor Vicente Pinto Teixeira
1897/1900; 1901/1904; 1905/1908; 1909/1912
Monsenhor Vicente Salazar da Cunha
1921/1924; 1925/1928

PRESIDENTES

ASSEMBLÉIA PROVINCIAL DO CEARÁ

MONSENHOR ANTERO JOSÉ DE LIMA

Presidência: 1884/1885
Deputado Provincial: 1880/1881 – 1884/1885
Constituinte Republicano: 1891

Uma das glórias do sacerdócio católico, tendo nascido na fazenda “Estreito”, em Arneiroz, em dezembro de 1845. Filho de Gabriel José Pequeno Ibiapina e de Antônia Cândida de Lima.

Iniciou os estudos aos 6 anos de idade, na escola primária Vicente Ferreira de Arruda, em Sobral. A seguir matriculou-se numa escola, de Reinaldo Montalvan, passando daí à escola pública em Arneiroz. No Icó deu início aos estudos secundários com o prof. Montezuma, passando, em seguida, a Tauá. Estudou no Colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, na Paraíba, para, enfim, matricular-se em 1863 no Liceu Cearense. Ingres-

sou no Seminário de Fortaleza em 1864, no Curso Teológico e ordenou-se a 6 de dezembro de 1868. As ordens religiosas lhes foram conferidas pelo 1º Bispo do Ceará, Dom Luiz Antônio dos Santos, depois Marquês do Monte Pascoal. No mesmo ano de sua ordenação foi investido como coadjutor de Arneiroz. Nomeado vigário da nova freguesia do Cococi, da qual não chegou a tomar posse, passando então, a coadjutor de Fortaleza. Em 1870 foi nomeado vigário da freguesia de Imperatriz (Itapipoca), tomando posse a 23 de outubro, e nela se conservando durante 31 anos:

> "Como demonstração do seu zelo e atividade, é necessário deixar consignado que ele concluiu os trabalhos complementares da capela de São Sebastião, que servia de matriz quando chegou à freguesia; construiu o cemitério com a respectiva capela, e a nova matriz, uma dos maiores do Ceará. No período de 1877 a 1879, realizou em sua freguesia várias obras, como a Casa da Câmara, duas casas para escolas e um açude nas proximidades da vila. Esses serviços não foram esquecidos, pelo Bispo D. Joaquim José Vieira que o nomeou Examinador Sinodal, e honrado com o título de Monsenhor pela Santa Sé. O governo civil o fez inspetor literário em toda a comarca e depois inspetor escolar e 3º vice-presidente da província" (em data de 13 de novembro de 1889, dois dias antes da Proclamação da República). Barão de Studart.

Monsenhor Antero tornou-se o chefe político de Itapipoca, elegendo-se para o 1º Congresso Constituinte, em 1891, como senador mais votado, cabendo-lhe a presidência daquela Casa do Parlamento estadual.

O seu título de Monsenhor é de 17 de outubro de 1896. Retirando-se para o Amazonas, foi nomeado

vigário de Nossa Senhora dos Remédios de Manaus. Faleceu na capital amazonense a 11 de outubro de 1924.

É autor de dois trabalhos bastante curiosos e de valor informativo: Histórico da Igreja Matriz da Parochia de Na. Sa. das Mercês, vila de Itapipoca, Fortaleza, 1893, e Parochiato do Monsenhor Antero José de Lima, na freguesia de Na. Sa. das Mercês da Imperatriz e Vila de Itapipoca, Fortaleza, 1901.

PADRE ANTONINO PEREIRA DE ALENCAR

Presidência: 1867/1868
Deputado Provincial: 1864/1865 – 1866/1867
1868/1869 – 1880/1881 – 1888/1889

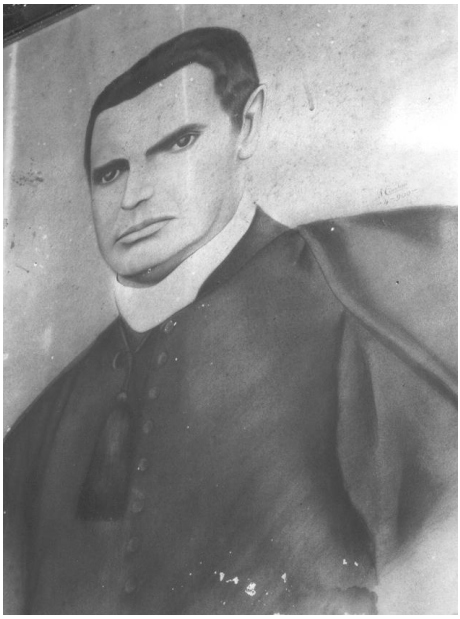
Natural de Exu, Pernambuco, filho de Antônio Leão da França e de Inácia Pereira de Alencar. Primo legítimo do padre Senador José Martiniano de Alencar, e irmão do padre Joaquim Pereira de Alencar. O Padre Joaquim faleceu no Rio de Janeiro, a 15 de março de 1860, poucas horas depois do falecimento do senador padre Martiniano, na própria casa deste. Era seu primo o padre Pedro de Alencar Rodovalho. Marcou presença na vida política cearense, no magistério e na administração. Deputado Provincial em diversas legislaturas. Exerceu o magistério como lente da Cadeira de Latim do Liceu, e nomeado catedrático por ato de 8 de fevereiro de 1848,

após submeter-se a concurso público. Vereador e presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, de 21 de janeiro a 9 de fevereiro de 1868. Juiz de Paz e membro da Comissão de Socorros, na seca de 1877. Ordenado pelo Seminário do Maranhão, em 1845, juntamente com o irmão, padre Joaquim Pereira de Alencar. Por ato de 20 de fevereiro de 1855 teve nomeação de membro substituto do Conselho Diretor da Instrução Pública, efetivado a 4 de janeiro de 1859. Fundada a "União do Clero", foi o seu primeiro presidente, nomeado a 30 de março de 1884. Faleceu vítima de apoplexia, em Fortaleza, a 12 de março de 1889. Participou, com membros da família Alencar, do movimento de rebelião do Exu.

O padre Antonino tinha a vista esquerda defeituosa, pelo que recebeu o apelido de "Carapuça", motivo de motejo de seus adversários, quer da tribuna da Assembléia, quer na imprensa. Foi agraciado com a comenda "Cavaleiro da Ordem de Cristo".

PADRE FRANCISCO CORREIA DE CARVALHO E SILVA

Presidência: 1866
Deputado Provincial: 1864/1865 – 1866/1867 – 1870/1871 – 1872/1873



Nasceu no Aracati a 10 de janeiro de 1814, primo co-irmão do padre Lourenço Correia de Sá. Ordenado pelo Seminário de Olinda a 21 de dezembro de 1841. Vigário Colado da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, nomeado a 10 de julho de 1842, tomou posse da freguesia a 11 de janeiro de 1843, permanecendo como vigário da Paróquia durante 40 anos e ali falecendo a 13 de junho de 1881. Portaria de 30 de outubro de 1845 nomeou-o inspetor da Aula de Instrução Pública. O governo imperial agraciou-o com a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Político militante, ocupava amiudadamente a tribuna da Assembléia, discutindo com veemência e até, às vezes, com violência, conforme anotações da época. Deputado provincial em quato biênios, sendo o primeiro em 1864/65 e o último em 1872/1873.

PADRE FRANCISCO XAVIER NOGUEIRA

Presidência: 1863 e 1872/1877
Deputado Provincial: 1850/1851 – 1852/1853 – 1854/1855 – 1856/1857 – 1858/1859 – 1862/1863 – 1870/1871 – 1874/1875 – 1876/1877 – 1884/1885

Nasceu em Fortaleza a 25 de março de 1825, obtendo ordenação em Pernambuco no ano de 1847. Filho de Francisco Xavier Nogueira e de Maria das Graças Nogueira (bisneto do Governador José Vitoriano Borges da Fonseca, um dos mais ilustres homens da época). Dois de seus irmãos tiveram assento na Assembléia: o Desembargador Paulino Nogueira e o Major Dr. Manuel Nogueira Borges.

Vigário de Icó, com posse a 4 de novembro de 1849. Vereador à Câmara de Fortaleza em 1851. Deputado provincial em 10 biênios: o primeiro de 1850/1851

e o último de 1884/1885. Cavaleiro da Ordem de Cristo do Governo Imperial. Era dotado de grande cultura. Sua permanência na Assembléia está registrada com brilhante desempenho. Foi Presidente do Poder Legislativo em várias legislaturas, o que atesta seu prestígio entre seus pares. Faleceu em Santana do Acaraú a 20 de julho de 1898.

PADRE FRUTUOSO DIAS RIBEIRO

Presidência: 1843
Deputado Provincial: 1840/1841 –
1842/1843 – 1844/1845

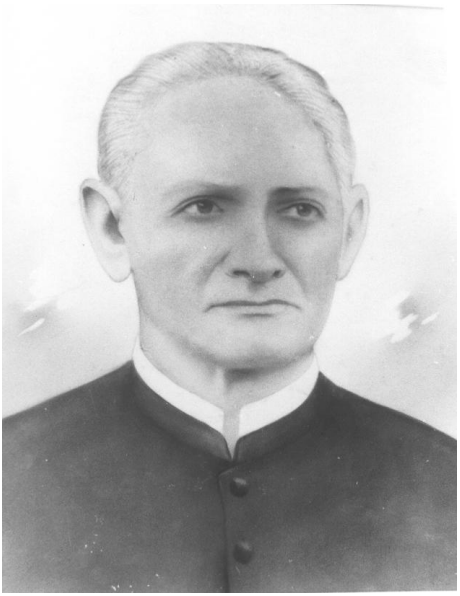
Nasceu a 13 de outubro de 1805, em Icó/CE e batizado a 18 de outubro. Filho de Frutuoso Dias Ribeiro e de Maria Tereza de Jesus (irmã dos padres Manuel Felipe Gonçalves e Joaquim José Coelho).

Ordenado no Oratório do Palácio Episcopal de Olinda/PE, em 21 de dezembro de 1828, por D. Tomaz de Noronha. Coadjutor em 1829 da Paróquia de São Mateus (Jucás/CE). Vigário de Riacho do Sangue em 1883; de Quixeramobim em 17 de março de 1834; de Maria Pereira (Mombaça) no ano de 1835; Vigário Colado da Paróquia de Santa Rita no Rio Grande do Norte, por provisão em 1837; de lá foi proposto para vigário da

igreja matriz de São João do Príncipe em julho de 1838. Deputado provincial em três biênios: 1840/1841, 1842/1843 e 1844/1845. Presidente da Assembléia Legislativa em 1843.

PADRE JOÃO ANTÔNIO DO NASCIMENTO E SÁ

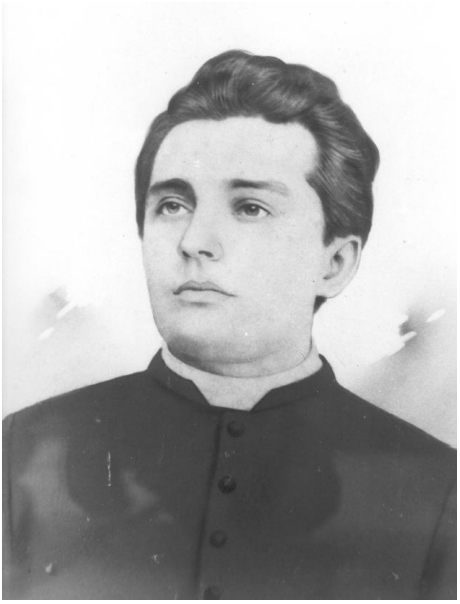
Presidência: 1883
Deputado Provincial: 1880/1881 – 1882/1883



Nasceu em Souza, Paraíba em 26 de setembro de 1839 e faleceu no sitio Sobradinho, município de Mombaça, em 21 de agosto de 1884. Filho de Antônio José Pereira de Sá e de Antônia Nunes da Silveira, irmã do padre João do Nascimento Sá e casada em segundas núpcias com Manuel Soares da Silva. A 28 de setembro de 1866 foi demitido a pedido do coadjutor de Boa Viagem, sendo nomeado pároco encomendado de Maria Pereira (Mombaça) a 12 de março de 1867, tomando posse em 12 de abril e coadjutor daquela freguesia a 12 de março de 1868. Nomeado inspetor literário de Pedra Branca por portaria de 29 de novembro de 1870. Foi presidente da assembléia em 1883.

MONSENHOR JOSÉ TEIXEIRA DA GRAÇA

Presidência: 1886
Deputado Provincial: 1886/1887



Nasceu no Aracati em 1853, filho do Coronel Antônio Pereira da Graça. Faleceu em Fortaleza a 24 de julho de 1894. Ordenado pelo Seminário de Fortaleza em 1876, nomeado Vigário da Parangaba, tendo prestado inestimáveis serviços durante a seca de 1877/79. Removido para a capelania de Passagem das Pedras (Itaiçaba), e posteriormente transferido para o Curado da Catedral de Fortaleza, onde soube conquistar verdadeira amizade e admiração do povo. Ao seu enterro compareceram mais de 5.000 pessoas acompanhando o seu féretro ao Cemitério São João Batista.

Presidente da União do Clero e presidente da Assembléia. Nomeado pelo papa Leão XIII como seu

Camareiro Secreto com as honras de Monsenhor. Recusou o bispado do Pará. O seu Mausoléu foi erguido no Cemitério São João Batista, fruto de uma campanha de donativos, sendo projeto da autoria do desenhista Martiniano Antônio da Mota.

> “Ele foi o padre segundo o Evangelho e viram-no todos sempre nos caminhos do bem: eis por que deram-lhe todos a lagrima pura da saudade e encheram-lhe a campa com as olorosas flores da gratidão e do amor quando o Senhor o chamou à eterna Sião, cujas grandezas ele cantou tanta vez em seus arroubos de crente.” (Barão de Studart)

PADRE DR. JUSTINO DOMINGUES DA SILVA

Presidência: 1858-1861
Deputado Provincial: 1850/1851 – 1854/1855 – 1856/1857 – 1858/1859 – 1860/1861 – 1862/1863
Deputado Geral: 1869/1870 – 1872/1874

Bacharel em Direito. Nasceu em Sobral a 28 de janeiro de 1823 e faleceu em Fortaleza em 8 de julho de 1907. Filho do rico negociante português Joaquim Domingues da Silva e de Florência Maria de Jesus. Sobre o padre Dr. Justino assim diz o Barão de Studart:

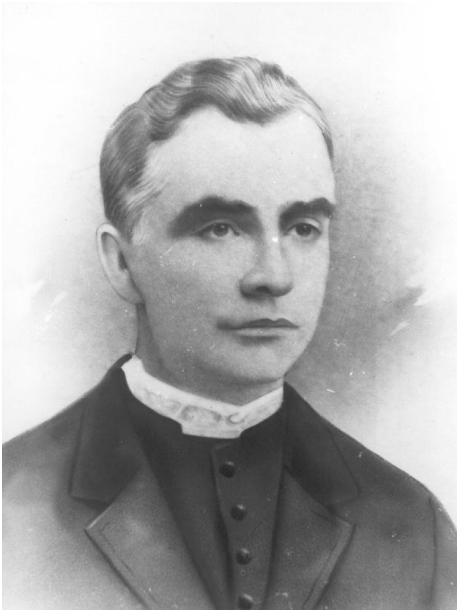
> "O espírito do velho Joaquim Domingues era trabalhado pela constante preocupação de ter um da família consagrado ao sacerdócio, e para o filho Justino convergiram suas vistas. Tendo feito o 1° ano do curso de Direito em Olinda em 1841, regressou a Sobral, recebendo do pai a proposta de abraçar a carrei-

ra eclesiástica. Em aceitando, seguiu para a Diocese do Maranhão no ano de 1842. Faltando-lhe a idade canonicamente exigida para a ordenação, só em princípios de 1846 conseguiu receber as ordens sacras. Após ordenado regressou a Olinda a fim de prosseguir os estudos de Direito, concluindo-os a 31 de outubro de 1849. Retornando ao Ceará iniciou-se na política, tendo seu nome incluído na chapa que se organizou para deputados provinciais, participou da Assembléia Provincial por 7 mandatos. Em 1862 candidatou-se à deputação geral e mesmo eleito viu o seu nome excluído na diplomação. Eleito deputado geral na eleição procedida em 1868, referente à 14ª legislatura, a qual foi dissolvida em 1872. Regressando ao Ceará reassumiu o cargo de bibliotecário, para o qual fora nomeado na administração Freitas Henriques. Em 27 de janeiro de 1873 assumiu no Liceu o cargo de professor de Francês, aposentando-se em 5 de outubro de 1898. Diretor interino da Instituição Pública, por nomeação do Presidente Oliveira Maciel. Criada a Faculdade Livre de Direito do Ceará, foi nomeado Fiscal Federal da mesma, em cujo cargo faleceu".

Era o padre Justino um espírito alegre, expansivo altamente pilhérico, gostando de dedilhar violão, passatempo de sua preferência, pelo que teve o apelido de Padre Violão. Não tendo vocação para a vida sacerdotal, ordenado para satisfazer os desejos do pai, não tinha vida muito regular como sacerdote. Gozava de grande notoriedade como mestre de Direito Civil e Canônico, e diziam-no muito versado em literatura clássica.

PADRE LUIZ DE SOUZA LEITÃO

Presidência: 1888
Deputado Provincial: 1884/1885 –
1886/1887 – 1888/1889
Constituinte Republicano: 1891



Nasceu em Quixeramobim, a 27 de março de 1851. Filho de José de Souza Leitão e de Adelina Cândida de Morais Leitão. Faleceu em Castanhal, Pará em 13 de outubro de 1921.

Ordenado em Fortaleza a 30 de novembro de 1875. Nomeado em fevereiro de 1876 Vigário da Freguesia de Pentecoste, destacando-se o seu trabalho durante as secas de 1877/79. Por seus esforços foram construídas a cadeia e a casa de Câmara e introduzidos vários melhoramentos na matriz. Transferido em 1888 para Vigário de Soure (Caucaia). No regime republicano

foi nomeado professor interino de Filosofia do Liceu, e por título de 31 de março de 1891, professor catedrático de Geografia, de cujo cargo foi demitido em 1892, por ter ficado solidário ao Governador Clarindo de Queiroz, quando do golpe de Estado.

Retirou-se. para o Rio de Janeiro, onde teve nomeação interina de Vigário de Santa Rita e de Maricá. Professor de Religião do Colégio Mayrink, na Tijuca. Secretario em 1894 do Bispo do Amazonas, Dom José Lourenço da Costa Aguiar, sobralense, demorando em Manaus, porém, apenas quatro meses. Regressando ao Ceará foi nomeado capelão da Igreja de São Francisco das Chagas. Em 1900 retirou-se para Belém do Pará, sendo nomeado pelo governador Pais de Carvalho, diretor da Colônia cearense "José de Alencar". Exerceu o ministério paroquial em Castanhal. Nomeado pró-pároco da igreja de Nazaré, pelo Bispo Dom Antônio Manuel de Castelo Branco, funções exercidas ate 1902. Fixou residência em Castanhal, como Vigário da Paróquia e dirigente do Grupo Escolar.

Foi presidente da Assembléia Provincial do Ceará na legislatura de 1888-89 e 1° secretario da 2ª Constituinte.

A Revista do Instituto do Ceará publicou, em 1902, interessante trabalho de sua autoria: "Notas políticas e religiosas da Vila de Canindé".

MONSENHOR DR. FRANCISCO FERREIRA ANTERO

Presidência: 1913 – República Velha
Deputado Republicano: 1913/1914 – 1921/1924

Nasceu na cidade de Icó a 1° de maio de 1855 e faleceu a 24 de junho de 1928. Filho de Antônio Ferreira Antero, natural de Galiza, na Espanha, e estabelecido em Icó desde 1843, e de Ana Joaquina do Espírito Santo, natural de Icó.

Fez os primeiros estudos na sua cidade natal, com o professor Ernesto C. Lima Bezerra. Entrou para o Seminário de Fortaleza em 1870, ali permanecendo até 1874. Nomeado professor do Seminário do Crato em 1874, optou, porém, em viajar para Roma em 1875 para ali cursar teologia no Colégio Pio Latino Americano. Doutorou-se em filosofia na Universidade Gregoriana no ano de 1878, ordenando-se a 12 de março de

1881. Após sua ordenação em Roma enfrentou problemas de saúde, o que o trouxe a residir no Icó. Em 1891 construiu uma capela em sua fazenda de Águas Belas no Icó, consagrada à Nossa Senhora das Dores.

Eleito Deputado Estadual, foi Presidente da Assembléia Legislativa em 1913. Agraciado com a comenda “Pro Ecclesia et Pontífice”, e por sua devoção à Nossa Senhora do Loreto, teve nomeação de Cônego Honorário na suntuosa basílica. Foi considerado protótipo do sacerdote católico, pelas excelsas virtudes morais e por seu espírito voltado à caridade, despendendo toda a sua fortuna herdada com o culto divino e com os pobres.

DEPUTADOS E SUPLENTES

NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS

PADRE ALEXANDRE FRANCISCO CERBELON VERDEIXA

Deputado Provincial: 1848/1849 – 1864/1865

É o célebre “Padre Canoa Doida”, de quem se hão ocupado quase todos os historiadores, merecendo estudos especiais de João Brígido, Barão de Studart, Dr. José de Castro Medeiros e, por último, do Dr. Leonardo Mota, que conseguiu desvendar a data certa e o lugar onde nasceu. Curiosíssima figura da nossa história, sempre referenciado como um louco genial que se celebrizou por uma série infinita de ações nocivas de toda ordem, era de sua natureza deixar em apuros as autoridades provinciais, especialmente alguns presidentes dos quais se constituiu inimigo gratuito, simplesmente levado pelo espírito de contradição, confrontando-se com até elementos do próprio Clero. Usou e abusou da tribuna sagrada como palco de suas diatribes. Escrevia com correção, revelando-se homem de cultura, e senhor de uma pena furiosa e irreverente, não se dando aos limites em macular e ferir reputações, por mais ilibadas.

Por tudo isto se tornou exposto a vasto anedotário. Sobre esse Padre, cuja existência é uma série de anedotas e de fatos curiosos, João Brígido escreveu vários artigos no jornal “A República”, de Fortaleza. Pa-

dre Verdeixa, foi um homem sobremodo excêntrico. Diziam ter nascido em Olinda, ou no Crato, outros ainda que no Rio do Peixe, na Paraíba. Ele mesmo alimentava tal confusão confundindo os que bisbilhotavam sobre a sua origem. Ele se dizia natural do Crato. Ao padre Luiz, vigário de Cascavel, se disse natural do Rio do Peixe. Ora, assinava Alexandre Francisco Sobreira, e ora por Cerbelon Verdeixa. Nome que "parece ter sido logo após a ordenação". (Hugo Vitor Guimarães)

Era adepto do regime republicano. Em 1850 instalou o jornal "O Juízo do Povo", impresso num prelo construído em Fortaleza. Tratava-se de um jornal atrevido e de crítica mordaz, o que lhe valeu perseguições e desgostos. Em 1852 fundou "O Coelho", e em 1853, "A Liberdade", jornal, que bem poderia ser taxado de "A Libertinagem", tal o excesso de linguagem empregada contra o presidente da província, Dr. José Bento de Figueiredo Junior, que o fez processar. Padre Verdeixa foi várias vezes processado por crime de injúria impressa. Segundo cronistas da época, dava provas de completo desequilíbrio mental. Faleceu em Fortaleza, num leito da Santa Casa, a 17 de outubro de 1872. Sabe-se ter deixado pelo menos um filho, que foi voluntário da Pátria, herói da Guerra do Paraguai, em 1865.

PADRE AMBRÓSIO RODRIGUES MACHADO

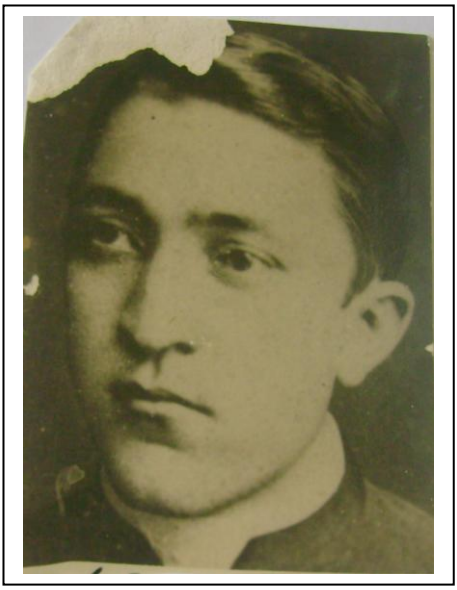
Deputado Provincial: 1835/1837

Nasceu na freguesia de Quixeramobim a 7 de dezembro de 1792, filho de Manoel Antônio Rodrigues e Luíza Pessoa da Silva. Faleceu na sua fazenda Barra do Figueiredo, Russas, a 31 de outubro de 1878. As datas do nascimento e da morte foram copiadas da lousa da sepultura, na capela de Barra do Figueiredo pelo padre Misael Alves de Souza, e constantes do arquivo do Dr. Leonardo Mota.

Ordenado pelo Seminário da Bahia, a 10 de setembro de 1815. Vigário da freguesia de Campo Maior, no Piauí de 1846 a 1850. O padre Ambrósio, em que pese a sua qualidade de sacerdote, deixou vultosa descendência.

MONSENHOR ANTÔNIO ALEXANDRINO DE ALENCAR

Deputado Provincial: 1886/1887



Monsenhor, por nomeação de 17 de outubro de 1896. Nasceu em Assaré a 25 de novembro e foi batizado pelo padre Antônio Pereira de Alencar a 8 de dezembro de 1843. Filho de Alexandre da Silva Pereira e de Alexandrina Benigna de Alencar. Irmão do padre Francisco Alexandrino de Alencar.

Entrou pra o Seminário de Fortaleza, em 1864, já no curso Teológico, ordenando-se a 30 de novembro de 1867, da 1ª turma, de sacerdotes saídos desse tradicional estabelecimento de ensino religioso. Nomeado coadjutor da freguesia de Lavras, tomou posse a 2 de fevereiro de 1868, ali permanecendo até 1872, quando foi transferido para coadjutor de Brejo Seco (Araripe), logo depois, em 1873,nomeado vigário da referida

freguesia, assumindo o exercício em agosto, permanecendo até abril de 1885. Removido em maio para a vigararia de Quixadá, onde permaneceu até dezembro de 1891. Em fevereiro de 1892, indicado para vigário do Crato, isto até maio de 1900.

Seu nome ficou ligado à realização de obras duradouras e de máxima importância, como a Matriz, a Casa de Caridade e o Seminário de São José. Levado por desgostos provocados pela política local, Monsenhor Alexandrino resolveu deixar o Ceará, passando ao Piauí, onde foi nomeado vigário da freguesia de Picos, tomando posse em abril de 1901. Como vigário, ali faleceu a 6 de abril de 1903, às 15 horas, vítima de doença do coração, sendo sepultado ao pé do púlpito da Matriz. Deputado provincial de 1886 a 1887.

PADRE ANTÔNIO ALVES DE CARVALHO

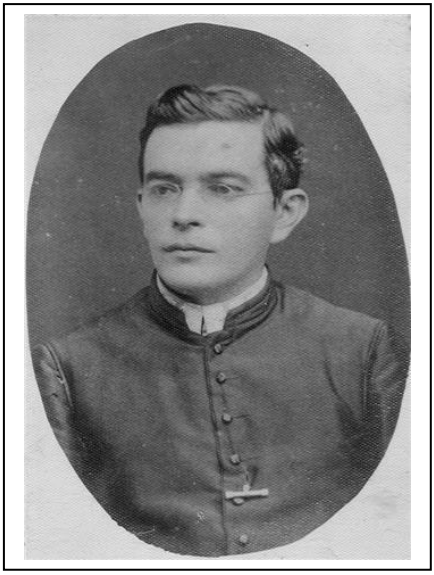
Deputado Provincial: 1850/1851

Filho do capitão Manuel Alves de Carvalho e de Ana Francisca da Silva. Nasceu em 1821 na Paraíba, falecendo em Fortaleza a 11 de março de 1884.

Deputado Provincial de 1850 a 1851. Dizem-no chegado ao Ceará em volta do ano de 1840. Em 1845 já aparece como secretário do visitador padre Antônio Pinto de Mendonça, e por ato de 4 de novembro de 1848 foi nomeado capelão do cemitério de São Casemiro, em substituição ao padre Verdeixa, permanecendo nessa capelania até 1852. Assumiu em 1851, a 8 de setembro, a regência interina da freguesia de Fortaleza. Distinguiu-o o governo imperial com a Mercê das insígnias de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

PADRE ANTÔNIO CÂNDIDO DA ROCHA

Deputado Provincial: 1884/1885
Constituinte Republicano: 1891



Professor. Nasceu na Povoação Catinga do Góes, depois Vila União, conforme registra o Livro de Batismos nº 24, da Paróquia de Aracati, às folhas 48. Filho legítimo de José Francisco da Silva e Thereza Maria de Jesus, nascido em 6 de fevereiro de 1854, e batizado aos dezenove dias do dito mês e ano, pelo padre Cláudio Pereira de Faria, na Capela do Jiqui. Foram seus padrinhos João Procópio da Silva e Generoza Maria do Carmo.

Antônio Cândido da Rocha recebeu o presbiterato no dia trinta de novembro de 1879, conferido pelo primeiro Bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, fundador e primeiro Reitor do Seminário da Prainha. Lo-

go em seguida, foi designado Vigário de União (hoje Jaguaruana), onde, além de suas atividades religiosas, projetou-se como chefe político. Elegeu-se Deputado Provincial para o biênio 1884/1885, e Deputado à Constituinte Republicana de 1891. Diretor da Escola Normal, nomeado pelo governador José Clarindo de Queiroz, por ato de 6 de junho de 1891.

Deve-se ao Padre Rocha a iniciativa de elevar seu torrão natal a foros de cidade, pelo Decreto n° 66, de 11/09/1890. Em 1943, a cidade passou a chamar-se Jaguaruana, nome indígena que significa “onça preta”.

Em 21 de agosto de 1899, já com 45 anos, desencantado com o Regime Republicano e a queda do General Clarindo de Queiroz, transferiu-se para Belém do Pará. Por indicação de D. José Lourenço da Costa Aguiar, seu contemporâneo no Seminário da Prainha e primeiro Bispo do Amazonas, foi paroquiar em Água Boa/AM. Depois fixou-se em Belém como coadjutor do Curato da Sé, ao mesmo tempo em que assiduamente escrevia na “Folha do Norte”. Voltou-se novamente à vida política, como correligionário do então Presidente do Estado, Lauro Sodré. No seu livro Miscellanea, consta a informação que foi Diretor do Arquivo Público, nomeado por Lauro Sodré, cargo que ocupou até o dia 10 de novembro de 1918, e Diretor Interino da Imprensa Oficial daquele Estado em 1920.

Em 1928, aos 74 anos, retornou ao Ceará, trazido por familiares, indo residir em Jaguaruana, com sua irmã Cristina, no lugar Latadas, onde veio a falecer no dia 12 de novembro de 1932.

Antes de sua morte, reuniu em livros seis dos seus Sermões, com prefácio de seu amigo francês Florence Dubois, onde destaca o Purgatório, pregação

proferida no Cemitério São João Batista, em dois de novembro de 1898, dia de Finados.

Além de Deputado Provincial e Estadual no Ceará, Padre Rocha foi Deputado Estadual por Belém do Pará, onde teve uma profícua atuação. Seus discursos eram bem elaborados. Pouco se resgatou de suas obras, restando apenas o livro chamado Miscellâneas, onde se encontram dois textos à época, muito lidos: Fábio e Carolina, e os Sermões.

Conta-se que Padre Rocha parecia ter problemas de consciência, pois sempre dizia que o inferno estava cheio de coroas de frades, referindo-se às tonsuras que os padres usavam àquela época.

Padre Antônio Cândido da Rocha é Patrono da Cadeira n° 36 da Academia Metropolitana de Letras do Ceará, AMLECE.

Além de suas atividades religiosas e jornalísticas, dedicava-se ao teatro escrevendo comédias e dramas.

PADRE ANTÔNIO CARNEIRO DA CUNHA ARAÚJO

Deputado Provincial: 1864/1865

Nasceu no lugar “João Ferreira” no município de Granja, a 12 de maio de 1830, filho de Joaquim Carneiro da Cunha e de Francisca Joaquina do Nascimento. Faleceu em Chaval, a 8 de julho de 1885.

Depois de feitos os estudos primários com o latinista padre Antônio Diniz Pereira, em Granja, seguiu para Recife onde se matriculou no Seminário de Olinda. Realizou os estudos teológicos até 1852, para a 3 de setembro de 1853 receber as ordens menores, e o presbiterato na igreja de Nossa Senhora das Mercês, a 24 de setembro. Além da atividade religiosa dedicou-se à advocacia. À época disseram-no ter patrocinado os assassinos do padre Maximiano Valcácer, morto em 10 de dezembro de 1842. Preso e recolhido à cadeia de Granja em 15 de janeiro de 1858.

Foi vigário de Acaraú, nomeado em 22 de janeiro de 1858. Pároco da freguesia de Santo Antônio de Iboassú, com a transferência da sede para Amarração, que passou a pertencer ao Piauí, e por tanto, sob a jurisdição do Bispado do Maranhão. Nomeado coadjutor de Acaraú, pediu exoneração meses depois, indo residir

em Chaval, cuja fundação a ele se deve. Político liberal, pronunciou na Assembléia discursos ardorosos, participando de acalorados debates. Como advogado, por várias vezes ocupou a tribuna do júri “defendendo muitas causas com brilhantismo”. Faleceu de tétano, em conseqüência do arranhão de um prego na mão esquerda.

PADRE ANTÔNIO CORREIA DE SÁ

Deputado Provincial: 1868/1869

Natural de Aquiraz, nascido a 5 de setembro de 1826, filho de João Correia de Sá e de Tereza Jesus de Sá. Batizado a 22 de outubro de 1826, pelo padre Lourenço Correia de Sá.

Ordenado em 1850, no dia 25 de julho. Nomeado vigário encomendado de sua terra natal, de 1850-54, quando teve nomeação de capelão de Quixadá, ali permanecendo de 1854 a 1860. Em 1860 foi nomeado capelão de Boa Viagem, ali permanecendo até 1863. Em 1864, passou a residir em Aquiraz, dedicando-se à agricultura em larga escala. Foi vigário de Aquiraz por nomeação, de março de 1873, onde faleceu a 26 de agosto de 1875, aos 49 anos de idade.

CÔNEGO ANTÔNIO DE CASTRO E SILVA

Constituinte: 1824
Deputado Provincial: 1835/1837
1838/1839 – 1840/1841 – 1848/1849

Da Congregação Oratoriana, da Casa da Madre de Deus, de Pernambuco. Nasceu em Sobral a 21 de dezembro de 1785, e faleceu, vítima do cólera morbus, em Parangaba, a 13 de julho de 1862, aos 76 anos de idade. Filho primogênito do Capitão-mor Antônio José da Silva e Castro e de Francisca Domingues de Castro e Silva.

Teve destacada atuação no movimento republicano de 1824, como imperialista, mas tendo caído no desagrado do coronel Conrado de Niemeyer, presidente da famigerada Comissão Militar, este moveu-lhe terrível perseguição, a ponto de o mandar prender e escoltá-lo às 22 horas de 12 de novembro de 1825.

Por esse fato, (vide Hugo Vitor):

> "Pe. Antônio de Castro e Silva, dirigiu queixas ao imperador. O então ministro da Justiça, Visconde de Caravelas, em ofício de 26 de maio de 1826, pediu ao presidente da Província, informações seguras. Antes, porém, em ofício de 15 de julho de 1825, o

presidente José Félix de Azevedo e Sá dava informações sobre a atitude do padre Castro ao ministro do Império, acerca do movimento revolucionário, nestes termos":

"Clérigo de toda probidade e abastado foi perseguido e massacrado pelos rebeldes, a ponto de o condenarem a uma prisão na Vila do Crato. da qual eu mesmo o livrei servindo de medianeiro para com Tristão a custa de dinheiro que despendi por ele, e na ocasião de levantar-se o Estandarte Imperial trabalhou comigo quanto coube as suas forças, e é digno de que S. M. I. o nomeie Cavaleiro do Cruzeiro".

Figura como orador adjunto da Loja Maçônica "União Beneficente", de Fortaleza, fundada em 1834 pelo presidente da província, padre senador José Martiniano de Alencar. Em 1861 aposentou-se como capelão do cemitério de São Casemiro.

Publicou: Resposta ao manifesto do ex-comandante das Armas do Ceará. Conrado Jacob de Niemeyer contra o padre Antônio de Castro e Silva. Rio 1828, com 35 documentos. Em apêndice, e Carta ao redator do Semanário Constitucional, Fortaleza, 1832. Foi Vereador de Fortaleza em 1834. Eleito Deputado provincial em 1835/1841 e 1848/1849. Deixando as atividades políticas em 1850, dedicou-se inteiramente ao ministério sacerdotal até o final de sua honrada existência. Foi um dos confessores dos políticos fuzilados em 1825.

PADRE ANTÔNIO DE SOUZA BARROS

Deputado Provincial: 1884/1885

Nasceu na fazenda de seus pais, em Santa Quitéria, a 18 de março de 1858, batizado a 12 de maio do mesmo ano. Filho de Simão de Barros Galvão e de Rufina Isabel de Souza.

Matriculou-se no Seminário Episcopal de Fortaleza, sob número 341, de 7 de abril de 1874. Ordenou-se pelo Seminário da Bahia a 21 de dezembro de 1882. Em 1883, era 2º secretário da Sociedade Propagadora do Ensino Popular, de Fortaleza, instituição presidida pelo padre Vicente Salazar. Nomeado vigário de Acarape, em dezembro de 1885, função em que permaneceu até a morte, ocorrida a 29 de agosto de 1901. O padre Souza Barros deixou uma imagem de homem irrequieto, mas de atitudes sérias, sempre voltado para o bem comum.

PADRE ANTÔNIO DE SOUZA NEVES

Deputado Provincial: 1858/1859
1960/1961 – 1862/1863

Nasceu em Sobral a 12 de março de 1819. Seus pais foram Ricardo de Sousa Neves e Margarida Ximenes Aragão. Padre Neves faleceu a 27 de novembro de 1878.

Fez os primeiros estudos com o professor Gregório Francisco Torres de Vasconcelos. Recebeu a ordenação sacerdotal a 29 de maio de 1842, e cantou a primeira missa na Matriz de Sobral a 3 de junho do mesmo ano. Coadjutor da freguesia do Ipu, onde permaneceu até 1845. Nessa data retornou a Sobral, dedicando-se ao magistério. Coadjutor da freguesia de Santa Quitéria a partir de 31 de março de 1847. Vigário da mesma paróquia no ano seguinte, cargo que exerceu até o ano de 1851. Transferiu residência para Sobral em 1852. Vereador dessa cidade no quadriênio 1854/1857.

PADRE DR. ANTÔNIO ELIAS SARAIVA LEÃO

Deputado Provincial: 1848/1849
1858/1859 – 1864/1865

Bacharel em Direito. Nasceu em Morada Nova a 8 de dezembro de 1808. Filho de Luiz de Brito Lira, rico fazendeiro, e de Júlia de Sant'Ana Maria da Encarnação. Seu pai era filho de Cosme Leitão de Souza e de Laura de Távora, naturais de Pernambuco. Sua mãe Júlia era filha do tenente-coronel das milícias Antônio Saraiva Leão, opulento criador e grande fazendeiro.

Ordenado pelo Seminário de Olinda em 1836. Diplomado em Direito pela Academia da mesma cidade em 1845. Após ordenado e formado (Barão de Studart):

> "veio habitar com a avó, Ana Batista da Costa Coelho na fazenda Saco, a 3 léguas de Morada Nova. D. Ana foi quem concorreu com as despesas de sua ordenação. Fez-se capelão da Barra do Sitiá, cerca de 20 anos, vivendo modestamente. O Bispo Dom Luiz Antônio dos Santos procurou atraí-lo, pela notícia de sua ilustração e virtudes, para exercer um cargo em Fortaleza, constando que lhe destinava o Vigariato Geral, mas foram vãos todos os esforços do

eminente Prelado. Nunca quis ser pároco e só por obediência ocupou a vigararia de Quixeramobim, durante cerca de três anos. Era um homem de sentimentos nobres e filantrópicos. No período da grande calamidade de 1877 a 1879 se salientou por atos de piedade e caridade. Faleceu em 1896, já privado do uso da vista e da razão".

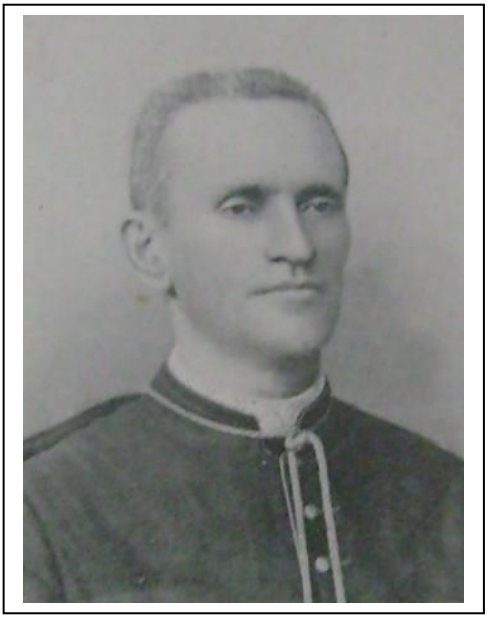
Já um pouco idoso começou a advogar em Quixeramobim, mas tendo obtido um seu cliente uma sentença, que lhe pareceu injusta e ilegal, indignou-se e lavrou um protesto de não mais advogar, o que cumpriu. Fundou uma fazenda de criar – Monte Alverne – à margem esquerda do Banabuiú, onde celebrava em Oratório os ofícios divinos.

Vigário de Quixeramobim de 1º de setembro de 1872 a 23 de dezembro de 1875.

Tido como uma pessoa excêntrica. Basta acentuar que tendo sido eleito deputado em três biênios, nunca veio à Fortaleza, nem mesmo para tomar assento na Assembléia!

MONSENHOR ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA TÁVORA

Deputado Provincial: 1886/1887 – 1888/1889
Constituinte Republicano: 1891



Monsenhor Doutor Antônio Fernandes da Silva Távora representa uma das maiores expressões do Clero brasileiro e um cearense que muito honrou e elevou o nome da sua terra.

Nasceu a 17 de outubro de 1851, na fazenda “Caranguejo”, município de Jaguaribe-mirim. Filho de Antônio Fernandes da Silva Távora e de Idalina Alves de Lima. Descende de duas famílias portuguesas: Fernandes da Silva, do Porto, e Távora, de Lisboa, pelo lado paterno, e pelo lado materno, da família de Vidal Negreiros. Em livro publicado pela Academia de Letras de Lisboa, sob o título “Brasões da Casa de Cintra” pode-se

acompanhar a ascendência nobre da família Távora em terras lusitanas.

Matriculou-se no Seminário Episcopal de Fortaleza em 1869, contando então 18 anos de idade. Fez os primeiros estudos com o professor português Vitorino. Recebeu o presbiterato a 30 de novembro de 1879, conferido por D. Luiz Antônio dos Santos. Rezou sua primeira missa a 20 de dezembro do mesmo ano na Matriz de Nossa Senhora das Candeias, em Jaguaribemirim. Em 1880 tomou posse nessa mesma paróquia como vigário, ali permanecendo até 19 de setembro de 1883. Removido para a freguesia do Crato, onde permaneceu até 11 de janeiro de 1889. Foi deputado provincial de 1886 a 1889 e, com a proclamação da República, eleito Senador estadual na 1ª legislatura de 1891.

Com o advento da República, firmou crédito de político militante, pondo-se ao lado do governador José Clarindo de Queiroz, adversário político do Marechal Floriano Peixoto. O Gal. Clarindo foi deposto pela Escola Militar e o monsenhor Távora o acompanhou ao Rio de Janeiro. No Rio publicou vários artigos e um Manifesto no jornal “Combate”, todos contra o florianismo.

Em abril de 1892 foi nomeado vigário de Cachoeira de Itapemirim, do então bispado do Rio de Janeiro. Exerceu essa comissão até junho do ano seguinte, quando foi transferido para a Paróquia de Vassouras, no Estado do Rio, ali permancendo por apenas seis meses, mudando-se então para Juiz de Fora/MG.

Em 1894 acompanhou D. José Lourenço da Costa Aguiar, 1º Bispo do Amazonas, época da organização daquela Diocese. Nomeado cônego da Catedral de Manaus a 8 de dezembro de 1894. Em 1896 esteve em visita ao Ceará, de onde transferiu-se para Roma, matriculando-se na Universidade S. Apolinária, onde reali-

zou cursos de direito civil e canônico. Após concluir esses cursos, matriculou-se na Academia dos Nobres, à qual dificilmente eram admitidos estrangeiros, ali estudando Diplomacia e Tratados. Em 1889, foi nomeado pelo Papa Leão XIII seu Camareiro Secreto com honras de Monsenhor. Durante sua permanência em Roma escreveu para diferentes jornais religiosos da Itália e Portugal.

Tio do senador Fernandes Távora, foi acima de tudo orientador e encaminhador da família, ressaltando-se as figuras do bispo de Caratinga, Dom Carloto Távora, e Dr. Belisário Távora. Consta que chegava a sacrificar-se economicamente, para garantir a educação de seus irmãos Manuel, Carloto, Elisário e Belisário, e não interrompessem os estudos!

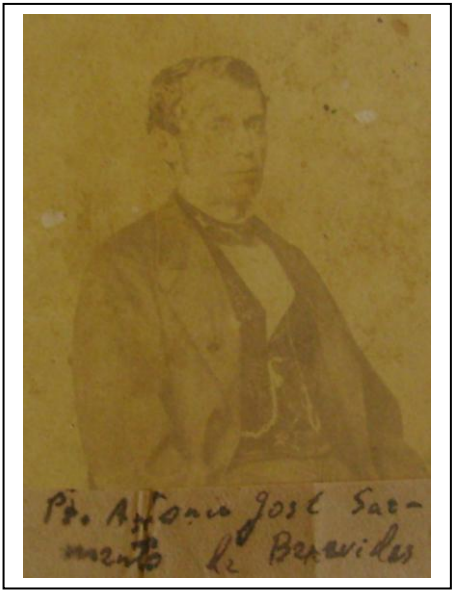
PADRE ANTÔNIO FRANCISCO DE SÃO PAYO (SAMPAIO)

Constituinte: 1824
Deputado Provincial: 1835/1837

Nasceu em Aracati, ali exercendo o magistério como professor de latim, época em que foi eleito Procurador da Província do Ceará. Membro do Conselho da Província em 1829. Deputado provincial na legislatura 1835/1837. Provisionado confessor em Aracati em 1834.

PADRE ANTÔNIO JOSÉ SARMENTO DE BENEVIDES

Deputado Provincial: 1850/1851 – 1852/1853
1854/1855 – 1856/1857 – 1860/1861
1862/1863 – 1864/1865 – 1866/1867



Nasceu na cidade de Souza, na Paraíba, sendo filho de Luiz José Correia de Sá e de Ana Maria de Sá e Benevides, e sobrinho do padre Luiz José Correia de Sá. Uma das principais figuras do movimento republicano de 1817, na Paraíba, e irmão do Dr. Francisco Tavares de Sá e Benevides, que foi deputado provincial na Paraíba, em três biênios consecutivos, de 1840 a 1845. Faleceu em Maria Pereira, a 14 de março de 1867, de onde foi Vigário Colado, de 10 de julho de 1843 até sua morte.

Confirmado na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória de Maria Pereira (Mombaça), dizia dele

em ofício de 12 de setembro de 1843 ao ministro do Império, o Marechal José Maria da Silva Betencourt, informando um pedido de graça:

> "...segundo me consta o Suplicante procede dignamente ao desempenho de suas funções Parochiaes, bem como que he sem notas, pelo que respeita aos mais actos de sua vida pública e particular, tendo nelles, apresentado constantemente hum decidido espírito de adhesão à causa da Monarchia Constitucional". (Hugo Vitor Guimarães)

Foi deputado provincial eleito em oito legislaturas, de 1850 a 1867. Político exaltado e homem de ânimo forte, capaz de enfrentar qualquer situação, como se depreende do seguinte fato: por ocasião de se proceder a uma eleição em Mombaça, dentro da igreja, como de lei, certo valentão tentou impedir a votação dos liberais e, armado, apossou-se da urna. Tendo disto conhecido, padre Sarmento dirigiu-se à igreja, conduzindo uma faca e, dirigindo-se ao arruaceiro, sem mais preâmbulo "meteu-lhe a mão" e sacando a "pajeú" vociferou:

- Respeita o vigário da freguesia, cabra!

Para ganhar uma eleição usava de todos os expedientes. Esteve preso em casa, de fins de 1866 a começo de 1867, mesmo assim pedia licença para ir celebrar aos domingos na igreja. Esteve Suspenso de Ordens e da vigararia por tempo indeterminado em 26 de novembro de 1844. Suspenso da vigararia por seis meses a 22 de setembro de 1855. Estando "de baixo" o seu partido, e sendo de absoluta necessidade ganhar determinado pleito, despachou com antecedência um afamado caminhador, munido de cartas de jornais, com a recomendação de no dia da eleição chegar a Mombaça. Naquele tempo as comunicações com Fortaleza eram

demoradas, pela distância e meios de transporte. No dia aprazado, estava o padre Sarmento à porta da igreja, cercado de amigos, palestrando intencionalmente despreocupado, quando o caminhador chega, estafado, como tendo feito longa viagem, entregando-lhe cartas e jornais, que o padre abriu, pressuroso, animando-se à proporção que os lia, e indagando os presentes de que se tratava, respondeu-lhe vitorioso:

- O Ministério caiu. Vamos ganhar a eleição.

E ganhou.

Tinha o apelido de “Padre Mastiga”.

CÔNEGO ANTÔNIO MANUEL DE SOUSA

Constituinte: 1822

Nasceu no Rio Grande do Norte em 1776. Filho de José Soares de Lemos e de Maria Geralda de Sousa. Faleceu a 5 de setembro de 1857 em Jardim.

Ordenou-se em Olinda em 1800. Vigário de Apodi/RN de 1801 a 1808. Primeiro Vigário Colado de Jardim, onde permaneceu de 1816 a 1857. Membro do governo provisório de 1823. Cavaleiro de Cristo, cônego honorário da Capela Imperial. Deputado Geral à Constituinte de 1823, não chegando a tomar assento. Essa Constituinte foi dissolvida por decreto de 13 de novembro de 1823. Vigário interino de Aquiraz em 1839, regressando em 1846 a Jardim, já velho, cego e paupérrimo, pois o que ganhava destinava à Igreja.

CÔNEGO ANTÔNIO NOGUEIRA DE BRAVEZA

Deputado Provincial: 1852/1853 – 1854/1855
1856/1857 – 1858/1859 – 1870/1871
1872/1873 – 1874/1875

Irmão de Domingos José Nogueira Jaguaribe (Visconde de Jaguaribe), nasceu no Aracati em 1807 (conforme Hugo Vítor Guimarães). O historiador Aureliano Diamantino Silveira, em *Ungidos do Senhor*, vol. I, pág. 177, o dá como nascido a 2 de julho de 1808. Faleceu no Rio de Janeiro, com 74 anos de idade, a 2 de setembro de 1881.

Órfão de pai muito jovem "conseguiu em 1833 empregar-se na Secretaria do Governo, tendo antes sido secretário particular do coronel Agostinho José Tomaz de Aquino na campanha de Pinto Madeira, mas, por sentir-se com vocação ao sacerdócio, dirigiu-se para

Pernambuco, em cujo Seminário de Olinda, recebeu as sagradas ordens". Nomeado professor de Retórica de Fortaleza, a 18 de abril de 1844. Com a fundação do Liceu foi nomeado seu primeiro secretário a 4 de junho de 1845. Exonerado a 30 de setembro. Professor interino de Retórica daquele estabelecimento, por ato de 8 de abril de 1845, e substituído a 11 de dezembro de 1853 pelo Dr. Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Coadjutor da igreja da Sé de Fortaleza em 1865 até 21 de março de 1870. Promotor do Juízo Eclesiástico em março de 1874. Capelão da Cadeia de Fortaleza, com posse em 12 de dezembro de 1870, onde se manteve até o dia 5 de abril de 1876, por aposentadoria. Capelão do Cemitério São João Batista, em 1873. Coadjutor de Maranguape, 1848, 1850, 1851 e 1854. Tinha as honras de Cônego da Capela Imperial e era condecorado com a Ordem de Cristo.

Publicou em 1864: Relatório do Colégio de Educandos, apresentado a Sua Excelência o Exmo. Sr. Presidente da Província, Dr. Lafaiete Rodrigues Pereira.

CÔNEGO ANTÔNIO PINTO DE MENDONÇA

Deputado Provincial: 1840/1841 – 1850/1851
Deputado Geral: 1834/1837 – 1843/1844
1845/1847 – 1857/1860 – 1864/1866

Nasceu no Aracati em 1803, sendo ali batizado a 4 de abril daquele ano. Filho de Joaquim Bernardo Mendonça Ribeiro Pinto e de Francisca Nunes de Bulhões. O pai era natural da freguesia de Frei S. Pedro Gonçalves, do Recife, e a mãe do Aracati. Neto paterno de Antônio Ribeiro Pinto de Mendonça, natural de Lisboa, e Maria Joaquina de Jesus, de Pernambuco, e materno de João Damasceno Ferreira, natural de Goiânia, Pernambuco, e Francisca Xavier de Assunção, do Aracati.

Ordenado no Seminário de Olinda, a 2 de fevereiro de 1827. Nomeado Vigário Colado de Quixeramobim a 29 de novembro de 1834, onde faleceu a 15 de abril de 1872. Tinha sido antes, vigário de Fortaleza, a 15 de novembro de 1827 até 1831. Nomeado Visitador Diocesano, tomou posse a 10 de janeiro de 1844. Criado o Bispado do Ceará, pelo papa Pio IX, e nomeado Bispo Dom Antônio dos Santos, depois Marques do Monte Pascoal, este nomeou Pinto de Mendonça seu procurador, e neste caráter, como Governador do Bispado, inaugurou-o solenemente, a 16 de junho de 1861, permane-

cendo no Governo até 29 de setembro, quando se deu a posse do bispo diocesano. Era Cônego pregador da Capela Imperial, e teve a mercê de cavaleiro da Ordem de Cristo. Como político foi deputado em dois biênios: 1840/1841 e 1850/1851. Deputado Geral (Federal) 5 vezes. Governou a Província como 1° vice-presidente de 9 de abril a 6 de maio de 1861. Eleito Senador em 1868, cuja eleição foi anulada em 1869.

Deliberando o governo imperial em 1858 experimentar a criação de dromedários no Ceará, e estando em dificuldades para a escolha de um lugar que lhes fosse propício, o cônego Pinto de Mendonça pôs à sua disposição sua fazenda em Quixeramobim, para onde, entretanto, não foram os animais. Os camelos eram 14, desembarcaram a 24 de julho de 1859, na barca francesa "Splendide", procedente da Argélia, e conduzidos por tratadores árabes. Não se adaptaram, entretanto entre nós, e os 4 últimos sobreviventes foram vendidos em hasta pública, em 4 de fevereiro de 1867.

Em 1847 fundou, com os drs. José Lourenço, Manuel Soares da Silva Bezerra e o prof. Manuel José de Albuquerque, "O Íris Cearense", jornal político,que circulou a 16 de março, logo substituído por um novo jornal o "Imparcial", que "por sua vez se transformou em Saquarema".

São de sua lavra as seguintes publicações: Sermão da Imaculada Conceição de Maria, pregado na Matriz de Quixeramobim no dia 8 de dezembro de 1847, e Relatório, passando o governo ao Dr. Duarte de Azevedo.

PADRE ANTÔNIO XAVIER MARIA DE CASTRO

Deputado Provincial: 1842/1843 – 1852/1853
1854/1855 – 1856/1857 – 1860/1861 – 1870/1871

Primeiramente chamou-se Antônio Xavier de Castro e Silva. Nasceu no Aracati e foi batizado em Fortaleza a 17 de outubro de 1815. O historiador Aureliano Diamantino Silveira, em obra já citada o diz nascido em Fortaleza. Filho de José Xavier de Castro e Silva, e de Ana Batista Xavier. Era irmão do Conselheiro João Batista de Castro e Silva. Faleceu no Maranhão a 6 de janeiro de 1901.

Ordenado pelo Seminário de Olinda, em 1838. Nomeado vigário colado de Acaraú, teve Carta de Apresentação a 24 de julho de 1838 e de Colação a 11 de novembro do mesmo ano, exercendo, também, o vicariato de Licância, (Santana do Acaraú), de 12 de maio

de 1839 a 1842. Deixando a sua freguesia foi residir no Maranhão, tendo Carta Comendatícia a 10 de maio de 1897, asseverando o Barão de Studart ter falecido “em muita pobreza no Baixo Mearim, em casa de D. Antônia Teólifo Ferreira, em viagem para Antonina”. O jornal “O Acaraú”, de 10 de novembro de 1901 publica um artigo de F. Teófilo, assinado de Manaus, na 3ª página, assim redigida:

> “Num dos primeiros dias deste ano, na capital do Maranhão, em viagem, faleceu o venerando sacerdote Antônio Xavier M. de Castro, em conseqüência de febres contraídas na Vila de Castanhal, onde era vigário. O falecido foi por muitos anos vigário de Acaraú, onde conquistou reais amizades nos seios de seus fregueses, vindo, entretanto a abandoná-los, quais no fim da vida, não porque lhe faltasse o apoio e a consideração de que era merecedor, mas por uma necessidade de seu gênio altivo e irrequieto. Profunda será a saudade que perdurará no coração dos acarauenses que por tão longo período tiveram como diretor espiritual o estimado sacerdote”.

PADRE BENTO ANTÔNIO FERNANDES

Deputado Provincial: 1835/1837 – 1838/1839

Nasceu em 1794. Foi o presidente da primeira sessão preparatória da Assembléia, em 1835, mas poucos são os dados existentes a seu respeito. Do valioso arquivo do Dr. Leonardo Mota consta apenas que o termo do sepultamento di-lo com 54 anos. Tendo "falecido de uma moléstia que há tempos padecia", em Quixeramobim, a 3 de dezembro de 1848. 6º vice-presidente da província, eleito pela Assembléia, em 1835. Vigário de Quixeramobim de 1826/30 e de 1830/34. Ainda em 1835 teve licença para usar altar portátil. Tendo sido por Provisão do Visitador Saldanha (10 de novembro de 1834) vigário de Maria Pereira, não assumiu, porém, a vigaraia. Deputado provincial de 1835 a 1839.

PADRE BERNARDINO DE OLIVEIRA MEMÓRIA

Deputado Provincial: 1882/1883

Nasceu em Sobral a 12 de dezembro de 1832 e ordenou-se em novembro de 1856. Filho do segundo matrimônio do português Antônio José Memória com Angélica Francisca de Oliveira, enlace realizado a 7 de janeiro de 1830. Era irmão do cel. Clinio de Oliveira Memória. Seu pai era ourives e também rábula. Vendia jóias a que o povo chamava vulgarmente de “memória”, herdando esse termo como apelido e por ele acolhido. Ficou órfão de mãe aos 9 anos de idade.

Matriculou-se no curso de Teologia do Seminário de Olinda em 1854. Ordenado sacerdote no dia 23 de novembro de 1856, e rezou a primeira missa na Matriz de Sobral a 8 de dezembro do mesmo ano. Nomeado vigário cooperador da freguesia de Acaraú, ali

permaneceu por dois anos. Tomou posse em abril de 1860, exercendo, também, a capelania de Santana da Barra do Macaco. Criada a freguesia de Aracati-assú, foi para ali transferido como seu primeiro vigário, estando em exercício de 18 de dezembro 1863 até 26 de janeiro de 1870, quando com a criação da freguesia de Pacatuba, teve para ali transferência, permanecendo de fevereiro de 1870 a junho de 1880, tempo em que sustentou viva luta com o irrequieto Padre Verdeixa. Criada, por fim, a freguesia de Campo Grande (Guaraciaba do Norte) foi nomeado seu primeiro vigário, de julho de 1888 a 26 de agosto de 1897, ali falecendo. Deputado provincial no biênio 1882/1883.

> "Sobre ele escreveu-me o venerando e ilustre historiador Dr. João Nogueira: 'Eu conheci o padre Bernardino de Oliveira Memória, sendo eu menino, e ele vigário de Pacatuba, onde permaneceu muito tempo. Homem excelente e por isto mesmo, vítima da língua diabólica do padre Verdeixa, que o apontava, sem razão alguma, como usurário e somítico'". (Hugo Vitor Guimarães).

PADRE CARLOS ANTÔNIO BARRETO

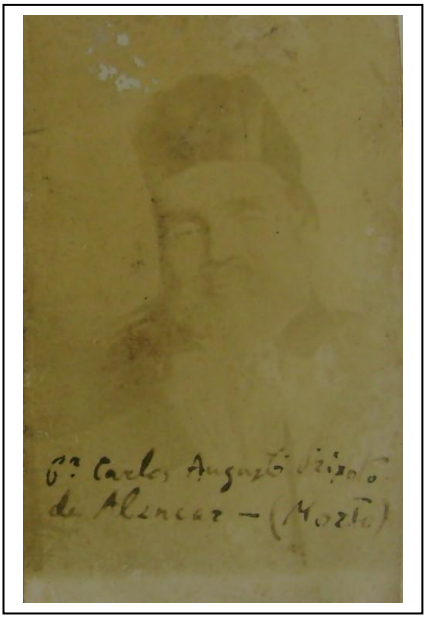
Deputado Republicano: 1893/1896 – 1897/1900

Nasceu em Tauá a 1º de outubro de 1858, filho de Antônio Carlos Barreto e de Maria José de Oliveira. Irmão do notável filólogo e homem público, Dr. Fausto Barreto e do general Alexandre Barreto. Batizado a 12 de novembro. Faleceu a 3 de fevereiro de 1900.

Destinando-se à vida sacerdotal, matriculou-se no Seminário de Fortaleza, sob n° 280 de 30 de julho de 1872, e ordenou-se pelo Seminário do Maranhão, a 27 de dezembro de 1881. Nomeado coadjutor de Tauá a 29 de abril de 1882, ali esteve até 7 de agosto de 1882, a 8 deste mês nomeado escrivão da Câmara Eclesiástica de Fortaleza, cargo que exerceu até 21 de julho de 1891. Foi Secretário do Bispado a partir de 21 de setembro de 1891. Em fins de 1882 era co-diretor do "Instituto de Humanidades", dirigido por Monsenhor Bruno Figueiredo, e foi professor de Geografia Geral e do Brasil da Escola Normal. Deputado Estadual de 1893 a 1896. Resignou o mandato de deputado em 1898.

PADRE CARLOS AUGUSTO PEIXOTO DE ALENCAR

Deputado Provincial: 1835/1837
Deputado Geral: 1838/1841 – 1845/1847 – 1848



Natural do Crato, freguesia de Nossa Senhora da Penha, onde foi batizado a 8 de maio de 1805. Filho de Alexandre Carlos da Silva Peixoto, do Riacho do Sangue (Frade, depois Jaguaretama) e de Josefa Maria de Alencar, natural do Crato. Neto paterno de Manuel Carlos da Silva Saldanha e de Isabel Francisca Rodrigues, do Riacho do Sangue. Neto materno de Joaquim Pereira de Alencar e de Teodora Maria da Conceição, do Crato.

Ordenado na capela de Nossa Senhora da Conceição de Ponte de Uchôa, em Olinda, a 24 de fevereiro de 1829 por Dom Tomaz de Noronha, Bispo de Pernambuco. Nomeado a 16 de outubro desse ano, co-

adjutor da freguesia de Laranjeiras, e a 3 de dezembro de 1830 vigário interino do Exu. Vigário encomendado de Fortaleza por provisão de 7 de setembro de 1838. Nomeado a 1º desse mês secretário da Visita da Província do Ceará. Vigário Colado de Fortaleza a 11 de abril de 1835, confirmado por Provisão do Bispo e empossado a 25 de junho de 1835 pelo Governador do Bispado, pe. Francisco José Tavares da Gama, com o valor de 236$920 por ano. A 1º de outubro de 1834 filiou-se à Loja Maçônica "União Beneficente", e relacionado como "Mestre" dessa Oficina. Por Portaria de 16 de fevereiro de 1855 foi nomeado membro do Conselho Diretor da Instrução Pública. Homem de vida agitada e, como sacerdote, irregular, político liberal intransigente, insígnio jornalista e orador notável. O padre Carlos Augusto teve atuação marcante em todos os movimentos políticos do seu tempo. Apontado como um dos promotores da chamada Conspiração do Exu, contra o governo do presidente José Joaquim Coelho, a quem fez acerba acusação perante o Imperador, pelo assassinato do Major Facundo, sendo o orador por ocasião das exéquias daquele grande chefe político.

Em 1853 fundou em Fortaleza, o jornal "O Comercial", e em 1861, editou "O Monge". Fez violenta campanha contra o Visitador padre Antônio Pinto de Mendonça, por quem foi suspenso de ordens e mandado processar por desobediência e injúrias. Suas atitudes não lhe permitiram mais viver em Fortaleza, pelo que foi nomeado, em 1865, vigário do Icó. Ali reiniciou a construção da matriz, e como pároco daquela freguesia faleceu em Fortaleza, a 17 de setembro de 1866. Foi deputado geral nas legislaturas de 1838/1841, 1842 (dissolvida), 1845/1847 e 1848, e tanto no alto do Parlamento,

como na Assembléia, pronunciou importantes discursos de caráter político.

O Barão de Studart o dá como natural de Pernambuco, e dois dos seus filhos tornaram-se verdadeiros heróis: o tenente José Martiniano e o major Carlos Augusto Peixoto de Alencar. Foi abolicionista destemido, e combatente na Revolta Federalista, em Santa Catarina e em Canudos, sendo dado o seu nome a praça principal da cidade de Campos Novos, naquele Estado sulista.

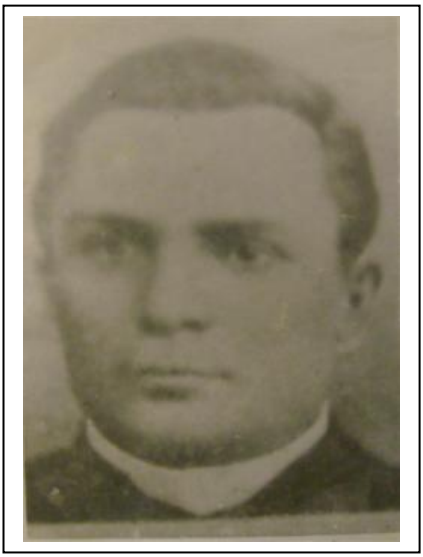
A título de curiosidade (Hugo Vitor Guimarães), transcrevo do Livro de Registro de Ofícios da Câmara Municipal de Fortaleza, págs. 42 e segs., sob o título a Provisão de Colação de Vigário deste teor:

> "Dom João da Purificação Marques Perdigão, por graça de Deus, e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Pernambuco, do Conselho de S. M. I. e C".
>
> "Fazemos saber que por parte do Pe. Carlos Augusto Peixoto D'Alencar nos foi apresentada uma Carta de Sua Majestade, em que lhe faz mercê de apresentá-lo na Igreja Matriz da Cidade de Fortaleza, deste Bispado cujo teor de verbo **ad verbum he** da forma seguinte "José Martiniano D'Alencar, Senador do Império, Presidente da Província do Ceará, pela Regência Permanente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, que Deus Guarde etc. Faço saber aos que esta Carta de apresentação a virem: que atendendo ao Reverendo Carlos Augusto Peixoto D'Alencar ter sido proposto pelo Exmo. Bispo desta Diocese para Pároco da Freguesia desta Cidade de Fortaleza, e aprovado por esta Presidência em conformidade das Leis de 14 de junho de 1831, e de 3 de 8bº do ano passado; lhe mandei em virtude destas mesmas Leis passar a presente por mim assina-

da, e selada com o Selo das Armas Imperiais, com a qual fica apresentado na Igreja da referida Freguesia, e gozará dela como seu legítimo Pároco que fica sendo de hora em diante, e haverá a sua respectiva côngrua, e emolumentos proes, e precalços que legitimamente lhe competirem. Com ela solicitará a sua Colação, e a fará registrar nas Estações competentes. Luiz Inácio de Oliveira Maciel, primeiro Escriptº de Secrº do Gº a fez nesta cidade de Fortaleza do Ceará, aos 11 dias do mês de abril do ano de 1835, e eu André Bastos secrº do Governo a fiz escrever, e subscrevi, Estava o Selo das Armas do digo Estava o Selo Nacional-Carta de Apresentação pela qual V Excia. Apresenta o Reverendo Carlos Augusto Peixoto D'Alencar na Igreja Matriz da Freguesia desta Cidade da Fortaleza, como acima se declara. Para V. Excia. Assignar – Je. Martiniano D'Alencar (Segue-se o Termo lavrado em Pernambuco, de acordo com o Capítulo-Jure Jurando do Direito Canônico, com imposição do Barrete, apresentando-se como procurador do padre Carlos o vigário de Granja, reverendo Antônio José da Silva. O Termo é lavrado pelo escrivão da Câmara, padre Joaquim D'Assunção e assinado pelo Governador do Bispado, padre Francisco José Tavares da Gama, o procurador e as testemunhas: vigário Francisco Ferreira Barreto, o grande orador sacro e o padre Vicente Pereira da Silva Guimarães)".

PADRE CESÁRIO CLAUDIANO DE OLIVEIRA ARAÚJO

Deputado Provincial: 1860/1861 – 1870/1871



1° Vigário Colado de Milagres, com posse registrada em julho de 1853, permanecendo no cargo até 13 de outubro de 1872, data de seu falecimento. A carta de colação é de 3 de dezembro de 1842. Deputado Provincial de 1860/1861 e 1870/1871.

PADRE DANIEL FERNANDES DE MOURA

Deputado Provincial: 1860/1861
1862/1863 – 1870/1871

Há apenas indicações de ter sido nomeado inspetor literário de Saco da Orelha por portaria de 10 de abril de 1874. Nasceu em Pereiro de onde foi capelão, cidade em que faleceu em março de 1875. Deputado provincial em três biênios: 1860/1861, 1862/1863 e 1870/1871. Em 1867 e 1871 foi provisionado confessor em Pereiro.

MONSENHOR DIOGO JOSÉ DE SOUZA LIMA

Deputado Provincial: 1860/1861 – 1884/1885

Nasceu em Sobral a 7 de julho de 1829, e ali faleceu a 30 de julho de 1907. Filho de José Rodrigues de Lima e de Úrsula Balbina de Souza Lima.

Ordenou-se no Seminário de Olinda, a 4 de julho de 1852. Nomeado coadjutor da freguesia do Icó, em 1853, ali permaneceu até 1856, seguindo, então, para Pernambuco, a fim de pleitear em concurso, uma freguesia, sendo apresentado como vigário Colado de Saboeiro, a 28 de janeiro de 1857. Indicado em 1867, pelo Bispo Dom Luiz Antônio dos Santos, para ocupar a Secretaria do Bispado. Nomeado em 1880 vigário encomendado de Meruoca, onde permaneceu até 1897. Removido para vigário de Sobral, mas por motivo de saúde e avançada idade, houve por bem renunciar em 1907. Por devoção a Santa Úrsula, nome de sua genitora, construiu em Massapê uma capela dedicada a essa santa, e outra na povoação dos Remédios, distrito de Sobral, onde manteve durante três anos, uma escola primária "gratuita para os meninos da localidade".

"Possuo de Monsenhor Diogo uma carta dirigida a certa firma de Fortaleza, que vale divulgação,

não só como prova de quanto era escrupuloso em assuntos de dívidas, como para dar uma idéia do subsídio dos deputados, na época:"

"Tendo eu pedido a VSas. para me adiantarem aquela quantia que eu devia receber no encerramento da Assembléia Provincial, é de meo rigoroso dever saber se VSas. foram indemnisados desse dinheiro que com tanta franqueza e bondade me confiarão, e se porventura tenho eu ainda a dever alguma cousa á sua casa comercial. Outro sim, quando fis com VSas., essa transação, foi contando que se me não pagasse minhas diárias athé fim de Agosto, porem succedendo que o Presidente d'Assembléia tenha mandado incluir-me na folha athé aquelle tempo, já vê que deve haver saldo a meo favor, o qual sobe a Rs. 45$, e nesse caso satisfeita qualquer cousa mais que eu lhes possa dever, passarão o restante que houver ás mãos de meos bastantes procuradores nessa Cidade os Srs. Mendes & Irmão, e nada havendo a respeito digne-se-hão VSas. comunicar-me se estão justas nossas contas, a fim de que inutilise a cautella que lhes deixei", etc. Datada de Saboeiro, 4 de janeiro de 1861". (Hugo Vitor *in* Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará)

PADRE DOMINGOS CARLOS DE SABÓIA

Deputado Provincial: 1838/1839
1840/1841 – 1846/1847 – 1860/1861

Nasceu em Aracati a 2 de junho de 1804 e ali batizado a 13 de junho de 1803, pelo vigário João Rufo da Costa. Filho do cirurgião Luiz Carlos de Sabóia e de Inácia Maria Sabóia, e neto do dr. José Baltazar Augery. Batizado pelo Pe. João Rufo da Costa Freitas, em Aracati, a 13 de junho de 1803. Ordenado em Pernambuco a 10 de dezembro de 1826. Faleceu em Cascavel a 24 de junho de 1862.

Estudou latim em Aracati com o Padre Mororó (fuzilado em 1825). Ordenou-se no convento de N. Senhora da Conceição do Recife, a 10 de dezembro de 1826, sendo oficiante o Bispo D. Tomaz de Noronha. Administrador dos Sacramentos de Cascavel, em 1827 e coadjutor daquela freguesia. Coadjutor de Aquiraz por provisão de 8 de fevereiro de 1825. Nomeado professor da Cadeira de primeiras letras de Cascavel por decreto imperial de 12 de junho de 1830. Instalada a vila, nomeou-o a Câmara Municipal “para o cargo de promotor público”. Vigário Colado da freguesia por ato de 11 de abril de 1834, do Conselho do Governo da Província, nomeação confirmada pelo Bispo D. João da Purificação, en-

trando em exercício a 7 de outubro desse ano. Portaria do governo imperial, a 10 de novembro de 1848 concedeu-lhe seis meses de licença sem a côngrua “a fim de poder aceitar e desempenhar a missão de que o encarregara o Reverendo Bispo do Maranhão”. Como vigário de Cascavel tinha a côngrua de 236$920 por ano! Deputado Geral na Legislatura de 1848 a 1851. Deputado Provincial por 4 biênios: nas legislaturas 1838/1839; 1840/1841; 1846/1847 e 1860/1861.

PADRE FRANCISCO BASTOS DE OLIVEIRA

Deputado Provincial: 1852/1853

Nasceu em 1810, em Saboeiro. Faleceu em 1890, em São Gonçalo. Provisionado confessor em Jucás e no Crato. Deputado Provincial para a legislatura 1852/1853. Foi ordenado padre depois de viúvo.

PADRE FRANCISCO CORIOLANO DE CARVALHO

Deputado Provincial: 1864/1865
1866/1867 – 1874/1875 – 1876/1877

Foi Coadjutor da Freguesia de Icó de 1845 a 1847. Coadjutor de Iguatu em 1863. Vigário de Pereiro de 1850 a 1851. Faleceu no Icó a 24 de fevereiro de 1872. Era homem atrabiliário, provocando por toda parte adversidades, mercê do seu gênio irrequieto. Foi suspenso de ordens a 22 de fevereiro a 18 de abril de 1868. Deputado Provincial por quatros biênios.

PADRE FRANCISCO DA MOTA DE SOUZA ANGELIM

Deputado Provincial: 1882/1883

Nasceu em Arneiroz, em 1828, e faleceu em Ipueiras a 18 de julho de 1884. Filho de Inácio Ferreira da Mota e de Ana Ferreira da Mota.

Nomeado coadjutor da freguesia de São Mateus (Jucás), em 1849, onde permaneceu na função até 1851. Ipueiras deve-lhe a sua fundação e a criação da sua freguesia, pela qual se bateu ardorosamente na Assembléia, tendo ido ali morar em 1868. Em 1851, o Visitador Padre Antônio Pinto de Mendonça o suspendeu de ordens em conseqüência de desobediência. Era realmente dotado de gênio impulsivo, criando “casos” por onde andava. Tinha uma clavícula quebrada em virtude da queda de um cavalo. Deputado provincial no biênio 1882/1883.

PADRE FRANCISCO DE PAULA BARROS

Deputado Geral: 1830/1832
Deputado Provincial: 1835/1837 – 1838/1839

Nasceu em Natal/RN. Foi 2º Capelão de Canindé, de 1813 a 1818, quando foi confirmado como Vigário Colado daquela freguesia, por Provisão de 5 de agosto, do bispo Dom Frei Antônio de São José Bastos, permanecendo como vigário até 1833. Eleito deputado geral para a legislatura de 1830/32 e apresentou-se candidato a senador na vaga do Marquês do Aracati, nas eleições de 1831. Concorrendo ao pleito para o Conselho do Governo da província, em 1829, foi eleito por 15 votos dos eleitores de paróquia. Em petição ao Imperador, de 13 de janeiro de 1832, pleiteou transferência da freguesia de Canindé para a de Russas, com o que concordaram os Governadores do Bispado de Pernambuco, padre Domingos Germano Afonso Regueira e frei Carlos de São José. Em vista do exposto, o ministro padre Diogo Antônio Feijó mandou, em ofício de 21 de março do referido ano, que o presidente do Ceará o apresentasse na igreja de Russas, se não houvesse inconveniente. Assumiu a Paróquia de Russas em 1833. Por motivos políticos, ia sendo assassinado com um tiro de clavinote, à noite, escapando por pouco do atentado. Figurou no movimento da República do Equador.

PADRE FRANCISCO GOMES PARENTE

Deputado Provincial: 1835/1837

Nasceu em Acaraú em novembro de 1791 e batizado na matriz de Sobral pelo padre Basílio Francisco dos Santos em 12 de dezembro do mesmo ano. Filho do Capitão Inácio Gomes Parente e de Francisca do Araújo Costa, casados a 24 de novembro de 1777.

Iniciou seus estudos em Sobral, sendo seus professores os padres Manuel Pacheco Pimentel e João José Noronha. Ordenou-se no Seminário de Olinda em 1816 e cantou a 1ª missa na matriz de Sobral no dia 29 de junho do mesmo ano. Trabalhou durante oito anos em Sobral, como auxiliar do vigário da paróquia, e ministrando aulas particulares. A 15 de julho de 1817 assinou manifesto contra a revolução pernambucana. Na conformidade do Alvará Imperial de 22 de março de 1823, foi criada a freguesia de Santa Quitéria, sendo nomeado vigário colado por Dom Tomaz Noronha. Tomou posse a 2 de outubro de 1824, ali permanecendo até 31 de maio de 1828. Foi afastado do cargo, suspenso de ordens por viver publicamente com Isabel Carolina de Hungria, filha de Inácio de Castro e Silva e de Rosa Maria do Livramento, residentes em Sobral. Dessa união nasceram: Dr. Esmerino Gomes Parente, Dr. Hermeto Gomes Parente

e uma filha de nome Francilina, mãe do Padre João José de Castro.

Regressando a Sobral, voltou-se para o magistério e às atividades políticas. Vereador à Câmara Municipal de Sobral durante vários anos. Membro do Conselho Geral Provincial, instalado em Fortaleza a 1° de dezembro de 1829. Eleito Deputado provincial, faleceu durante a vigência do mandato, em junho de 1835. Padre Gomes Parente faleceu penitente, readmitido às ordens sacras.

PADRE FRANCISCO GONÇALVES FERREIRA MAGALHÃES

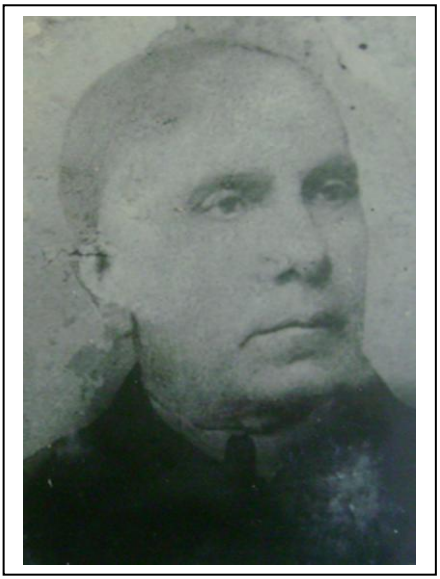
Constituinte: 1824

Nasceu em Santa Quitéria a 2 de abril de 1779, e ordenado em 1803. Filho de João Pinto de Mesquita e Tereza Rodrigues de Magalhães.

Vigário de São Bento de Amontada de 1804 a 1810. Membro do Conselho da Província em 1829. Foi 2° Vigário da Paróquia de Santa Quitéria até dezembro de 1830. Chegou a ser acusado de homicídio pela autoria intelectual do assassinato do português Luiz José (João Brígido, 432), isto em 1804. Participou das lutas na Confederação do Equador.

PADRE FRANCISCO JOSÉ DA SILVA CARVALHO

Deputado Republicano: 1893/1896 – 1897/1900

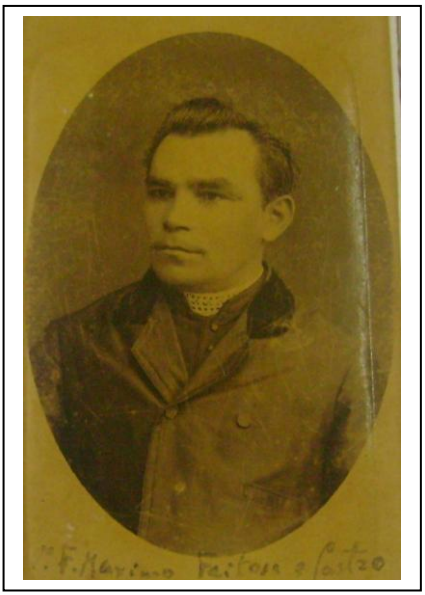


Nasceu em Arneiroz a 18 de maio de 1834 e ordenou-se a 10 de janeiro de 1863. Faleceu a 27 de fevereiro de 1899. Filho de Antônio José Carvalho e de Maria Claudina de Carvalho.

Deputado Estadual em 1893 a 1896. Vigário de Parazinho de 15 de setembro de 1865 a 5 de setembro de 1874. Vigário de Trairi de 5 de setembro de 1874 a 18 de fevereiro de 1878. Vigário de Pereiro de 10 de julho de 1880 a 27 de fevereiro de 1899.

PADRE FRANCISCO MÁXIMO FEITOSA E CASTRO

Deputado Provincial: 1888/1889
Deputado Republicano: 1897/1900
1901/1904 – 1905/1908 – 1909/1912
1913/1914 – 1915/1916 – 1917/1920



Filho do tenente-coronel Lourenço Alves de Castro e de Luzia Alves Feitosa e Vale, nasceu em Cococi, freguesia de Arneiroz, a 29 de maio de 1847 e ali faleceu a 13 de agosto de 1923. Realizou seus primeiros estudos em Fortaleza, recomendado ao seu parente, cel. Antônio Pereira de Brito Paiva. Matriculou-se no Liceu, em 1862 e posteriormente no Ateneu Cearense, em 1863, até completar a idade de 22 anos, quando deveria seguir para a Bahia, com o objetivo de cursar Medicina. Inclinado à vida sacerdotal, procurou em 1869 o preclaro Diocesano D. Luiz, que o admitiu no Seminário, dispen-

sando-lhe os estudos preparatórios. No Seminário concluiu o curso de teologia com distinção, ordenando-se sacerdote a 30 de novembro de 1873. Nomeado vigário da freguesia de Cococi, que inaugurou a 9 de dezembro de 1873, ali esteve até 28 de dezembro de 1886. Dotado de invulgar zelo apostólico acerca de seu desempenho, assim escreveu o Barão de Studart:

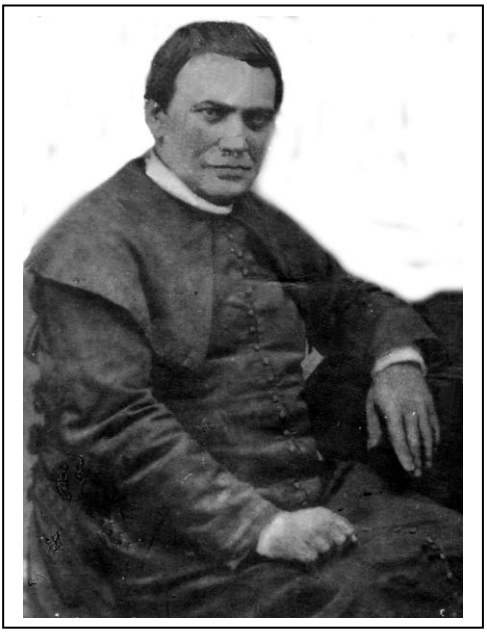
> "No período da grande seca de 1877 a 78, em que a emigração foi quase total na sua freguesia, ele não a abandonou em obediência a um parecer de D. Luiz: 'enquanto houver, dois, ou três paroquianos, não os abandone'. Pois bem, na povoação da matriz, ficaram apenas duas famílias pobres, que por velhas, não saíram; o vigário cumpriu com sacrifícios enormes sua promessa ao Diocesano havendo ocasiões em que seu alimento compunha-se de raízes silvestres, maças de cravatá e mucunan".

Transferido para a freguesia de Ipueiras, foi dali vigário de 28 de dezembro de 1866 a 9 de junho de 1893, quando teve transferência para o Ipu, que paroquiou de 19 de junho de 1893 a 26 de setembro de 1911. Nomeado vigário de Tauá, de 24 de novembro de 1913 a 2 de junho de 1917, e novamente de Cococi, a 2 de junho de 1917 até o falecimento. Foi batizado pelo padre Inácio de Souza Rolim, de Cajazeiras, emérito educador e homem de grandes virtudes.

Eleito Deputado Provincial para a legislatura 1888/1889, e com o advento da República, eleito Deputado Estadual em 7 legislaturas. Herdeiro da tradição de bravura e destemidez da sua família, o padre Feitosa deu provas, mais de uma vez, em política, de uma coragem que impressionava, e dizem até que em certa circunstância levou para a Assembléia, por baixo da sotaina, um rifle, para o que desse e viesse.

CÔNEGO FRANCISCO RIBEIRO BESSA

Deputado Provincial: 1862/1863
1870/1871 – 1872/1873 – 1876/1877



Nasceu na fazenda Alagoa dos Bois, na povoação de Alto Santo da Viúva, Vila de São Bernardo das Russas, no dia 12 de novembro de 1823. Filho de Joaquim Ribeiro Bessa e de Maria Izabel de Holanda, descendente dos desbravadores das Datas da 1ª Sesmaria do Jaguaribe em 1685.

Sua infância e adolescência foram passadas na localidade de Limoeiro. Filho de ricos fazendeiros da região, sempre se mostrou inclinado à carreira eclesiástica. Ordenado sacerdote em 1852, aos 29 anos de idade. Foi seu bisavô o português sargento-mor Manuel Ribeiro Bessa, estabelecido na ribeira do Jaguaribe.

Seu irmão, coronel Inácio Ribeiro Bessa foi eleito Deputado Provincial nas legislaturas de 1844/1845 e 1846/1847. Com a morte deste, o padre Francisco Ribeiro Bessa conseguiu votos suficientes para se eleger Deputado Provincial pelo Partido Conservador (chamado partido caranguejo), pelo 1º Distrito Eleitoral, do qual Russas fazia parte.

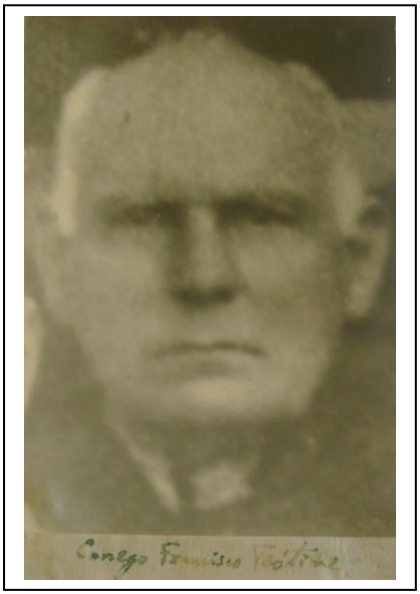
Foi fruto do seu trabalho a instalação da Freguesia de Limoeiro, desmembrada da de Russas pela Lei Provincial n° 1081. Provisionado como 1° vigário da nova Freguesia, de janeiro de 1864 a fevereiro de 1876. Logo concluído o mandato parlamentar, padre Francisco voltou a Limoeiro, prestigiado como seu 1° pároco. Como resultado de seu trabalho e prestígio conseguiu a elevação de Limoeiro à Vila, com instalação marcada no ano de 1873. Criou ainda o distrito de Paz no povoado de Alto Santo da Viúva, seu torrão natal. Em 1872 elegeu-se Deputado Provincial em seu 3° mandato e indicado para ser condecorado com a insígnia de Cavaleiro de Cristo, por seus relevantes serviços prestados à população de Limoeiro durante a epidemia de cólera de 1862.

Conhecendo Cascavel, sentiu-se atraído pela localidade de Lucas (atual Beberibe). Nomeado vigário substituto dessa vila por ato de 10 de abril de 1876. Cascavel deve-lhe a sua elevação à categoria de cidade.

Em abril de 1888, afastou-se da vigararia, por problemas de saúde. Obcecado por uma paranóia de perseguição, atirou-se num poço à Avenida Visconde do Rio Branco, em Fortaleza, a 8 de outubro de 1890, falecendo aos 67 anos de idade. Sua morte foi registrada à época pelos jornais “Soares Moreno” e “O Cearense”, que anotaram o profundo pesar de nossa sociedade pelo falecimento de tão ilustre membro do Clero e da política.

CÔNEGO FRANCISCO THEOTIME MARIA DE VASCONCELOS

Deputado Provincial: 1884/1885



Natural de Santana do Acaraú, onde nasceu a 15 de fevereiro de 1845. Filho de José Inácio de Vasconcelos e de Rosa Maria da Conceição. Ingressou no Seminário de Fortaleza a 15 de novembro de 1864 e ordenado sacerdote a 15 de janeiro de 1871. Vigário de Pentecoste com posse registrada a 24 de junho de 1871, ali permanecendo até 21 de agosto de 1872. Nesse tempo passou a residir em Santana do Acaraú, exercendo as funções de vigário cooperador. Tomou posse na freguesia de Pentecoste a 23 de agosto de 1885. A 20 de junho de 1898, assumiu a paróquia de Santana do Acaraú até 13 de dezembro 1912. Faleceu nessa cidade a 9 de julho de 1915. Seus restos mortais estão sepultados na matriz.

PADRE JOÃO AURELIANO DE SAMPAIO

Deputado Provincial: 1888/1889

Nasceu em Aracati em 28 de fevereiro de 1823 e faleceu em Baturité em 13 de abril de 1910. Filho de José Francisco Sampaio e de Francisca Clara de Assis Sampaio.

Depois de estudar latim com o padre Antônio Francisco Sampaio seguiu para o Maranhão onde tomou ordem de presbitério dada pelo Reverendíssimo Bispo de Coimbra. Logo que se ordenou foi nomeado coadjutor da Sé do Maranhão e nesse lugar esteve um ano e seis meses. Despachado vigário encomendado da freguesia de São João da Corte adoeceu e recolheu-se de novo ao Maranhão, sendo então nomeado coadjutor da freguesia da Sé em que permaneceu dez anos. E em 1873 era Capelão de Califórnia em Quixadá. Capelão de Itans, hoje município de Capistrano de 1875 a 1877; de Coité (Santos Dumont) de 1877 a 1878; coadjutor de Baturité de 4 de abril de 1878 a 24 de agosto de 1887, sendo nesse período presidente da câmara municipal.

PADRE JOÃO BARBOSA CORDEIRO

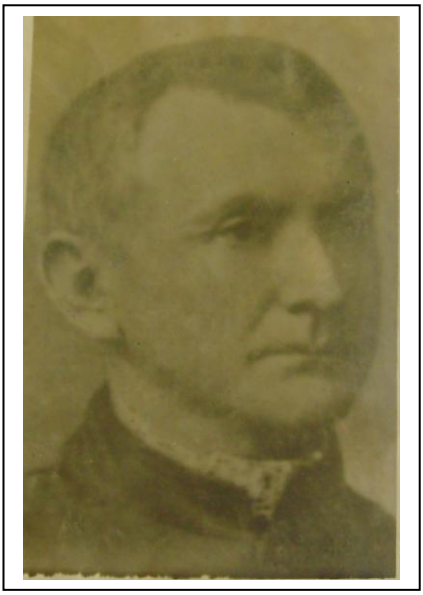
Deputado Provincial: 1842/1843
1844/1845 – 1846/1847

Nasceu em Goiânia/PE. Filho do tenente-coronel Simão Barbosa Cordeiro e de Mariana Francisca de Paula Saraiva Bittencourt Cordeiro.

Vigário de Porto/RN. Preso como conivente na revolução de 1817. Tinha a alcunha de “padre bússola”, apelido oriundo de seu trabalho junto ao jornal “Bússola da Liberdade”, do Rio de Janeiro. Vigário de Granja com posse a 15 de dezembro de 1838, ali permanecendo até 5 de abril de 1850, tempo em que permutou a freguesia de Granja pela de Maceió. Vigário de Piancó/PB em 1858. Deputado Provincial em três biênios. Deputado Geral como suplente do padre Antônio Pinto de Mendonça.

PADRE JOÃO CARLOS AUGUSTO

Deputado Provincial: 1882/1883



Nasceu em Lavras em 30 de março de 1855 e faleceu em 30 de março de 1918. Filho de Pedro Gomes Leite e de Raquel Rita de São José. Ingressou no Seminário de Fortaleza em 7 de março de 1871, ordenou-se a 30 de novembro de 1879. Vigário de São Pedro (Caririaçu) tomou posse da freguesia a 13 de fevereiro de 1884, demitido a 21 de dezembro de 1887. Coadjutor de Assaré de 12 de março de 1888 a 17 de janeiro de 1891. Vigário de Assaré de 28 de janeiro de 1891 ate 12 de dezembro de 1893. Vigário de Salgueiro, Pernambuco em 1897; de Pereiro no Ceará de 13 de agosto de 1899 a 6 de maio de 1902; de Cachoeira de 19 de junho de 1902 a 1º de março de 1907; de Pacatuba de 20 de abril de 1907 a 27 de dezembro de 1910; de Pentecoste a 9 de junho de 1912 e de Icó de 1917 ate seu falecimento.

PADRE JOÃO FELIPE PEREIRA

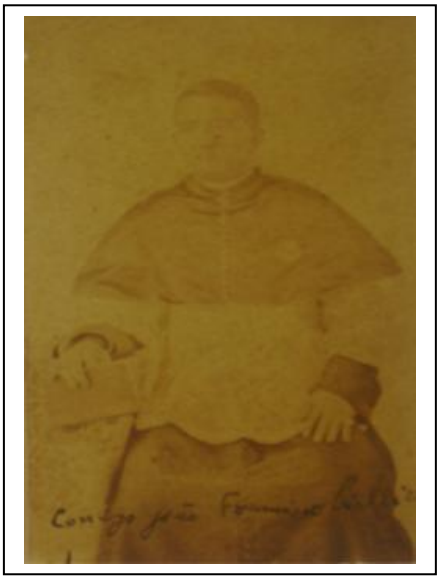
Deputado Provincial: 1854/1855
1856/1857 – 1860/1861

Faleceu em Tauá, aos 43 anos de idade, vítima de cólera a 5 de maio de 1862, e dado como nascido em 1819. Em 1839 foi suspenso da função de Administrador dos Sacramentos de Caxa-só (Iracema), pelo Bispo de Pernambuco pelo fato de ter apresentado certidão de idade inexata para se ordenar.

Em 1837 aparece como Vigário de Soure (Caucaia). Vigário interino de São Mateus (Jucás) em 1841. Vigário encomendado de Tauá a 19 de março de 1847 e vigário colado da mesma freguesia a 17 de junho de 1848 até o seu falecimento. Vigário Colado de Tauá (S. João do Príncipe) em 1859.

CÔNEGO JOÃO FRANCISCO PINHEIRO

Deputado Provincial: 1858/1859
1864/1865 – 1866/1867 – 1868/1869



Nasceu no Aracati a 27 de março de 1830 e faleceu a 30 de abril de 1899. Filho de João Francisco Pinheiro e de Mariana Francisca Pinheiro. Estudou latim e as primeiras letras com o padre Antônio Francisco Sampaio.

Ordenado Presbitério por D. Marques Perdigão, em Olinda/PE, a 1º de abril de 1853. Nomeado a 11 de maio de 1857 professor interino da cadeira primária do sexo masculino de Aracati e em 1860 de latim, efetivado a 23 de novembro de 1864, e aposentado a 22 de junho de 1893. Capelão na Passagem de Pedras (Itaiçaba). Presidente da Câmara municipal de Aracati de 7 de janeiro de 1855 a 7 de janeiro de 1869. Nomeado

Cavaleiro Imperial Ordem da Rosa. Cônego da Catedral do Ceará por Carta Imperial de 13 de fevereiro de 1883. Sacerdote e homem público de larga visão e altamente progressista.

CÔNEGO JOÃO PAULO BARBOSA

Deputado Provincial: 1878/1879

Nasceu em Aracati a 26 de abril de 1846 e ali faleceu a 18 de dezembro de 1904. Filho do capitão Domingos Paulo Barbosa, Cavaleiro da Ordem da Rosa, nascido em 1813 e falecido a 14 de setembro de 1887, e de Francisca Carolina Barbosa.

Iniciou em 1854 seus estudos primários com os professores Coriguazi Saturnino de Barcelos e João da Silva Muniz. Em 1858 matriculou-se no Liceu de Fortaleza. Em 1864 ingressou no Seminário Diocesano. Ordenado a 30 de novembro de 1870. Nomeado a 9 de janeiro de 1871 coadjutor da freguesia de Imperatriz (Itapipoca), fixando residência na povoação de São Bento D'Amontada, cuja igreja iniciada em fins do século XVIII, conseguiu concluir. Vigário da União (hoje Jaguaruana),

de 29 de janeiro de 1873 a 30 de setembro de 1879. A atual igreja do Patrocínio (Fortaleza) é quase uma construção sua, e a própria capela-mor existente foi no seu tempo prolongada e alterada.

Foi inspetor escolar da Freguesia de União e da de São Luiz de Fortaleza; diretor interino da Escola Normal, por portaria de 31 de julho de 1891 e efetivo por nomeação de 18 de fevereiro de 1892; de novo diretor interino a 2 de julho de 1897; professor interino de latim no Liceu Cearense, a 14 de fevereiro de 1898, e efetivo a 6 de junho de 1899. Prestou relevantes serviços ao movimento libertador dos escravos, sendo um dos diretores do Centro Abolicionista.

Em 1882 foi por Sua Majestade o Imperador nomeado Cônego Honorário da Catedral da Fortaleza (Studart). Um dos fundadores da União do Clero, a 30 de março de 1884. Na tribuna sagrada de Fortaleza produziu vários sermões, sobressaindo-se entre eles a Oração fúnebre, que pronunciou nas exéquias do Arcebispo D. Luiz Antônio dos Santos.

PADRE JOÃO RODRIGUES LEITE

Constituinte: 1824

Nasceu em 1770 e faleceu em Quixeramobim a 8 de fevereiro de 1827, de onde foi Vigário de 1802 a 1803, de 1807 a 1811 e de 1812 a 1816. Membro do Conselho Geral da Província, o qual se instalou em 1829, como fruto da Constituição do Império jurada em 1824.

PADRE JOÃO VICENTE FERREIRA LIMA

Deputado Provincial: 1880/1881

Nasceu em Russas, a 6 de setembro de 1837, filho de Vicente Agostinho Rodrigues Lima e de Custódia Maria do Sacramento. Ordenou-se pelo Seminário de Fortaleza a 24 de fevereiro de 1863, sendo logo nomeado coadjutor de Russas, funções em que esteve até 1873. A 21 de janeiro desse ano, foi nomeado vigário da freguesia a qual esteve como pároco até 7 de junho de 1883, data de seu falecimento.

Chefe liberal de toda a zona jaguaribana, desfrutando de um intenso prestigio na região. O jornal "A Gazeta do Norte" consagrou-lhe edição especial, em 10 de junho de 1883, quando de sua morte.

PADRE JOAQUIM DA SILVA COELHO

Deputado Provincial: 1882/1883

Assinava também José Joaquim Coelho da Silva. Filho de Manuel Coelho da Silva e de Isabel Ferreira Coelho. Nasceu na Fazenda Cachoeira, em Canindé. Faleceu a 1º de janeiro de 1889. Ordenado no Maranhão em 1850.

Acusado da autoria intelectual do assassínio de Leandro José das Neves, conhecido como "Leandrão", crime ocorrido no lugar São Francisco a 18 de outubro de 1853. Foi duas vezes levado a Júri e absolvido.

Coadjutor de Santa Cruz de Uruburetama em 1855. Coadjutor de Canindé a 20 de abril de 1858 e, conforme Hugo Vítor Guimarães, em Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará, "demitido a bem do serviço da Igreja". Capelão de Itans (distrito de Itapiúna). Capelão da Irmandade de São Francisco de Canindé. Vigário substituto de Pentecoste em 1887/1888. Chefe político de renomada projeção. Deputado Provincial em 1882/1883.

PADRE JOAQUIM DE PAULA GALVÃO

Constituinte: 1824

Nasceu em Olinda em 1777 e faleceu em Aracati a 5 de janeiro de 1847. Ordenou-se a 21 de dezembro de 1800 no Seminário de Olinda. Seu nome consta como 2° Secretário na Ata da Proclamação do Equador, em 26 de agosto de 1824. Membro do conselho da Província em 1829. Coadjutor da Paróquia de Russas de 1828 a 1833. Membro da Ordem Carmelita e secularizou-se a 17 de setembro de 1810, passando a trabalhar junto ao seu irmão em Russas, vigário José da Fonseca Galvão. Foi vigário interino de Aracati em 1834.

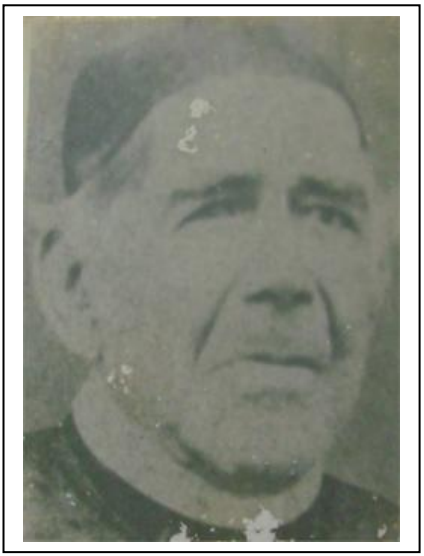
PADRE JOAQUIM DOMINGUES CARNEIRO

Deputado Provincial: 1842/1843 – 1858/1859

Nasceu em Pernambuco e faleceu em Russas a 9 de fevereiro de 1867. Vigário de São Mateus em 1836 a 1843. Vigário encomendado de Russas em 1843 e colado na mesma Freguesia em 1844. Foi agraciado com a Comenda Cavaleiro da Ordem de Cristo, e sacerdote dos mais habilitados em Teologia. Inspetor de ensino na cidade de Russas em 1845. Pai do Desembargador José Joaquim Domingues Carneiro, Deputado Constituinte e Presidente do Poder em 1891.

PADRE JOAQUIM FERREIRA LIMAVERDE

Deputado Provincial: 1858/1859 – 1860/1861



Nasceu no sítio Corrente Grande, no Crato em 1797. Filho de Antônio Ferreira Lima e de Isabel Ferreira (Yayá Isabel), parente de D. Bárbara de Alencar. Ordenou-se pelo Seminário do Maranhão, em 1822, mas nunca exerceu vigararia. Era homem rico, dedicando-se à agricultura e à criação. Faleceu em Bom Jesus do Quixelô, município de Iguatu, a 19 de maio e 1875. Irmão do padre José Ferreira Lima Sucupira, também deputado provincial.

MONSENHOR JOSÉ ALVES QUINDERÉ

Deputado Republicano: 1925/1928 – 1929/1930

Registramos a biografia do padre Quinderé tendo em vista o seu nascimento ter se registrado ainda no período imperial.

O Embaixador da Alegria da Cordialidade do Ceará – como o chamou Soares de Azevedo. Nasceu em Maranguape em 1º de janeiro de 1882. Filho de João Gualberto Quinderé e de Josefa Pinheiro Quinderé, de onde lhe advém o sobrenome Quinderé do seu avô materno: Antônio Alves Pinheiro de Melo Quinderé, um dos patriotas republicanos de 1824.

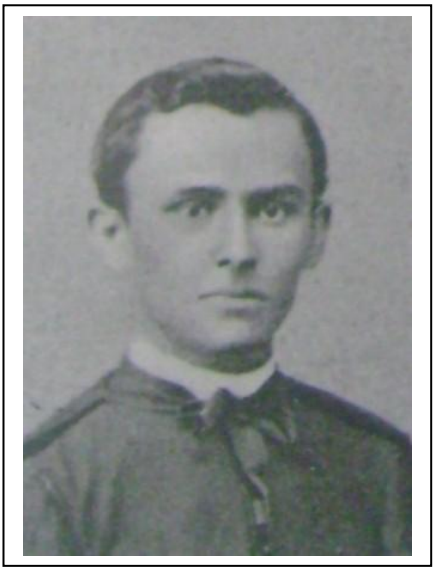
Feitas as primeiras letras em sua terra natal, sob a direção do educador Manuel Jorge Vieira. Entrou para o Seminário de Fortaleza em 1º de março de 1894 e ordenado a 30 de novembro de 1904. Celebrou a

primeira missa em 1º de dezembro do mesmo ano, na capela do Colégio da Imaculada Conceição em gratidão à Irmã Gagné, superiora daquele estabelecimento de ensino a qual muito concorreu para a sua ordenação. Nomeado, em seguida, coadjutor de Maranguape em março de 1905, onde esteve até novembro de 1906, removido para Fortaleza como coadjutor da freguesia de São Luiz de Gonzaga, permanecendo nas funções até 31 de janeiro de 1913. Instalou na matriz (Patrocínio) em 9 de agosto de 1908 o Apostolado da Oração. Concomitantemente exerceu a capelania da igreja de São Bernado. Fundador da Irmandade de São Geraldo, que veria se transformar em paróquia. Ainda em 1908 estabeleceu uma escola pra crianças pobres, nas proximidades do Morro do Moinho, da qual foi a 1º diretora D. Argentina Spinosa. Exerceu por mais de vinte e seis anos o elevado cargo de Secretário Geral do Arcebispado, na gestão de Dom Manuel da Silva Gomes. Nomeado em 18 de outubro de 1910 professor catedrático de latim no Liceu Cearense, em substituição ao Monsenhor Pedro Leopoldo Feitosa, nesse cargo se aposentou em agosto de 1945. O Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Augusto Álvaro da Silva, nomeou-o em 1920, Cônego Honorário da Sé Primacial da Bahia, cargo a que renunciou em 1929 quando foi elevado à dignidade de Camareiro Honorário de S. Santidade o Papa, com as honras de Monsenhor.

Homem de letras, jornalista brilhante de estilo suave. Colaborou por muito tempo no vespertino “O Nordestino” e no jornal “O Povo”.

CÔNEGO JOSÉ ANTUNES DE OLIVEIRA

Deputado Provincial: 1844/1845



Nasceu em Aracati. Filho de Joaquim Antunes de Oliveira e de Inácia Joaquina de Oliveira, e irmão do Visconde de Messejana. Ordenado pelo Seminário de Olinda, em 1840, exerceu por muitos anos o lugar de Vigário Colado de Aracati, a que renunciou em 1868, indo residir em um subúrbio do Recife, ali falecendo a 28 de dezembro de 1901.

Em 1858 dirigiu uma petição ao Imperador pleiteando a graça de ser contemplado com a Ordem Imperial do Cruzeiro. Segundo o Barão de Studart era pregador notável.

PADRE JOSÉ BEVILÁQUA

Deputado Provincial: 1852/1853

Nasceu em Fortaleza a 5 de setembro de 1818 e faleceu a 25 de agosto de 1905. Filho do italiano Ângelo Beviláqua e de Luiza Beviláqua de Oliveira.

Fez os estudos no Colégio Episcopal com aproveitamento que foi devidamente apreciado pelos seus mestres e contemporâneos. Falava o francês correntemente e conhecia bem o latim. Ordenado pelo Seminário de Olinda a 19 de novembro de 1842, cantou a primeira missa na igreja da Prainha em Fortaleza, a 8 de dezembro, sendo a 21 de novembro de 1843 nomeado pároco encomendado da freguesia de Nossa Senhora da Assunção em Viçosa, tomando posse por procuração, a 2 de janeiro de 1844.

Apresentou-se em concurso para Vigário Colado daquela freguesia, sendo nomeado a 11 de maio do referido ano de 1844. Como encomendado substituiu o padre João Crisóstomo, que fora mandado em substituição ao padre Valcacer, assassinado barbaramente, por despeito da família do antigo vigário.

Como Colado, geriu a freguesia até 16 de março de 1903, quando, em virtude de sua vida irregular,

foi substituído pelo padre José Ferreira da Ponte, nomeado pró-pároco. Representou a província na Câmara Geral como suplente do deputado Sebastião Gonçalves da Silva, e por decreto de 14 de junho de 1850 foi agraciado com o titulo de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Inspetor literário de Viçosa, em 1872.

Tinha o padre Beviláqua apreciável cultura, e manda a verdade histórica que se diga ter sido, também, um homem envolvido em áreas de negócios.

Era pai de Clóvis Beviláqua e do General José Beviláqua.

PADRE JOSÉ DA COSTA BARROS

Deputado Provincial: 1835/1837
1838/1839 – 1840/1841

Nasceu no Aracati, filho do Mestre de Campo Pedro José da Costa Barros, rico comerciante e proprietário português e de Antônia José Souza Braga, natural de Pernambuco, e irmão do senador Pedro José da Costa Barros. Tomou parte no movimento da República do Equador, que seu irmão combatia, e tomou, então, o apelido patriótico de “Jaguaribe”. Pró-pároco de Fortaleza em 1831. Primeiro vigário de Cascavel, de 1832 a 1834 e vigário de Sobral, de 2 de julho de 1842 a julho de 1845, ano em que faleceu.

Pouco antes tinha sido eleito deputado à Câmara Geral, não chegando a tomar posse da cadeira, em que teve assento, como suplente mais votado o padre Dr. Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Em 1839 concorreu com Antônio Ribeiro e Miguel Calmon à Senatoria, sendo escolhido este, em 1° lugar mais votado.

O padre Costa Barros teve o mérito de batizar a 9 de março de 1829 aquele que viria a ser o maior romancista brasileiro, José de Alencar.

PADRE JOSÉ DE ARIMATÉIA CISNE

Deputado Republicano: 1913/1914

Padre secularizado. Nasceu em Licânia, a 17 de junho de 1880 e faleceu em São Luiz do Maranhão, a 31 de dezembro de 1941. Filho do tenente-coronel Joaquim Guilhermino Maria da Costa Cisne e de Maria da Penha Cisne.

Iniciou a vida como caixeiro, entrando, depois, para o Seminário Episcopal de Fortaleza, pelo qual se ordenou a 28 de março de 1903, dedicando-se ao magistério e ao jornalismo. Professor de Grego no Liceu Cearense, nomeado por titulo de 27 de julho de 1912.

Apostatou publicamente, a 18 de outubro de 1914 publicando uma declaração na Folha do Povo escrita de Licânia (edição de 31 de outubro). Retirando-se para o Maranhão, ali se tornou, ao que consta, pastor

protestante, adotando, assim, a religião que tanto combateu, quando seminarista, em polêmica com o pastor Jerônimo Gueiros. Era orador notável.

PADRE JOSÉ DE SÁ BARRETO

Deputado Provincial: 1846/1847 – 1848/1849

Nasceu no sitio Caldas, Barbalha, em 1814, e faleceu aos 39 anos, repentinamente, em Fortaleza, a 18 de janeiro de 1853, quando proferia uma defesa no tribunal do júri. Filho de José de Sá Barreto e de Maria Perpétua do Nascimento, natural de Missão Velha. Neto materno de Antônio de Oliveira de Carvalho e de Maria da Anunciação da Silva, natural de Riacho do Sangue (Frade). Proposto para vigário da freguesia de São Cosme e Damião (Pereira) a 17 de novembro de 1838. Recebeu o Diaconato a 11 de março daquele ano.

CÔNEGO JOSÉ FERREIRA LIMA SUCUPIRA

Deputado Provincial: 1835/1837 – 1850/1851

Nasceu no Crato a 8 de setembro de 1781 e faleceu em Fortaleza a 25 de janeiro de 1867.

Tomou parte saliente na Revolução do E-quador, sendo um dos deputados eleitos ao Congresso republicano a reunir-se no Recife. Preso, submetido a julgamento pela Comissão Militar, foi condenado à morte, e teria tido a sorte de Pessoa Anta, Carapinima, Mororó, Ibiapina e Bolão se lhe não valessem as rogativas das filhas, que foram à Corte implorar o perdão do Imperador. Perdoado, dedicou-se à advocacia; foi secretario e procurador da Câmara Municipal de Fortaleza, e no quadriênio de 7 de janeiro de 1833 a 30 de setembro de 1836 seu presidente, prefeito, à época. Em 1831 redigiu o jornal “Cearense Jacauna”, cujo 1° numero é de 25 de

março. Cabendo à Assembléia a nomeação dos vice-presidentes da província, foi eleito em sessão secreta de 11 de abril de 1835, e classificado pelo Governo Imperial em 5° lugar. Em 1834 figura na Loja Maçônica, União Beneficente, de Fortaleza com o grau de Cavaleiro Rosa Cruz. Falecendo-lhe a esposa, Josefa de Jesus Batista, requereu, e a Regência em nome do Imperador, concedeu-lhe licença para se ordenar. Por previsão de 17 de junho de 1835 foi nomeado promotor público de Fortaleza. Como sacerdote, dedicou o seu ministério à política, sendo nomeado pela Câmara do Crato para representá-la no ato de coroação de D. Pedro II.

Em 1857 fundou o jornal “O Cirineu”. Nomeado Cônego Honorário da Capela Imperial, foi Vigário Geral e Provisor do Bispado do Ceará e Cavaleiro da Ordem de Cristo, fazendo jus à consideração dos seus jurisdicionados.

Há na Cúria Metropolitana de Fortaleza o seu retrato.

Seu filho Antônio Ferreira Lima Sucupira casou-se em Fortaleza, a 30 de novembro de 1833, com Carolina Florence de Alencar Araripe, filha do tenente coronel Tristão Gonçalves, o bravo Presidente da República do Equador no Ceará, morto em Santa Rosa, e de Ana Triste.

Do padre Sucupira dizia João Brígido que escrevia mal e discernia pior: no entanto os dois jornais que manteve, e cujos artigos assinava, são escritos em linguagem apreciável.

PADRE JOSÉ GONÇALVES DA COSTA E SOUSA

Deputado Provincial: 1868/1869 – 1882/1883

Nasceu na Paraíba no ano de 1825, ordenou-se pelo Seminário de Olinda, em 1850 e desde então veio residir no Ceará. Em 1853 era coadjutor de Lavras. Vereador à Câmara Municipal do Crato em diversos quadriênios e ali faleceu a 12 de dezembro de1886 com 61 anos de idade. Pertencia politicamente ao Partido Liberal (chimango).

PADRE JOSÉ JOAQUIM SOBREIRA

Constituinte: 1822

Eleito para Constituinte brasileira, atendendo aos termos do decreto de 3 de junho de 1822. A Província do Ceará contava com três colégios eleitorais: Aracati, Icó e Sobral.

PADRE JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR

Constituinte: 1822

Nasceu em Barbalha, então pertencente ao Crato, a 16 de outubro de 1794 e faleceu no Rio de Janeiro em 15 de março de 1860. Filho de José Gonçalves dos Santos e Bárbara Pereira de Alencar.

Estudou no Seminário de Olinda. Esteve entre os revoltosos de 1817, envolvendo no movimento sua mãe, d. Bárbara, e seus irmãos padre Carlos Alencar e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar Araripe. Ambos pagaram com a vida a adesão a esse movimento republicano. Elegeu-se suplente de Deputado às Constituintes de Lisboa em 24 de dezembro de 1821, assumindo na vaga de José Inácio Gomes Parente. No desempenho de seu mandato, se colocou contra o projeto em tramitação da Constituição portuguesa contrária aos interesses

do Brasil. Para fugir às perseguições exilou-se na Inglaterra, regressando ao Brasil para integrar a Constituinte que Pedro I convocara e logo dissolvida em 12 de dezembro de 1823. Participou ativamente do movimento republicano denominado Confederação do Equador. Ordenou-se em Olinda em dezembro de 1823. Absolvido pela sua participação na Confederação do Equador pela Comissão Militar, elegeu-se deputado pelo Ceará, tendo presença marcante nos acontecimentos que culminaram com a abdicação de Pedro I. Foi Senador em 1832 e presidente da Província do Ceará, tendo participado da fundação da Sociedade Protetora da Maioridade do Imperador Pedro II, movimento conhecido por Clube da Maioridade, isto em 15 de abril de 1840. O Poder Legislativo do Ceará prestou-lhe significativa homenagem a dar o seu nome à sede do Poder em 1873.

Deixou prole numerosa. Pai do romancista José de Alencar. Fundador e instalador da Loja Maçônica União Beneficente.

PADRE JOSÉ NEPOMUCENO DE BRITO

Constituinte: 1824

Eleito para o Conselho Geral da Província de acordo com a nova Constituição do Império, jurada em 25 de março de 1824. Somente em 1829 foi efetivamente instalado o Conselho Geral da Província.

PADRE JOSÉ TAVARES TEIXEIRA

Deputado Provincial: 1866/1867

Em 1838 era coadjutor da freguesia da Telha (Iguatu). Vigário encomendado de Santana do Cariri (Santanópole) de 1845 a 1846 e Vigário Colado de Assaré, nomeado a 4 de maio de 1846, ali permanecendo até 1899, quando faleceu.

PADRE JUSTINO FURTADO DE MENDONÇA

Deputado Provincial: 1846/1847 – 1848/1849

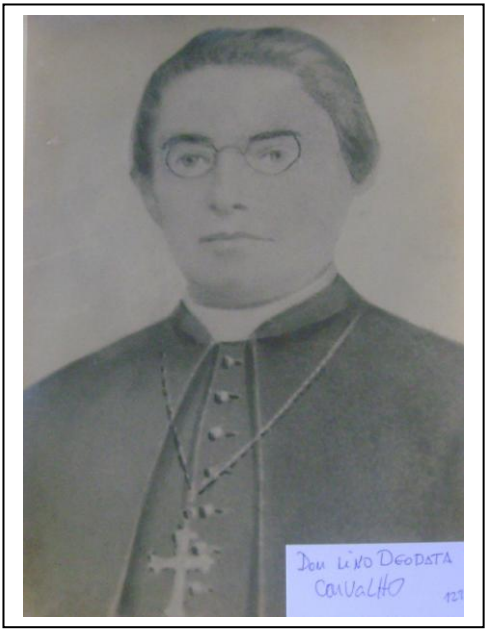
Nasceu em Granja em 1806. Padre Sadoc de Araújo o diz nascido em Sobral em 1814. Filho de Antônio Furtado do Espírito Santo e de Ana Francisca de Sousa.

Em 1845 era Vigário Colado de Santa Quitéria, tendo apresentado pedido de transferência para Sobral, sendo-lhe indeferida a petição. Alegava no pedido de transferência que a sua Freguesia se situava no meio de um sertão tão seco e desabrido que lhe era quase impossível fazer efetiva residência.

Em 1847 pleiteou transferência para a Freguesia de Aracati, sendo-lhe, novamente negado o pedido. Transferido em 1849 para Santana da Barra do Macaco, no Rio de Janeiro. Foi Vigário da Paróquia de Cantagalo, ali falecendo. Deputado Provincial eleito para as legislaturas 1846/1847 e 1848/1849.

BISPO LINO DEODATO RODRIGUES DE CARVALHO

Deputado Provincial: 1856/1857



Nasceu em Russas/CE, a 23 de setembro de 1826. Filho de Joaquim José Rodrigues de Carvalho e de Alexandrina Rodrigues de Carvalho. Seu pai era português naturalizado.

Com ardente vocação para o sacerdócio, matriculou-se no Seminário de Olinda, pelo qual recebeu o Presbiterado a 25 de julho de 1850, conferido por Dom Marques Perdigão, na capela do Palácio Episcopal da Soledade. Cantou a primeira missa em sua terra natal a 15 de agosto.

Dedicando-se ao magistério, foi nomeado professor de letras de Russas, por provisão de 15 de novembro de 1855, jubilando-se no cargo por ato de 16 de fevereiro de 1867. Nesse mesmo ano, teve provisão

de Pároco Encomendado daquela Freguesia, de 23 de fevereiro, deixando a 3 de julho de 1868, por ter sido nomeado secretario interino do Bispado, cargo que desempenhou ate janeiro de 1871. Por decreto imperial de 21 de maio foi apresentado para Bispo de São Paulo, relutando no início em aceitar a indicação, aceitando-a, porém e assim definindo o seu propósito:

> "Bem que disposto a pedir dispensa de tão árdua e nobilíssima missão, contudo farei o que já me tinha ditado a minha consciência, e que mais tarde me foi aconselhado pelo nosso venerando e virtuoso Diocesano, e vem a ser, pensar com madureza, recorrer a Deus. Para indicar o Melhor, demorando para esse fim a minha resposta ao Governo Imperial, mesmo depois da participação oficial, que ainda não recebi felizmente, e a final aguardar os acontecimentos em ordem a conhecer de algum modo a vontade de Deus. Como reclama esse negocio tão grave e tão momentoso. Lugar de honra, mas ao mesmo tempo de espinhos o episcopado, como sabe V. Sa.não era um cargo que se deva abraçar precipitadamente nem tão pouco rejeitar in limine, sem mais exame, nem reflexão, e por isso peço a Deus.que me indique o Melhor, que a meu ver é a recusa, aceitando-a, não como um ato de desobediência a sua vontade santíssima, a que não se resiste impunemente, mas como ato de humildade, a convicção intima em que estou, daquele grande indignidade que tão presente esta aos meus olhos." (Hugo Vitor Guimarães)

Sua nomeação foi recebida entre aplausos dos paulistas, aos quais soube, depois, provar que estava a altura da mercê de Pio IX. Foi sagrado na Catedral de Fortaleza, a 9 de março de 1873, pelo Bispo Dom Luiz, sendo oficiantes os cônegos Hipólito Gomes Brasil e

Nogueira de Braveza. Deu entrada solene na Catedral paulistana a 29 de junho. Indicado para Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, recusou peremptoriamente a indicação, vindo a falecer em visita pastoral, na cidade de Aparecida/SP. a 19 de agosto de 1894. Teve assento na Assembléia Provincial como suplente.

PADRE LOURENÇO CORREIA DE SÁ

Deputado Provincial: 1838/1839 – 1840/1841

Nasceu no Aracati, em 1796, e faleceu como vigário da Freguesia de São José, do Recife, a 20 de fevereiro de 1866. Visitador Eclesiástico nos anos de 1838 e 1939. Vigário interino de Aquiraz de abril de 1827 a janeiro de 1838.

Era Cavaleiro da Ordem da Rosa e Cônego Honorário da Capela Imperial.

Deputado Provincial em duas legislaturas: 1838-1839 e 1840-1841.

PADRE LUIZ ANTÔNIO DA ROCHA LIMA

Deputado Provincial: 1842/1843

Nasceu em Fortaleza a 10 de janeiro de 1815. Filho de Miguel Antônio da Rocha Lima e de Isabel da Rocha Lima, naturais de Baturité. Batizado a 22 de janeiro de 1815. Ordenado no Oratório do Palácio da Sociedade, em Olinda, pelo Bispo Dom João da Purificação, a 9 de julho de 1837. Proposto a 11 de julho de 1838 para vigário de Amontada.

Faleceu em 1872, sendo o seu necrológio da lavra do padre Cerbelon Verdeixa, no seu jornal ‘’A Liberdade’’.

PADRE MANUEL ANTÔNIO DE LEMOS BRAGA

Deputado Provincial: 1856/1857
1858/1859 – 1860/1861 – 1862/1963

Nasceu em 1817. Ordenado no Seminário de Olinda, em 18 de setembro de 1841. Nomeado vigário da freguesia de Almofala em 1842. Vigário interino de Russas, em 1844. Vigário Colado de São Mateus (Jucás), a 29 de maio de 1862, onde veio a falecer a 14 de maio de 1862, vítima da epidemia da cólera. Foi inspetor de aulas públicas daquele município.

PADRE MANUEL ANTÔNIO MARTINS DE JESUS

Deputado Provincial: 1876/1877

Nasceu em Missão Velha a 16 de agosto de 1834. Filho de Manuel Antônio de Jesus e de Rita Maria de Lima. Ordenado pelo Seminário de Fortaleza a 10 de janeiro de 1864 e em 1867, a 14 de janeiro, foi nomeado vigário de Canindé, onde esteve ate 14 de julho de 1869. Vigário de Salgueiro e Belmonte, em Pernambuco, freguesia que deixou para ir residir no sitio São José, município de Missão Velha, falecendo em Juazeiro a 27 de janeiro de 1909.

Homem de lutas incompatibilizou-se, profundamente, com o seu colega, e, como, ele, de vida cheia de penitências, padre Cerbelon Verdeixa, com quem teve sérias “turras”. Diz-se, a propósito, que Verdeixa, sempre com aquele terrível espírito de sarcasmo e

irreverência que lhe era inato, dirigiu-lhe uma carta em cujo envelope pôs seguinte endereço: “Ilmo. Sr. Manuel Antônio que se diz de Jesus, mas é do diabo”.

PADRE MANUEL JOAQUIM AIRES DO NASCIMENTO

Deputado Provincial: 1840/1841

Nasceu na Fazenda Várzea Grande, em Frade (Jaguaretama) a 12 de outubro de 1804. Filho de Manuel do Nascimento e Silva e de Francisca do Nascimento e Silva.

Ordenado em Pernambuco em 1828. Faleceu no Crato a 2 de setembro de 1883. Vigário de Lavras em 1831/1832. Vigário interino do Crato em maio de 1838 e depois vigário encomendado da mesma Freguesia, e Vigário Colado em 11 de julho de 1842. Deputado Provincial em 1840/1841.

PADRE MANUEL LIMA DE ARAÚJO

Deputado Provincial: 1886/1887

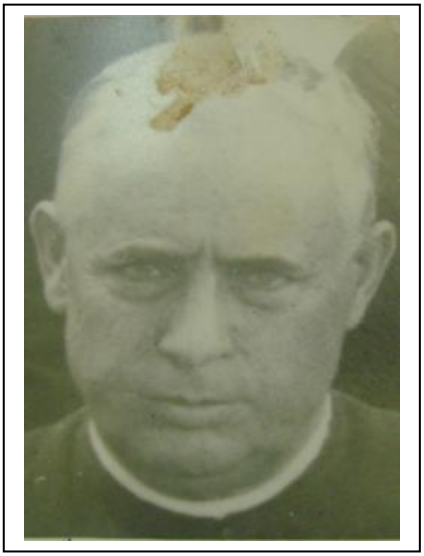
Nasceu em Assaré a 27 de agosto de 1840, e faleceu em Ibiapina, a 17 de dezembro de 1894. Filho de Francisco Antônio de Araújo e de Maria Francisca de Jesus.

Ordenou-se pelo Seminário de Fortaleza, a 30 de novembro de 1867. De 1868 a 1870, coadjutor da freguesia de Maranguape, de onde passou a capelão de Trairi, de 1871 a 1872. Coadjutor de Paracuru de 1872 a 1874; coadjutor de Arneiroz em 1877. Em 2 de setembro desse ano nomeado vigário de Saboeiro, permanecendo no cargo ate 3 de julho de 1886, quando foi removido para a freguesia de Ibiapina.

Com o padre Manuel de Lima deu-se um fato interessante: foi suspenso de ordens por estar fora da freguesia de Saboeiro quando da visita pastoral do Bispo Dom Joaquim José Vieira aquele paróquia. Era, então, deputado, e estava na Assembléia, razão que não foi bastante para justificar sua ausência, pois antes de tudo, era vigário.

PADRE MANUEL PACHECO PIMENTEL

Constituinte: 1822
Deputado Provincial: 1838/1839



Natural de Pernambuco. Vigário Colado da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos (Ipu), de 1809 a 1840. Segundo o relatório do padre José de Almeida Machado, feito em Sobral, em 1806, deduz-se que nascera em 1777, mas o termo de óbitos, lavrado em Fortaleza, onde faleceu a 7 de outubro de 1840 “de hidropesia”, di-lo de 88 anos, sendo sepultado na igreja do Rosário.

Juntamente com o padre Mororó manteve em Campo Grande (Guaraciaba) uma aula de latim, da qual foi aluno o depois Senador Pompeu. Tomou parte ativa no movimento republicano de 1824. Signatário da ata do Grande Conselho do Governo Republicano, além

de deputado ao Congresso que se deveria realizar no Recife. Preso, escapou do fuzilamento, mas padeceu na prisão por muito tempo, chegando a ser condenado pela Comissão Militar.

> “Antônio Bezerra o dá como tendo feito parte das Cortes Portuguesas, representando o Ceará, mas a informação não tem fundamento, de acordo com a relação oficial dos deputados brasileiros que nelas tiveram assento.” (Hugo Vitor Guimarães)

Foi deputado à Constituinte de 1823, e depois à legislatura de 1838/1839. Homem de cultura, orador fluente, foi quem saudou em nome da Assembléia, a 16 de agosto de 1839, o Bispo de Pernambuco. Dom João da Purificação Marques Perdigão, quando da sua estada em Fortaleza. Como vigário colado tinha a côngrua anual de 235$920. Eleito a 3 de junho de 1822 à Constituinte brasileira.

PADRE MANUEL RIBEIRO BESSA DE HOLANDA CAVALCANTE

Constituinte: 1822

Nasceu em 1767. Faleceu em Fortaleza a 16 de abril de 1839. Deputado Geral à Constituinte de 1822, a qual foi dissolvida por decreto de 13 de novembro de 1823. Vigário de Quixeramobim em 1800. Vigário interino de Messejana em 1801. Vigário da Serra dos Cocos em 1803. Novamente vigário em Quixeramobim em 1811/1812. Sepultado na Igreja do Rosário em Fortaleza.

CÔNEGO MANUEL ROBERTO SOBREIRA

Deputado Provincial: 1842/1843
1856/1857 – 1858/1859 – 1860/1861

Era natural do Icó, e irmão do Conselheiro Raimundo Ferreira de Araújo Lima, e foi quem batizou Dom Antônio Xisto Albano. Nomeado Vigário Colado da freguesia de Angical, na Bahia, teve permissão para permutar com o padre Pedro José de Castro e Silva, Vigário Colado de Barbalha, por decreto imperial de 6 de julho de 1859. Em chegando ao Ceará, foi nomeado por portaria de 16 de setembro daquele ano, professor de Retórica do Liceu, em cujo exercício permaneceu ate 31 de julho de 1861, quando faleceu, repentinamente, em Fortaleza. Sucedeu-lhe na cadeira de lente o Visconde de Jaguaribe.

MONSENHOR MICENO CLODOALDO LINHARES

Deputado Provincial: 1866/1867
1878/1879 – 1880/1881 – 18841885

Nasceu no Icó a 7 de setembro de 1836 e faleceu em Lavras a 2 de janeiro de 1924. Filho do capitão Francisco Gonçalves Linhares e de Josefa Tereza de Jesus Linhares.

Fez os estudos primários em Milagres e os preparatórios no colégio do Padre Rolim, em Cajazeiras, na Paraíba. Seguindo para Recife, matriculou-se no Seminário de Olinda. Recebeu Presbiterado no Ceará, a 1° de dezembro de 1861, do 1° Bispo da Diocese, Dom Luiz Antônio dos Santos. “Foi o primeiro padre ordenado no Bispado, pelo que D. Luiz o chamava, meu primogênito” (Diamantino). Cantou sua primeira missa em Milagres, a 21 do referido mês. Nomeado vigário de Tauá, tomou posse da freguesia em junho de 1862, nela permanecendo ate 1874. Por falecimento do seu pai, conseguiu permuta com o vigário de Lavras.

Foi Inspetor Literário de Tauá por portaria de 3 de março de 1869. Era dotado de sólida cultura e excelsas virtudes sacerdotais.

PADRE MIGUEL FRANCISCO DA FROTA

Deputado Provincial: 1848/1849
1854/1855 – 1858/1859 – 1868/1869

Nasceu em Santa'Ana, a 18 de março de 1816 e faleceu na Bahia em 1872. Filho do Tenente Coronel Inácio Gomes da Frota e de Ana Joaquina da Frota.

Ordenou-se no Seminário de Olinda. Pró-pároco de Sobral de 1841 a 1844. Vigário interino de Sobral de 28 de outubro de 1845 a 1847. Vigário colado de Fortaleza, de 26 de maio de 1865 a 9 de novembro de 1872.

Num reservado do presidente José Bento sobre as pessoas que mais serviços prestaram por ocasião da epidemia do cólera, em 1862, se lê a seguinte referência:

> "Padre Miguel Francisco da Frota, Vigário Colado da paróquia do Icó (julho de 1850). É sacerdote idoso de bons costumes e respeitável por muitos títulos. Prestou grandes serviços na administração dos Sacramentos, em sua Freguesia dia e noite: e quando passou a tormenta no Icó e rebentou na vila da Telha, distante 10 léguas a qual foi abandonada pelo Vigário e Coadjutor, o Padre Frota voluntariamente

passou a socorrer os habitantes daquela Freguesia. Recebeu a Insígnia de Cavaleiro de Cristo pelos serviços então prestados".

"Sendo um dia chamado a ouvir de confissão a um preso das cadeias de Fortaleza, este lhe referiu que um homem rico nos sertões da Bahia travara rixas com potentados seus visinhos e, antes de abandonar o lugar de suas lutas, escondera grandes riquezas em um determinado sitio, e pediu-lhe que as fizesse descobrir, assentando-se entre os dois os respectivos quinhões. O Padre, sem prévia consulta aos seus superiores, abandonou a vigararia, deixou crescer a barba e lá se foi por terra para a Bahia à cata do ilusório tesouro; chegando ao sitio indicado, aí arranchou-se e pela madrugada de um dia foi encontrado sem vida, vitima de ladrões, que o supunham algum forasteiro com muito dinheiro''. (Barão de Studart)

Pertencia, em política, ao Partido Liberal, e pelos serviços prestados durante a epidemia a que o Barão se refere, foram-lhe concedidas pelo Bispo Diocesano as honras de Mestre de Cerimônias.

PADRE PEDRO ANTUNES DE ALENCAR RODOVALHO

Deputado Provincial: 1848/1849

Natural de Exu, Pernambuco e batizado na capela de Cococi em agosto de 1789. Filho de Inácio Caetano Pimentel Rodovalho, natural da Ilha de São Miguel, nos Açores, e de Francisca Joana do Céu, natural de Exu. Neto paterno de Luiz Pimentel Rodovalho, também da Ilha de São Miguel.

Ordenado por Dom Frei Francisco de São Damasco de Abreu Vieira, bispo de Malaca, no Oratório de Arcebispado da Bahia, a 20 de maio de 1815. A 15 de setembro desse ano nomeado coadjutor da freguesia do Crato, com a côngrua de Cr$50.00 por ano. Por provisão de 7 de agosto de 1829 teve nomeação de pároco encomendado da freguesia de Santa Maria do Rio São Francisco, passando a vigário interino do Crato, a 1° de setembro de 1833. Proposto em 1834 para vigário colado de Messejana, e nomeado a 25 de novembro de 1836. Foi Secretario da Câmera Eclesiástica da Vigararia do Ceará em 1833.

Inspetor da aula da Instrução Pública de Messejana, por provisão de 30 de outubro de 1845. Atacado do cólera-morbus, em Maranguape, veio para For-

taleza em busca de tratamento, aqui falecendo às 14 horas de 16 de agosto de 1862. A cólera já lhe havia morto 12 escravos dentro do espaço de um mês! Era homem de regular cultura, e, segundo o seu neto, desembargador Álvaro de Alencar, o seu primitivo sobrenome era Alves, que mudou para Antunes em atenção ao bispo que o ordenou.

PADRE PEDRO JOSÉ DE CASTRO E SILVA

Deputado Provincial: 1850/1851 – 1852/1853
1854/1855 – 1858/1859 – 1860/1861 – 1862/1863

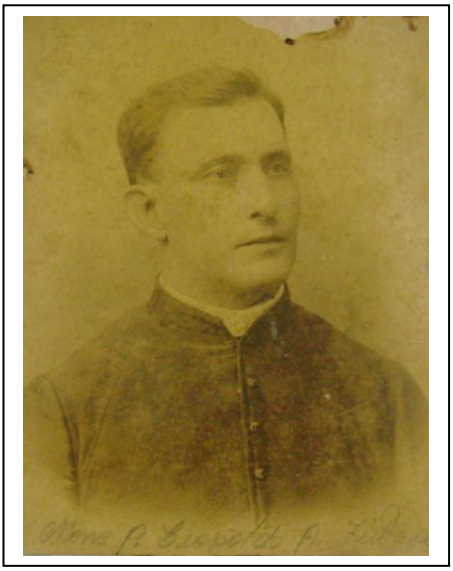
Nasceu em Cascavel a 28 de março de 1811. Filho do capitão José Inácio da Silveira e Silva e de Rita Angélica de São Francisco. Ordenado a 27 de novembro de 1837. Provisionado pregador e por decreto de 5 de outubro de 1840, vigário colado de Santo Antônio de Barbalha, cargo que exerceu por 22 anos. Vigário da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Rio de Janeiro.

Por decreto de 5 de julho de 1859 o Imperador permitiu que permutasse a freguesia de Santo Antônio de Barbalha com o padre Manuel Roberto Sobreira, da de Angical, na Bahia.

Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, e faleceu em Fortaleza a 29 de janeiro de 1890. Um seu irmão de nome José Cunegundes da Silveira e Silva foi também deputado provincial.

MONSENHOR PEDRO LEOPOLDO DE ARAÚJO FEITOSA

Deputado Provincial: 1884/1885

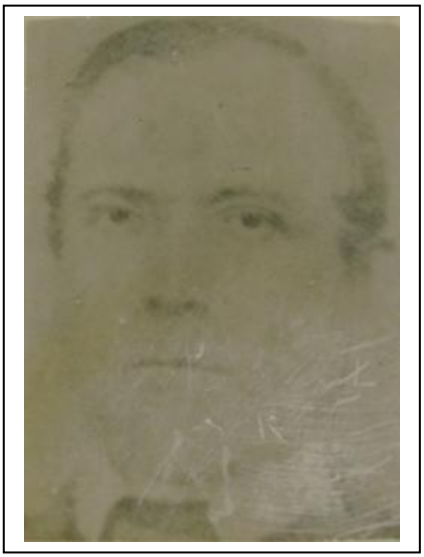


Nasceu em Arneiroz a 3 de maio de 1852. Filho de João Leopoldo de Araújo Chaves e de Ana Leopoldo Alves Feitosa. Faleceu em Fortaleza a 29 de março de 1916.

Ordenado em Fortaleza a 2 de dezembro de 1877. Vigário de Trairi em 1878, e de Soure (Caucaia) de 30 de setembro de 1879 a 16 de junho de 1888. Foi ainda vigário em Pacatuba nesse mesmo ano. Cura da Sé em Fortaleza de 1895 até 28 de maio de 1904. Deputado Provincial em 1884/1885. É autor do livro "As belezas da religião". Foi professor do Liceu do Ceará. Desempenhou o cargo de Conselheiro Diocesano em maio de 1901. Recebeu o título de Monsenhor em 3 de abril de 1902.

CÔNEGO RAIMUNDO FRANCISCO RIBEIRO

Deputado Provincial: 1850/1851



Cavaleiro da Ordem de Cristo. Nasceu em Cascavel a 23 de março de 1820, filho de João Firmino de Antas Ribeiro. Matriculado no Seminário de Olinda e ordenado em 1843. Nomeado por Carta Imperial de 25 de junho de 1845, Vigário Colado da freguesia de Baturité, no exercício de cujo emprego faleceu de lesão cardíaca, a 11 de junho de 1894. Em Baturité era o chefe do Partido Conservador, pelo qual foi eleito deputado provincial e geral, como suplente do deputado Domingos José Nogueira Jaguaribe, na sessão da 10ª legislatura em 1860, e como efetiva na 12ª 1864-66, eleito pelo 2° distrito. “Possuiu grande soma de conhecimento eclesiástico e era versado noutros ramos de ciências”. (Studart)

PADRE SEZINANDO MARCOS DE CASTRO E SILVA

Deputado Provincial: 1882/1883
1884/1885 – 1886/1887

Nasceu em Cascavel em 1854 e faleceu em Itapipoca, onde se encontrava em tratamento de saúde. Filho de José Marcos de Castro e Silva e de Benedita Maria de Sabóia, e irmão dos deputados cel. Aderbal Tito e Dr. Raimundo Teodorico. Seu pai foi também deputado provincial.

Entrando para o Seminário de Fortaleza, recebeu o Presbiterato a 30 de novembro de 1879. Escrivão da Câmara Episcopal e vigário de Morada Nova e Cascavel. Era sacerdote de grandes virtudes.

PADRE TEODULFO FRANCO PINTO BANDEIRA

Deputado Provincial: 1862/1863
1870/1871 – 1872/1873

Nasceu no Icó em 1829 e ali faleceu em agosto de 1878. Filho de Antônio Joaquim dos Santos, e de Rita Pinto Bandeira. Seu pai depois enviuvar também tomou ordens sacras, havendo ocasião em que foi coadjutor do próprio filho.

Vigário de Boa Vista (Jaguaribe) de 17 de janeiro de 1864 a 11 de setembro de 1871; coadjutor de Bebedouro a 9 de novembro de 1871, ano em que foi nomeado professor de primeiras letras de Icó.

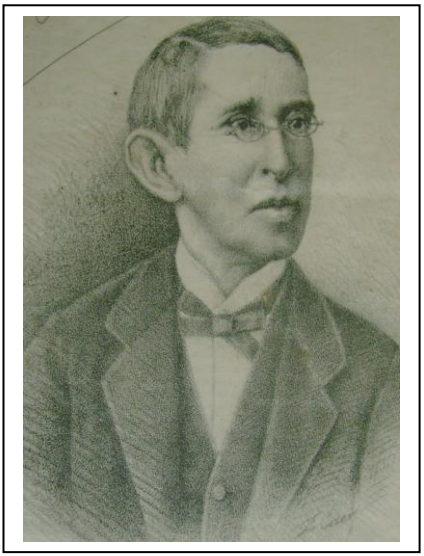
Quando a Comissão Cientifica chefiada pelo Barão de Capanema, e da qual fazia parte Gonçalves Dias, esteve no Icó, o padre Teodulfo foi uma das pessoas

que mais impressionaram os ilustres cientistas pela soma de conhecimento de que era possuidor.

Por provisão de 17 de março de 1867 foi nomeado pároco encomendado da freguesia de Maria Pereira. Seu pai sobreviveu a todos os filhos, e faleceu em 1897, como vigário de Umari.

PADRE DR. THOMAZ POMPEU DE SOUZA BRASIL

Deputado Provincial: 1846/1847



Senador do Império. Bacharel em Direito. Nasceu em Santa Quitéria, a 6 de junho de 1818 e faleceu em Fortaleza a 2 de setembro de 1877, na sua casa de residência à rua da Amélia, rua que em 1878 tomou o seu nome. Pela primeira vez, no dia da sua morte, foi visto em vestes de clérigo. Filho do Capitão de Milícias Tomaz de Aquino e Sousa (riograndense do norte) e de Jeracina Isabel de Souza, de Santa Quitéria. Da mesma família de que descende o Padre Mororó e o Padre Miguelinho, dois patriotas republicanos que pagaram com a vida o ideal de liberdade e democracia.

Iniciou os estudos com o seu tio Gregório Francisco de Torres Vasconcelos. Embarcou em 1834 para Recife a fim de cursar o Seminário e a Academia de

Direito. Ordenou-se a 18 de setembro 1841, bacharelando-se em Direito a 24 de outubro de 1843. Aprovado em concurso para a cadeira de Teologia do Seminário, daí provindo os recursos para manter os estudos superiores.

De regresso ao Ceará, tratou de dotar a Província de um estabelecimento de ensino secundário oficial, no que resultou a fundação do Liceu em 1845, tendo sido seu primeiro Diretor e primeiro catedrático de Geografia. Aposentou-se do Liceu a 17 de janeiro de 1865. Voltou mais uma vez à diretoria do Liceu em de 24 de outubro de 1853.

Eleito suplente de deputado geral, tomou posse na Câmara Baixa do País de 1845, na vaga oriunda do deputado padre José da Costa Barros, que falecera antes de tomar posse. Voltou à deputação em 1848, para afinal ser efetivamente eleito e nomeado Senador a 9 de janeiro de 1864, na vaga do Dr. Miguel Fernandes Vieira. No Senado conquistou posição de evidência, tornando-se uma das suas figuras de maior projeção na Câmara Alta.

Jornalista emérito, escrevendo artigos na imprensa que honraram a sua pena. Professor de Estatística, a ele deve-se o primeiro tratado de Geografia editado no Brasil. Seus trabalhos nesse gênero são fundamentais ao estudo dessa matéria. Membro da Sociedade Literária 11 de Agosto, do Recife; Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Societé de Geographie, de Paris; Sociedade Auxiliares da Indústria Nacional; Instituto Histórico da Bahia e do Maranhão; Instituto dos Advogados do Recife; Sociedade Filomática (amantes da ciência) do Rio de Janeiro; Harmonia Maranhense e Ateneu Maranhense.

Sobre o Pe. Pompeu assim diz o Barão de Studart: “Cearense notável, foi presbítero, bacharel em direito, professor, autor de vários obras e político talentoso”. Cruz Filho cita-o, classificando-o como “professor, jornalista, orador parlamentar e cientista”. Dr. Paulino Nogueira assim se refere ao Senador Pompeu: “Com a morte de tão ilustrado cidadão, não perde o Ceará um dos mais distintos dos seus filhos, mas também o país um Brasileiro que, por seu espírito culto, era umas das belas glórias da pátria”.

Publicou: Princípios Elementares de Cronologia para uso do Liceu do Ceará - 1850; Elementar de Geografia geral e especial do Brasil, 1859; Memória sobre Colégio Pedro II, nos Liceus e Seminários do Império; Memórias sobre a estatística da população e industrial da província do Ceará, 1856; Eleição do quarto distrito, 1857; Memória Estatística da Província do Ceará - 1858; Compêndio Elementar de Geografia geral e especial do Brasil, 1859; Memória sobre a conservação das matas e arboricultura - 1859; População da Província do Ceará, 1859; Ensaio Estatístico da Província do Ceará, 2 tomos, de 1863 e 1864; Discurso, 1866; Sistema ou configuração orográfica do Ceará, 1877; Memória sobre o clima e secas do Ceará, 1877.

Em 1868, como Sexto Vice-presidente da Província, rejeitou em 1868 a assumir o Governo. Convidado pelo Conselheiro Furtado, a ocupar a pasta ministerial do Império, do Gabinete de 31 de agosto de 1865, declinou do convite, indicando o Dr. José Liberato Barroso. Senador Pompeu deixou ilustre e numerosa família.

PADRE VICENTE JORGE DE SOUZA

Deputado Provincial: 1880/1881
Constituinte Republicano: 1891

Natural de Santana do Seridó, Rio Grande do Norte. Nasceu a 20 de outubro de 1821, falecendo em Sobral a 27 de abril de 1897. Filho de Felix Jorge de Souza e de Maria Vitória do Nascimento.

Ordenado pelo Seminário de Olinda, a 11 de novembro de 1849. Nomeado Coadjutor da Freguesia de Sobral, ocupando o cargo em 17 de julho de 1850 a 28 de novembro de 1866 e Vigário Colado ate o falecimento. Entregou-se à construção de Capelas como a de São Francisco das Chagas, de Campo Novo, em 1888; a de São Antônio do Moquém, em 1894; a de São João do Pacujá, em 1880 e de São Vicente de Paulo, do Jaiba-

ras, em 1890, além de outras nas quais procedeu substanciais reformas.

Pertencia ao Partido Liberal, e a sua entrada para a Assembléia deu-se na vaga do Dr. João Pinto de Mendonça, o qual faleceu 1879, para cuja vaga apresentaram-se liberais e conservadores, tais como o Dr. José Pompeu, o capitão Francisco Benigno de Vasconcelos, o padre Diogo de Souza Lima, um professor de nome Garcia, o advogado Rodrião de Sá Barreto e o advogado Miguel Carlos Peixoto.

PADRE VISITADOR VICENTE JOSÉ PEREIRA

Deputado Provincial: 1842/1843 – 1844/1845

Nasceu no Icó e foi batizado a 4 de abril de 1790 pelo padre Manuel Felipe Gonçalves. Filho do português Joaquim José Nogueira e da Icoense Ana Joaquina de Jesus. Neto do português Vicente José Pereira, do Porto.

Ordenado no Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, pelo Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho, a 4 de junho de 1814. Nomeado coadjutor de Bom Jesus do Jardim a 5 de outubro de 1816. Já era coadjutor de Arneiroz em 1821; vigário interno do Icó a 22 de janeiro de 1823; de São Mateus a 29 de agosto de 1827; vigário encomendado de Telha (Iguatu), a 13 de fevereiro de 1833, e Colado a 29 de abril de 1835. Visitador de janeiro de 1841 a dezembro de 1843.

Membro do Governo Provisório em 1823, ano em que escreveu uma Memória sobre reformas militares e fazendárias, que remeteu ao Imperador Dom Pedro I, e este, pelo Ministério da Fazenda (sendo ministro o Visconde de Marica) mandou que o governo da província informasse a respeito. A Junta Governativa, composta de José Felix de Azevedo e Sá, Luiz Antônio da Silva

Viana, Joaquim de Souza da Fonseca Prata e José Alexandre do Amorim Garcia, não só informou em contrario, como em oficio de 7 de janeiro de 1826 fez acusações ao padre Vicente. Já a Junta do Governo, de 1823, composta do padre Francisco Felix de Carvalho Couto e do advogado Miguel Antônio da Rocha Lima havia opinado pela sua não aceitação, em oficio de 31 de outubro daquele ano (1823). Tendo pedido a Comenda da Ordem de Cristo, o ministro do Império solicitou informações a seu respeito ao Brigadeiro Silva Betencourt, que respondendo a 16 de outubro de 1843, dizia:

> "He hum dos cidadãos, que mais notáveis se tem feito nesta Província por seus serviços em prol da Independência, e pelos altos cargos que tem exercido na ordem política e Eclesiástica. Abraçando a causa da Independência do Império, prestou valiosos serviços ao seu país; foi membro do Governo Provisório que por essa época se estabeleceu, sendo sua memória ainda hoje abençoada pela decidida oposição que fez aos atos, com que então se desmandava a população contra os nascidos em, Portugal. No tempo da intitulada Republica do Equador empregou contra ela seus esforços, que felizmente foram coroados de sucesso. Depois do estabelecimento das Assembléias Provinciais tem quase constantemente feito parte delas. He Vigário Colado da Freguesia da Telha, e atual Visitador da Província, em cujos cargos são informados que se tem portado com louvor" (Hugo Vitor).

MONSENHOR VICENTE PINTO TEIXEIRA

Deputado Republicano: 1897/1900
1901/1904 – 1905/1908 – 1909/1912

Eleito Deputado no período republicano, em 1897, mas com atividade política calcada no ciclo provincial.

Nasceu em Lavras a 19 de julho de 1856. Filho de Antônio Pinto Teixeira e de Maria de São José Tavares. Faleceu em Fortaleza a 19 de setembro de 1941.

Ingressou no Seminário a 16 de março de 1871. Ordenou-se em Fortaleza a 7 de novembro de 1880. Não aceitou em 1881 a nomeação para coadjutor de Várzea Grande. Coadjutor de Barbalha, em 13 de março de 1882. Capelão de Aurora em 1884. Vigário de Trairi em 9 de julho de 1887 a 24 de dezembro de 1892. Vigário de Aurora em 6 de julho de 1893. Vigário de San-

tos Dumont de 7 de novembro de 1898 a 8 de maio de 1899. Professor e capelão da cadeia de Fortaleza. Regeu interinamente a Igreja do Coração de Jesus, enquanto o Monsenhor Xisto Albano viajava à Palestina e Roma. Vigário geral interino de Fortaleza a 19 de julho de 1913. Governou o bispado em 1914. Deputado estadual em 4 legislaturas.

MONSENHOR VICENTE SALAZAR DA CUNHA

Deputado Republicano: 1921/1924 – 1925/1928

Nasceu em Fortaleza a 27 de março de 1855 e faleceu a 25 de janeiro de 1937, sendo sepultado em Maranguape. Filho de Manuel Joaquim da Cunha e de Leocádia Salazar da Cunha.

Ordenado em Fortaleza, por Dom Luiz, 1° Bispo do Ceará, a 30 de novembro de 1879. Nomeado capelão e professor da Cadeia Pública a 5 de julho de 1881. Em agosto de 1883 fundou a Sociedade Propagadora da Instrução, com a finalidade de abrir escolas noturnas. Juntamente com o Pe. José Barbosa de Jesus fundou o Colégio São Luiz. Nomeado Vigário de Viçosa, não chegou a tomar posse da indicação, pois, nomeado vigário de Maranguape, em 1899, permaneceu naquela freguesia ate 1913. Promotor do Juízo Eclesiástico de

julho de 1890 a julho de 1894. Distinguido pelo Papa com o titulo de Monsenhor Camareiro de Honra, por Decreto Papal de 19 de dezembro de 1904.

GLOSSÁRIO

- Altar portátil: Privilégio que a Igreja concedia a alguns de seus prelados de manterem um altar particular, inclusive podendo transportá-lo, se necessário.
- Barrete: Cobertura, tipo chapéu, de forma quadrangular usada pelos clérigos. É de cor preta para os padres, roxo para os bispos, vermelho para os cardeais e branco para os papas.
- Batistério: Documento válido, antes de 1889, como certidão de nascimento emitido pelas igrejas.
- Câmara Eclesiástica: Formada pelos Monsenhores.
- Capelão: Padre encarregado do serviço religioso de uma Capela. Aquele que presta serviços religiosos em corporações militares, colégios e comunidades religiosas.
- Capelania: Pequena igreja, santuário. Lugar consagrado ao culto em colégios e hospitais.
- Colação: Ato de conferir títulos. Direito ou benefício outorgado.
- Coadjutor: Padre ajudante do vigário de ofício de uma Paróquia,no exercício do ministério religioso.
- Cônego: Clérigo que é membro de um Cabido, ao qual são inerentes às obrigações religiosas.
- Cabido: Corporação de cônegos de uma Catedral.
- Catedral: A igreja principal de um Bispado ou Arcebispado.
- Côngrua: Pagamento aos párocos. O Clero tinha suas rendas ditadas pelo Império, em termos de receita. Os padres situavam-se na verdade como funcionários públicos.
- Diocese: Circunscrição religiosa sujeita à administração de um Bispo ou de um Arcebispo, ou Patriarca.

- Freguesia: Conjunto de paroquianos. Paróquia.
- Governador do Bispado: Substituto eventual do Bispo e seu auxiliar mais direto.
- Monsenhor: Importante cargo na estrutura hierárquica da Igreja.
- Ordenação: Conclusão de curso de formação superior em Seminários.
- Pároco: Sacerdote que tem a seu cargo uma Paróquia.
- Paróquia: Território sobre o qual se estende a jurisdição de um pároco.
- Tonsura: A coroa dos clérigos, marcada na região anterior da cabeça. Primeiro em forma de cruz, e posteriormente de forma circular, caracterizando o ingresso na hierarquia eclesiástica.
- Vigário: Título do pároco em todas as freguesias do Brasil.
- Vigário Colado: Pároco de uma igreja com o privilégio de se manter no cargo até quando assim o desejar.
- Vigário Encomendado: Susceptível de transferência. Que não é vitalício.
- Vigário Forâneo: O encarregado de um Vicariato.
- Vigário Geral: Segunda pessoa em importância no Bispado, logo após o Bispo.
- Vicariato: Cargo de vigário. Residência do vigário. Território compreendido na jurisdição de um vigário
- Visitador: Padre encarregado de visitar e orientar as paróquias sob sua jurisdição.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

MEMORIAL DEPUTADO PONTES NETO

DISTRIBUIÇÃO DAS LEGISLATURAS DE 1822 A 1889

Clérigos Parlamentares	1822	1824	1835/37	1838/39	1840/41	1842/43	1844/45	1846/47	1848/49	1850/51	1852/53	1854/55	1856/57	1858/59	1860/61	1862/63	1864/65	1866/67	1868/69	1870/71	1872/73	1874/75	1876/77	1878/79	1880/81	1882/83	1884/85	1886/87	1888/89
Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa									X								X											
Ambrósio Rodrigues Machado			X																									
Antero José de Lima																								X		X		
Antonino Pereira de Alencar																	X	X	X					X				X
Antônio Alexandrino de Alencar																											X	
Antônio Alves de Carvalho										X																		
Antônio Cândido da Rocha																										X		
Antônio Carneiro da Cunha Araújo																	X											
Antônio Correia de Sá																			X									
Antônio de Castro e Silva		X	X	X	X				X																			
Antônio de Souza Barros																										X		
Antônio de Souza Neves														X	X	X												
Antônio Elias Saraiva Leão									X					X			X											

Clérigos Parlamentares	1822	1824	1835/37	1838/39	1840/41	1842/43	1844/45	1846/47	1848/49	1850/51	1852/53	1854/55	1856/57	1858/59	1860/61	1862/63	1864/65	1866/67	1868/69	1870/71	1872/73	1874/75	1876/77	1878/79	1880/81	1882/83	1884/85	1886/87	1888/89
Antônio Fernandes da Silva Távora																												X	X
Antônio Francisco de Sampaio		X	X																										
Antônio José Sarmento de Benevides										X	X	X	X		X	X	X	X											
Antônio Manuel de Sousa	X																												
Antônio Nogueira de Braveza											X	X	X	X						X	X	X							
Antônio Pinto de Mendonça					X					X																			
Antônio Xavier Maria de Castro						X					X	X	X		X					X									
Bento Antônio Fernandes			X	X																									
Bernardino de Oliveira Memória																									X				
Carlos Augusto Peixoto de Alencar			X																										
Cesário Claudiano de Oliveira Araújo															X					X									
Daniel Fernandes de Moura															X	X				X									
Diogo José de Souza Lima															X											X			
Domingos Carlos de Sabóia				X	X			X							X														
Francisco Bastos de Oliveira											X																		
Francisco Coriolano de Carvalho																	X	X				X	X						
Francisco Correia de Carvalho e Silva																	X	X		X	X								

Clérigos Parlamentares	1822	1824	1835/37	1838/39	1840/41	1842/43	1844/45	1846/47	1848/49	1850/51	1852/53	1854/55	1856/57	1858/59	1860/61	1862/63	1864/65	1866/67	1868/69	1870/71	1872/73	1874/75	1876/77	1878/79	1880/81	1882/83	1884/85	1886/87	1888/89
Francisco da Mota de Souza Angelim																										X			
Francisco de Paula Barros			X	X																									
Francisco Gomes Parente			X																										
Francisco Gonçalves Ferreira Magalhães		X																											
Francisco Máximo Feitosa e Castro																													X
Francisco Ribeiro Bessa																X				X	X		X						
Francisco Theotime Maria de Vasconcelos																											X		
Francisco Xavier Nogueira										X	X	X	X	X		X				X		X	X				X		
Frutuoso Dias Ribeiro					X	X	X																						
João Antônio do Nascimento e Sá																									X	X			
João Aureliano de Sampaio																													X
João Barbosa Cordeiro						X	X	X																					
João Carlos Augusto																										X			
João Felipe Pereira												X	X		X														
João Paulo Barbosa																								X					
João Francisco Pinheiro														X			X	X	X										
João Rodrigues Leite		X																											
João Vicente Ferreira Lima																									X				
Joaquim da Silva Coelho																										X			

Clérigos Parlamentares	1822	1824	1835/37	1838/39	1840/41	1842/43	1844/45	1846/47	1848/49	1850/51	1852/53	1854/55	1856/57	1858/59	1860/61	1862/63	1864/65	1866/67	1868/69	1870/71	1872/73	1874/75	1876/77	1878/79	1880/81	1882/83	1884/85	1886/87	1888/89
Joaquim de Paula Galvão		X																											
Joaquim Domingues Carneiro						X								X															
Joaquim Ferreira Limaverde														X	X														
José Antunes de Oliveira							X																						
José Beviláqua											X																		
José da Costa Barros			X	X	X																								
José de Sá Barreto								X	X																				
José Ferreira Lima Sucupira			X							X																			
José Gonçalves da Costa e Souza																			X							X			
José Joaquim Sobreira	X																												
José Martiniano de Alencar	X																												
José Nepomuceno de Brito		X																											
José Tavares Teixeira																		X											
José Teixeira da Graça																												X	
Justino Domingues da Silva										X		X	X	X	X	X													
Justino Furtado de Mendonça								X	X																				
Lino Deodato Rodrigues de Carvalho													X																
Lourenço Correia de Sá				X	X																								
Luiz Antônio da Rocha Lima						X																							
Luiz de Souza Leitão																											X	X	X
Manuel Antônio de Lemos Braga													X	X	X	X													

Clérigos Parlamentares	1822	1824	1835/37	1838/39	1840/41	1842/43	1844/45	1846/47	1848/49	1850/51	1852/53	1854/55	1856/57	1858/59	1860/61	1862/63	1864/65	1866/67	1868/69	1870/71	1872/73	1874/75	1876/77	1878/79	1880/81	1882/83	1884/85	1886/87	1888/89
Manuel Antônio Martins de Jesus																							X						
Manuel Joaquim Aires do Nascimento					X																								
Manuel Lima de Araújo																												X	
Manuel Pacheco Pimentel	X			X																									
Manuel Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcante	X																												
Manuel Roberto Sobreira						X							X	X	X														
Miceno Clodoaldo Linhares																		X						X	X		X		
Miguel Francisco da Frota									X			X		X					X										
Pedro Antunes de Alencar Rodovalho									X																				
Pedro José de Castro e Silva										X	X	X		X	X	X													
Pedro Leopoldo de Araújo Feitosa																											X		
Raimundo Francisco Ribeiro										X																			
Sezinando Marcos de Castro e Silva																										X	X	X	
Teodulfo Franco Pinto Bandeira																X				X	X								
Thomaz Pompeu de Souza Brasil								X																					
Vicente Jorge de Souza																									X				
Vicente José Pereira						X	X																						

DISTRIBUIÇÃO DAS LEGISLATURAS DE 1891 A 1930

Clérigos Parlamentares	1891	1892	1893/1896	1897/1900	1901/1904	1905/1908	1909/1912	1913/1914	1915/1916	1917/1920	1921/1924	1925/1928	1929/1930
Antero José de Lima	X												
Antônio Cândido da Rocha	X												
Antônio Fernandes da Silva Távora	X												
Carlos Antônio Barreto			X	X									
Francisco Ferreira Antero								X			X		
Francisco José da Silva Carvalho			X	X									
Francisco Máximo Feitosa e Castro				X	X	X	X	X	X	X			
José Alves Quinderé												X	X
José de Arimatéia Cisne								X					
Luiz de Souza Leitão	X												
Vicente Jorge de Souza			X										
Vicente Pinto Teixeira				X	X	X	X						
Vicente Salazar da Cunha											X	X	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAIS da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Período Provincial.
- ARARIPE, J. C. Alencar. *Alencar, o padre rebelde.* Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1996.
- BARROSO, Gustavo. *À margem da história do Ceará.* Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BASTOS, Aureliano Cândido de Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil.* Edição Fac-similar de Rio de Janeiro, Garnier, 1870. Brasília: Senado Federal, 1996.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Fatos e documentos do Ceará Provincial.* Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.
- CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil.* São Paulo: Editora Atlas, 1992.
- CARVALHO, Jader de. *Antologia de João Brígido.* Fortaleza: Terra de Sol, 1969.
- CATUNDA, Joaquim. *Biografia do Ver. Padre Correia.* Fortaleza: Tipografia do Cearense, 1871.
- CORDEIRO, Celeste. *Antigos e modernos no Ceará provincial.* São Paulo: Annabule, 1997.
- DIÓGENES, Osmar. *Os partidos políticos no Brasil. Império e República.* Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1976.
- GIRÃO, Valdelice Carneiro. *O Ceará no Senado Federal.* Brasília: Senado Federal, 1992.
- GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará.* Fortaleza: Casa de José de Alencar, Programa Editorial, UFC, 2000.
- GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará.* Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.
- GUIMARÃES, Hugo Victor. *Deputados provinciais e estaduais do Ceará. Assembléias Legislativas 1835-1947.* Fortaleza: Editora Jurídica Ltda,
- HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio Marcondes. *A constituinte perante a história.* Edição Fac-similar de Rio

de Janeiro, Typ. Da Actualidade, 1863. Brasília: Senado Federal, 1996.
- LEITÃO, Cláudia. *A crise dos partidos políticos brasileiros.* Fortaleza: Gráfica Tipogresso, 1989.
- NOBRE, Geraldo. *Democracia à prova. Legislativo estadual do Ceará, 1947-1997.* Fortaleza: Editora INESP, 1998.
- NÚCLEO Independente de Estudos e Pesquisas do Ceará. *O Legislativo cearense: 150 anos de atuação.* Fortaleza: Stylus Comunicações, 1986.
- POMPEU, Gina Vidal Marcílio. TASSIGNY, Mônica Mota. *História de nossa gente*. Fortaleza: Editora INESP, 2004.
- Regimento Interno do Senado do Ceará – 1891.
- SEMINÁRIO EPISCOPAL DO CEARÁ. *Álbum histórico. Em comemoração das bodas de ouro de sua fundação.* Fortaleza, 1914.
- SILVEIRA, Aureliano Diamantino. *Ungidos do Senhor na evangelização do Ceará (1700 a 2004).* 3v. Fortaleza: Premius Editora, 2004.
- STUDART, Barão de. *Diccionario bio-bibliographico cearense.* Fortaleza: Typo-lithographia a Vapor, 1910, 1913. volumes primeiro e segundo. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915. volume terceiro.
- TAUNAY, Affonso de Escranole. *O Senado do Império.* Edição Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

Hino Nacional Brasileiro

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Hino do Estado do Ceará

Música de Alberto Nepomuceno
Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha – esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
Inesp

José Ilário Gonçalves Marques
Presidente

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo
Coordenador

Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo
Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni
Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Lúcia Jacó e Vânia Rios
Equipe de Revisão

Email: inesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-3701
Fax: (85) 3277-3707

Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará

Assembleia Legislativa do Estado do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará
Site: www.al.ce.gov.br
Email: inesp@al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500